



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TRÁFICO DE ARMAS

EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1792/05	DATA: 10/11/2005
INÍCIO: 10h57min	TÉRMINO: 15h53min	DURAÇÃO: 04h55min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 04h54min	PÁGINAS: 161	QUARTOS: 59

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO

CARLOS TADEU TASSO – Delegado da Polícia Federal.

VITÓRIO FERIOTTI JÚNIOR – Preso pela Polícia Federal de São Paulo na operação Chumbo Grosso II.

ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA – Preso.

RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA – Preso.

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES

Há palavras ininteligíveis.

Há intervenções fora do microfone. Inaudíveis.

Há orador não identificado.

A reunião foi suspensa e reaberta.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Havendo número regimental, damos início à 44^a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as organizações criminosas do tráfico de armas.

Queremos agradecer desde já a presença do Dr. Carlos Tadeu Tasso, nosso convidado, Delegado da Polícia Federal, Chefe da Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas da Superintendência da Polícia Federal em São Paulo. Agradecemos a V.Sa. e ao seu superintendente por liberar V.Sa. para estar aqui conosco e prestar essa prestimosa colaboração a esta CPI.

Convido V.Sa. a tomar assento à mesa. (*Pausa.*)

Mais uma vez, Dr. Tasso, agradecemos a presença de V.Sa. aqui conosco; eu, particularmente, por ser um colega. Vou deixar a palavra franqueada a V.Sa. pelo tempo que desejar, para fazer uma exposição destas últimas operações, especialmente dessa em que nós temos os presos, e dessas últimas que aconteceram também agora em São Paulo, onde houve apreensão de grande quantidade de armas.

Tem V.Sa. a palavra.

O SR. CARLOS TADEU TASSO - É um prazer estar aqui também e, em nome do Superintendente da Polícia Federal em São Paulo, sempre que houver necessidade de qualquer esclarecimento público no interesse do nosso País, estaremos à disposição para tanto. Bem, eu pretendo aqui fazer algumas observações a respeito desse trabalho que vem sendo desenvolvido na operação Chumbo Grosso, mas, antes disso, eu gostaria de deixar esclarecido que a nossa experiência nessa área vem da criação da Delegacia de Combate ao Tráfico de Armas, que é uma criação muito recente. A Delegacia de Combate ao Tráfico de Armas foi criada para dar respaldo ao Estatuto do Desarmamento, que é a Lei nº 10.826, que veio reprimir com mais eficácia e com mais rigor o porte, a posse e o comércio de armas e munições ilegais. Então, a Delegacia de Combate ao Tráfico de Armas da Superintendência Regional de São Paulo foi criada em meados do ano de 2004 e entrou em efetivo exercício em dezembro próximo passado do mesmo ano. Ali, nós começamos um trabalho, eu, mais um colega, um outro Delegado, o Dr. Pereira, um escrivão de Polícia Federal e dois agentes. Esse era o nosso efetivo de uma delegacia de combate ao crime de tráfico de armas. Cinco pessoas, cinco



policiais. Em janeiro, no mês seguinte à criação da delegacia, a nossa delegacia de Marília remeteu uma informação à Coordenação de Brasília de combate ao tráfico de armas, dando notícia de que um apenado que se encontrava na Penitenciária de Iperó estaria coordenando o tráfico de armas oriundas do Paraguai e de dentro da cadeia. O Dr. Cordeiro, que é o Coordenador da Divisão em Brasília, me contatou e discutimos a respeito de montar uma operação no sentido de averiguar essa informação que Marília tinha remetido e que não tinha origem, essa informação. Era uma informação praticamente, vamos dizer, anônima. Eu expliquei que as condições nossas, ali, eram um pouco pessoal, mas que, de qualquer maneira, nós tínhamos que começar um trabalho. E resolvemos assumir isso e passar a investigar essa quadrilha. Desta pessoa que nós começamos a investigar nós só tínhamos o apelido e a penitenciária onde ela cumpria a pena. O apelido dele era Javali. Mais tarde, com o andamento das investigações, nós o identificamos e descobrimos o número de telefone celular que ele utilizava dentro da cadeia. O nome dele nós descobrimos, chamava-se Francisco José Ananias Nogueira, vulgo Javali, Bicho do Mato ou Gordo. Descobrimos também que a informação procedia, pois, logo nas primeiras fases da investigação, percebemos que ele era membro da facção criminosa denominada Primeiro Comando da Capital, o PCC. O inquérito que investigava essa quadrilha foi então instaurado. Uma vez ocorrendo a procedência da informação, foi instaurado esse inquérito para investigar e aprofundar as investigações e, mais tarde, desarticular essa quadrilha. Durante as investigações, surgiram outras pessoas envolvidas nessa quadrilha. Entre elas, a esposa do Javali, a Eliana, que, do lado de fora da cadeia, era responsável pelo gerenciamento das armas e das munições comercializadas clandestinamente pelo Javali. Com essa descoberta, verificamos que, entre as armas do arsenal do Javali gerenciado pela Eliana, havia uma arma pesadíssima, e que essa arma havia sido introduzida no Brasil por uma pessoa que vive no Paraguai, em Salto del Guairá, de nome Mário Cuevas. É um paraguaio, a especialidade dele é a receptação de carros roubados no Brasil. Essa arma entrou pelo rio, atravessou o rio que divide o Brasil do Paraguai, e foi transportada para São Paulo por 4 mulheres, que nós não chegamos a identificar. Mas descobrimos que essa arma foi desmontada, cada uma delas levou uma parte, e viajaram de ônibus. Para montar essa arma, na chegada, em São Paulo, precisou-



se de um especialista. E nós acompanhamos esses contatos com esse especialista, que verificamos mais tarde chamar-se Gordinho. E ficou nisso. O Gordinho compareceu a um local, onde a Eliana pré-combinou com ele, para montar essa arma. E foi aí que nós descobrimos o local onde estava... com esse encontro, para a montagem da arma, é que nós descobrimos o local onde estava armazenado todo esse acervo. Nós preparamos a primeira operação, o primeiro desencadeamento da operação Chumbo Grosso, a Chumbo Grosso Fase I. Foi quando nós prendemos a Eliana, e iniciou-se, então, outro inquérito, que foi o Inquérito nº 3, de 2005, com a apreensão de diversas armas, dos mais variados calibres, diversas munições, dos mais variados calibres. Inclusive, essa arma ponto 30 que havia sido mandada para o Brasil pelo Mário Cuevas, ali no Paraguai. Com essa prisão, como ela ocorreu em São Paulo, o juiz que estava acompanhando as investigações declinou competência para a Justiça Federal de São Paulo. O juiz anterior era o juiz de Sorocaba, da circunscrição onde se encontrava a penitenciária de Iperó. Essa mudança de juízo acarretou atraso nas investigações de aproximadamente 25 dias, quase 1 mês. Com isso, os meios que nós utilizávamos para investigação sofreram um determinado prejuízo e por isso nós perdemos o contato do Gordinho, que havia surgido como um especialista em armas, e de uma outra pessoa que poucos dias antes de a Eliana ser presa havia entrado em contato com ela se dizendo intermediário de um bom fornecedor de armamento também do Paraguai. Essa pessoa era o Vítor — é o que está aí hoje para prestar esclarecimentos. Nós perdemos contato com ele também por causa dessa mudança de instância lá na Justiça. Com toda a parte formal reajustada na Justiça Federal de São Paulo, nós prosseguimos na investigação. Foi então que nós recuperamos a linha de investigação no Vítor e, através do Vítor, nós descobrimos que ele tinha ligações com o Toninho, que por sua vez tinha ligações com diversas pessoas no Estado de São Paulo ligadas à prática de tiro — armeiros, policiais e gente do submundo também, bandidos. O Vítor, diga-se de passagem, era foragido da cadeia de Jundiaí por tráfico de drogas. O Toninho era balconista numa loja de armas na Capital de São Paulo, situado na Av. Cásper Líbero. E por ele ser balconista nessa loja de armas, ele possuía esses contados que eu falei. Ele conhecia policiais que procuravam a loja, ele conhecia bandidos que eram indicados a ele através do Vítor. Ele procurava o Vítor, o Vítor



procurava por ele para colocar qualquer arma que possuía, ou munição de uso não permitido, através do câmbio negro no mercado. Em um desses contatos do Toninho, uma outra pessoa... Como o Toninho conhecia todo esse pessoal ligado a armas, inclusive armeiros, surgiu um armeiro de nome Francisco, apelido Chico, que foi preso ontem por nossa delegacia com mais de 200 armas na oficina de manutenção. Mas vou me deter ao caso de hoje, aqui. Esse Chico encomendou a Toninho 18 revólveres e 1 pistola, não estou bem lembrado. E o Toninho transmitiu essa encomenda ao Vítor, vendo se o Vítor poderia satisfazer essa encomenda. E Vítor saiu em campo e realmente conseguiu essas armas encomendadas por Toninho para serem entregues ao Chico. Com essa oportunidade que nós tínhamos de, em primeiro lugar, prender o Vítor, porque era foragido, e em segundo lugar, de tirar essas armas de circulação, montamos a operação Chumbo Grosso Fase II, na qual o Vítor compareceu a essa loja de armas com uma caixa contendo as armas encomendadas por Toninho. Na entrega das armas a Toninho, eles sofreram a prisão. Com a prisão dos dois, foram desencadeadas buscas na residência do Vítor e, na casa dele, foram encontradas mais outra dezena de armas de diversos calibres, além de documentos dele e em nome de várias outras pessoas e produtos de roubo — colete da Polícia Civil, sinalizador luminoso de veículo. Em poder dele foi apreendido um veículo que ele adquiriu através de fraude, de empréstimo de pessoas fictícias. E por haver suspeita de que as armas estavam sendo comercializadas pelo Toninho clandestinamente, por haver suspeita de que aquela loja de arma poderia estar envolvida, foi feita uma busca na loja de arma também, e ali foram apreendidas diversas pistolas, carabinas. Porque, no momento da averiguação, da legalidade dessas armas, o proprietário dessa loja não apresentou documentação competente para respaldar o depósito dessas armas ali. No entanto, esse inquérito que averiguou a legalidade dessas armas foi instaurado separadamente, porque não havia um vínculo patente do Toninho balconista ali com o envolvimento do proprietário da loja. No entanto, sob o balcão onde o Toninho exercia seu comércio ilegal, após as buscas que foram feitas na casa dele, ele resolveu confessar que ele havia escondido ali 2 armas e 1 caixa de munição de uso restrito, que naquele dia ele iria comercializar. Essa caixa de munição foi apreendida então, e essas armas também. Mas essas armas eram completamente diferentes



das armas que estavam depositadas nessa loja de arma, por isso que não houve o vínculo. E ele também eliminou de qualquer suspeita o patrão dele ali na loja de arma. Essa prisão dos 2 gerou então o Inquérito nº 8, de 2005, e talvez por esse motivo os 2 estejam aqui. É importante ressaltar que as investigações em torno do Toninho nos levaram à identificação de um sargento da Polícia Militar e de outros membros que participam no mundo das armas aí, que eram...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Delegado, por gentileza.

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Pois não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Aqui, Deputado Paulo Pimenta ao seu lado, o Relator. Essa prisão que foi feita ontem é desse pessoal a que o senhor está-se referindo agora?

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Não, eu estou chegando neles. Nós descobrimos a presença do sargento através do Toninho e de..

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quando o senhor estava falando numa hora, o senhor falou assim: foram encontradas numa oficina nossa... Eu entendi mal ou o senhor disse assim?

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Numa oficina...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor falou num Chico aí.

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Isso, porque o Chico... Eu quis dizer o seguinte: o Toninho, por ele ser um balconista numa loja de armas...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito. O Chico quem é? Não entendi.

O SR. CARLOS TADEU TASSO - O Chico é um armeiro. Foi preso ontem também. Na oficina de manutenção de armas, onde ele exercia a atividade dele, foram apreendidas quase 200 armas.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Está certo. Esse Chico, só para eu...

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Pois não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - É o Francisco Romeiro Filho, é isso?

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Isso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Ele não é policial.

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Não, ele é armeiro. Foram presos ontem.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Rua Alvarenga Peixoto, Vila Anastácia.

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Isso, essa é a oficina. Tem o endereço dele também.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito.

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Rua Santo Ubaldo é o endereço da casa dele.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Desculpe-me atrapalhar seu raciocínio, mas é só para eu não perder o meu aqui.

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Pois não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito.

O SR. CARLOS TADEU TASSO - É que eu ia chegar na ligação deles todos. Então, como eu havia dito, o Toninho, por exercer essa atividade ali no comércio de armas legais, ele também adquiriu conhecimento para ter a chance de praticar o comércio ilegal também, porque ali, dirigiam-se, como já expliquei, os ramos mais diversificados da sociedade que possuíam arma ou gostavam do esporte, precisavam de munição, precisavam de uma peça, alguma coisa assim. Entre essas pessoas que o procuravam, havia um sargento, o Sargento Mauro, da Polícia Militar de São Paulo. E, investigando também as atividades do Toninho, surgiu um outro esportista na área de tiro, inclusive ele se autodenominava campeão paulista de tiro, que é o Ricardo Castilho. Após a prisão do Vítor e do Toninho, as investigações prosseguiram em cima dessas pessoas que, nós descobrimos, faziam contato com ele. E o Castilho se revelou um... ele recarregava cartuchos para tiro ao alvo, mas não se restringia a recarregar esses cartuchos para a prática de tiro ao alvo, do qual ele era praticante. Mas ele vendia uma parte dessa fabricação, vamos dizer assim, de cartuchos para sobreviver, porque não apuramos nenhuma atividade lícita e formal durante o tempo em que estivemos investigando-o. E a prisão dele culminou com uma entrega, um transporte, vamos dizer assim, de 4.500 cartuchos de munição ponto 40 a um major que possuía uma empresa de treinamento em tiro. Ele dá treinamento para policiais, dá treinamento para grupos que trabalham em segurança, por todo o Brasil. E, com o transporte dessa munição, ele não poderia fazer isso, o Castilho. E ele foi preso no estacionamento do Shopping Center Norte,



em São Paulo, local onde ele deveria fazer a entrega dessa munição ao coronel da reserva da PM do Rio Grande do Sul. Ele foi preso ali com 4.500 cartuchos, como já disse, de munição ponto 40. É uma munição de uso restrito, e, por isso também, ele está preso. E parece-me que está aqui convocado também. Com a prisão do Castilho, as investigações retornaram a uma outra pessoa que surgiu do relacionamento do Toninho, que é o Sargento Mauro. Então, investigando as atividades do Sargento Mauro, nós chegamos a uma pessoa de nome Anderson. O Anderson possuía contatos no Rio de Janeiro e as munições de Fuzil 762223 eram levadas por ele para o Rio de Janeiro para serem fornecidas a facções criminosas daquele Estado ali. E essa munição e a arma que ele levava para o Rio de Janeiro eram fornecidas a ele pelo Sargento Mauro e por um ex-soldado da Polícia Militar, que foi preso ontem também, de nome Júlio Oliviere. O Anderson foi preso em Volta Redonda com cerca de... não me lembro a quantia exata, mas tinha quase mil munições de fuzil e uma metralhadora de fabricação caseira, que existem fortes indícios de ter sido montada na oficina desse armeiro aqui, do Chico, porque ele tinha material para isso ali. Ele tinha 12 tornos, mais ou menos, ali, na oficina dele, e tinha uma boa linha de montagem e material para isso. E o Anderson, então, foi preso em Volta Redonda usando uma farda do Exército. Ele estava com a esposa dele. E, por coincidência — aqui eu vou abrir um detalhe da investigação, mas eu acho que nessa altura não vai ter muito prejuízo —, nós descobrimos que o Anderson estava envolvido com as facções do crime organizado porque, com a prisão da Eliana, um dos telefones que eram usados por ela foi parar nas mãos dele. Quando nós passamos a monitorar o telefone dele nós verificamos que era um telefone que já tinha sido usado pela Eliana, aquela que foi presa inicialmente com o arsenal do PCC, gerenciado por ela. Com a prisão do Anderson, nós voltamos à carga novamente para cima do Mauro, que nós verificamos que tinha potencial para nos levar a outra linha da investigação, para descobrir de onde poderiam estar saindo as armas. A munição, nós tínhamos idéia, porque ele fazia contatos com pessoas do submundo, que ainda estão para serem descobertas, mas fazia contatos também com membros da própria corporação, tanto da reserva quanto da ativa. E uma dessas pessoas que ele fazia contato, da corporação, era um major da reserva, o Major José de Angeles; um ex-policial militar, o nome de Júlio, que já havia



fornecido a munição para ele entregar ao Anderson, mais um sargento da reserva, de nome Jerônimo Moreira, e...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Delegado, permita-me interrompê-lo novamente.

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Pois não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O Anderson foi preso numa barreira...

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Da Polícia Rodoviária.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Ele já estava sendo monitorado por vocês?

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Ele estava sendo monitorado para a gente. Quando ele saiu para o Rio de Janeiro, nós não tínhamos condições de saber em que carro ele iria e quando ele foi. Quando ele saiu para o Rio de Janeiro... nós ficamos sabendo, ele já tinha saído. Então, não tivemos tempo de interceptar a saída dele, e quando descobrimos que ele tinha sido preso pela Polícia Rodoviária Federal, foi uma surpresa e um alívio ao mesmo tempo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Ele já vinha sendo monitorado. Então, não...

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Não, ele já estava sob investigação.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Já estava sob investigação?

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Estava, estava. Inclusive, ele mantinha tratativas com o Mauro para fazer essa viagem. Nós sabíamos que ele ia viajar, mas não tínhamos como monitorar essa saída, porque ele não tinha sido localizado. Nós sabíamos da existência dele, sabíamos de tudo que ele planejava...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Ele tinha uma ligação com o Toninho, ele tinha.

O SR. CARLOS TADEU TASSO - O Anderson?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - É.

O SR. CARLOS TADEU TASSO - O Anderson não consta. Quem tinha ligação com o Toninho era o Mauro.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Em depoimento que ele deu aqui para nós...



O SR. CARLOS TADEU TASSO – Ah, ele pode... Talvez, talvez.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu não sei até que ponto também...

O SR. CARLOS TADEU TASSO - É.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Porque...

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Pode ser através do Mauro que ele tinha conhecimento com o Toninho; o Mauro, com certeza.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - No depoimento que...

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Ele também?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - ... ele prestou para nós, ele relatou a seguinte situação: que o pai dele tinha um negócio de bilhar e de forró...

O SR. CARLOS TADEU TASSO - É o Arlindo. Arlindo, o pai dele.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - ... e lá ele conheceu o Toninho. E foi lá na loja...

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Speratti.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Speratti, na Cásper Líbero, foi lá que ele... Foi o Toninho que pegou o carro dele, que carregou... Foi o Toninho, não é? Em todo o depoimento dele aqui, ele entregou o Toninho.

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Ele ficou com medo do Mauro, então.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu acho que é bastante provável.

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Ele está com medo do Mauro, então, porque se o... Tem um detalhe aqui que eu até já discuti com o Dorneles...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Tem o depoimento do Anderson lá.

O SR. CARLOS TADEU TASSO - ... o depoimento do Anderson aqui, quase que ele atrapalhou esse trabalho de ontem, bastante, porque a esposa do Anderson voltou para São Paulo e disse que o Anderson tinha prestado depoimentos aqui. Falou para o pai dele, o Arlindo — ela chama de “os caras” aqui —, que todos “os caras” aqui conheciam o Mauro, conheciam o Toninho, tinham o nome de todos eles, e estava todo mundo sob investigação. Aí, quando nós soubemos disso, nós falamos: “Poxa, então nós não vamos ser felizes no final aqui”, porque estávamos preparando as prisões deles todos, como foi feito ontem. Mas, felizmente, eles ficaram temerosos. Mas eu acho que eles não acreditaram muito que teriam a prisão decretada. De todos eles aqui, desses 6 que estavam sob investigação, realmente



não escapou nenhum. Por isso eu acho que ele mandou avisar o Mauro, de medo do Mauro, eu não sei.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Talvez ele tenha entregado o Toninho, porque o Toninho já estava preso.

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Exatamente. É isso o que eu estou imaginando aqui.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - É o raciocínio...

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Porque eu não acho que os senhores sabiam da existência desse pessoal de ontem. Ele pode ter entregue espontaneamente eles e depois mandado a mulher dele dizer para os outros que vocês já sabiam disso com medo de represália. Eu estou imaginando isso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Depois eu quero mostrar para o senhor outro depoimento que nós temos aqui, que talvez tenha algum tipo de informação que possa ser útil inclusive para o trabalho que vocês estão fazendo.

O SR. CARLOS TADEU TASSO - É, mas deu tudo certo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu sei, mas há outras conexões.

O SR. CARLOS TADEU TASSO - É lógico.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Porque, por exemplo, esse Vítor já tinha aparecido aqui numa outra coisa que depois eu vou mostrar para o senhor.

O SR. CARLOS TADEU TASSO - É, o mundo do crime... Eu tenho o meu esqueminha.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Queria dar uma olhadinha nesse esquema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O Ricardo Castilho como é?

O SR. CARLOS TADEU TASSO - O Ricardo Castilho é, como eu falei, praticante de tiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ah, esse é o...

O SR. CARLOS TADEU TASSO - O Ricardo Castilho é praticante de tiro; ele se diz campeão paulista de tiro; ele é colecionador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Esse é o que o coronel da brigada pegou com a...



O SR. CARLOS TADEU TASSO – É, ia pegar a munição com ele para dar um treinamento. Segundo o coronel nos disse, o coronel tem uma empresa legalizada; as armas que ele estava portando estavam todas com guia de tráfego, fornecida pela Polícia Federal do Rio Grande do Sul. Ele estava em São Paulo para aplicar um curso a policiais civis, não me lembro a cidade, não sei se em Piracicaba, uma coisa assim, no interior de São Paulo. Aí ele aproveitou a passagem aqui pela Capital, no aeroporto. Ele desceu no aeroporto para pegar a munição, que, segundo eles nos falou, ele dá o curso, mas não fornece a munição. Ele diz que a munição é cara, quem tem que pagar a munição é o aluno. Então, segundo ele disse, ele ficou de pegar a munição com o Castilho, simplesmente, para facilitar a vida dos alunos e do Castilho, para o Castilho não ter que ir a Piracicaba levar a munição ali. Foi isso o que ele nos falou. E o Castilho é que fabricou essa munição. Ele tem licença para remuniciar estojos, mas ele não tem a permissão para comercializar esses estojos recarregados. Então, ele recarregou 4.500 estojos de munição ponto 40 e vendeu essa munição; e estava transportando essa munição, o que ele não pode também; ele teria que ter a guia. E foi autuado por isso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, não sei se o senhor percebeu, não sei se fui eu que não tinha percebido, mas o Javali é o marido da Eliana.

O SR. CARLOS TADEU TASSO – É, eu expliquei para o senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sim, não, não, eu não tinha entendido que ele era o marido da Eliana.

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Ah, tá.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Nós tínhamos conseguido identificar a existência dele, mas pelo nome dele.

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Os senhores não viram ele?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não.

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Ele mudou de penitenciária. Eu achei que era por conta aqui da CPI. Achei que ele tinha sido ouvido. Porque ele mudou, ele está em Junqueirópolis agora. Ele vai ser indiciado agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, nós ouvimos a Eliana, mas ele não.



O SR. CARLOS TADEU TASSO - A Eliana. Mas por que razão será que ele mudou de lá? Eu achei que fosse aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ele é ligado ao PCC.

O SR. CARLOS TADEU TASSO - É, ele é ligado ao PCC. E ele não é só ligado ao PCC, ele deve ser de posição importante ali, porque na casa da Eliana, onde ela mantinha essas armas e fazia o gerenciamento, existia um caderno. Nesse caderno, havia uma relação de todos os presos pertencentes ao PCC com a penitenciária em que se encontravam, com a matrícula.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A Eliana, no depoimento que ela prestou... É sobre isso que quero conversar com o senhor depois: nós temos 2 depoimentos da Eliana, um depoimento aqui e um outro depoimento.

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Reservado?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Ela falou, ela explicou o papel dela, inclusive. Então, por exemplo, ela tinha as contas bancárias...

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Isso! É, a contabilidade era...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - ... fazia o recolhimento...

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Isso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - ... comprava e mandava por Sedex a distribuição dos gêneros. E havia também aquelas festas que ela organizava: festa do Dia das Mães, festa de Natal...

O SR. CARLOS TADEU TASSO - É, com as outras esposas dos outros membros do PCC.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Ela tinha influência.

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Isso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mas ela foi aberta.

O SR. CARLOS TADEU TASSO - O senhor já sabe como o Javali mostrava as armas que ele queria vender ou alugar para os outros?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Celular?

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Pela foto do celular.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Pela foto do celular.

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Ela tirava a foto e remetia, era assim que eles faziam.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E conseguiram identificar quem é aquela pessoa que, quando a Eliana foi presa naquele... Mais alguém foi preso com ela e, depois, conseguiram identificar mais alguém ali, depois?

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Não, ali é como eu falei... Está aí o Gordinho, não sei se o senhor está vendo aí. Tem o Gordinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - A ligação, então, é essa conexão entre o paiol da Eliana e (*ininteligível*) paiol?

O SR. CARLOS TADEU TASSO - É.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Tinha aquele apartamento, lá, onde a Eliana foi presa com aquele armamento, que tinha aquela metralhadora...

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Isso, em Osasco, é isso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Foi preso mais alguém com a Eliana naquela oportunidade?

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Não, tinha uma pessoa que cuidava dos filhos dela, mas não tinha nenhuma ligação com o crime.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mas que levava as armas, que tirava as armas, não conseguiram identificar quem era?

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Ah, é o Gordinho.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O Gordinho.

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Esse daí, é. Nós não conseguimos, até agora, identificá-lo. Nós identificamos um tal de Osmar. Esse Osmar é ladrão de banco. Então, por conta disso, é difícil localizá-lo. Identificado está, como Osmar. Por quê? Porque um dos números de celular usado por esse Gordinho pertencia a esse Osmar, que nós, até hoje, não sabemos se é a mesma pessoa. Aquele ínterim que eu falei entre a saída do inquérito da Justiça de Sorocaba para São Paulo atrapalhou um pouquinho aí, porque nós perdemos esse liame na investigação.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - É curioso, diria assim, que o telefone da Eliana venha a aparecer lá, com o Anderson.

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Com o Anderson, isso. É isso que eu expliquei. Por isso que eu falei, o Anderson não é bobo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O Anderson não é aquele estilo que mostra ser.



O SR. CARLOS TADEU TASSO - Não, não, não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Que entrou por acaso...

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Porque ele é que... O telefone da Eliana apareceu com ele.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E o pai do Anderson, o Arlindo, esse também, e a mulher do Anderson têm envolvimento?

O SR. CARLOS TADEU TASSO - A mulher foi com ele para o Rio, não é?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sim.

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Para dar aquele ar de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - De casal.

O SR. CARLOS TADEU TASSO - É. (*Risos.*) E, além disso, ele pôs uma farda do Exército ainda. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito.

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Ele não é, ele não é... Ele pareceu ingênuo, aqui, para os senhores?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Se fez de bobo aqui. E ela que pareceu mais, inclusive; pelo menos, a minha leitura, não é?

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Não sei se... Dorneles, você está por dentro de onde o Anderson está agora? Está por dentro, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deixe eu passar a palavra ao Deputado Luiz Couto para depois nós ouvirmos, então, os que estão presos. O Deputado Luiz Couto quer perguntar alguma coisa ao Delegado?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim. Delegado, primeiro quero parabenizá-lo pela operação e pela ação no combate, porque não é apenas tráfico de armas. Parece que foram apreendidas também drogas, não é?

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Ah, com a Eliana.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Com a Eliana.

O SR. CARLOS TADEU TASSO - É, maconha que ela manda para o presídio, para o uso deles lá.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu sei. A quadrilha era bem organizada, porque tinha todo um instrumental para isso.

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Isso.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quer dizer, rádio de freqüência, câmara fotográfica especializada, não é?

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Isso. É, mas isso aí foi descoberto mais tarde. Essas câmaras fotográficas, *laptop*, eram produtos de furto, de roubo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quero saber é o seguinte: se foi identificada alguma relação com o dono da loja Speratti, se estaria envolvido...

O SR. CARLOS TADEU TASSO - O inquérito está em andamento.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Está em andamento.

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Foi instaurado um inquérito separado porque não existem indícios da participação dele na quadrilha.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sei.

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Ele pode ter comercializado uma arma ilegalmente, mas isso não significa que ele pertença à quadrilha. Mas o inquérito está andamento. Está em andamento o inquérito.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. O escritório funcionava bem próximo de um Batalhão e da Corregedoria da Polícia, não é?

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Ah, o senhor está falando da apreensão de ontem?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É.

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Esse “escritório” do major é um escritório entre aspas, vamos dizer assim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sei.

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Ali, ele mantinha contato com... Ele é da reserva há muito tempo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sei.

O SR. CARLOS TADEU TASSO - E mantinha contato com membros da ativa da corporação, como membro da reserva. Chegava a descontar cheques do pessoal, emprestava um dinheiro ali. Entre essas coisas, ele fornecia arma para que fosse revendida.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas foram encontradas com Vítor credenciais da própria...

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Eram falsas.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eram falsas?

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Falsas. Ele tinha uma carteira da Corregedoria da Polícia Militar.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O colete também era falso?

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Era tudo falso: colete da Polícia Civil... Ele tinha uma carteira de oficial médico da Marinha.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E do Departamento de Polícia?

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Departamento da Polícia Civil.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E da Justiça Federal também.

O SR. CARLOS TADEU TASSO - E da Justiça Federal. Mas ele criou um cargo para ele lá, não me lembro o cargo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Foi, não é? Era tudo falso.

O SR. CARLOS TADEU TASSO - A carteira de motorista que estava em poder dele, foi conseguida da seguinte maneira — vou contar só para ilustrar: ele bateu num ônibus, e o ônibus parou.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quem?

O SR. CARLOS TADEU TASSO - O Vítor. A carteira de motorista que estava em poder dele foi conseguida dessa maneira que vou ilustrar aqui. O ônibus parou para ver o que tinha acontecido no carro; ele desceu do carro se identificou como policial; pediu a carteira de motorista do motorista do ônibus para ver se o motorista era habilitado e, com a entrega da carteira pelo motorista do ônibus, ele convidou o motorista para o acompanhar até a delegacia. O motorista ficou receoso de acompanhá-lo até a delegacia. Aí ele falou: *"Então vai buscar 2 passageiros e vem comigo"*. Nessa saída do motorista para ir buscar 2 passageiros para ir com ele, ele entrou no carro e foi embora com a carteira do motorista.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Então ele usava essas carteiras tudo para... Ele não fazia só o tráfico de armas, não. Ele era procurado por tráfico de drogas, era estelionatário, aplicava golpes. O cunhado dele, aqui no meu organograma... Os senhores não têm aí, mas tem uma pessoa que foi identificada como "Veinho". Eles aplicavam golpes em empréstimos bancários, em cartões de crédito de supermercado, e o Vítor estava envolvido nisso também.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - A relação desse pessoal com o PCC está claríssima?

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Não, o Vítor, é clara a relação dele.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É clara, não é?

O SR. CARLOS TADEU TASSO - O Vítor surgiu através da Eliana também.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E nos policiais, também foi identificada essa relação?

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Não, o elo dos policiais militares com essa facção é o Toninho.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É o Toninho.

O SR. CARLOS TADEU TASSO - É o Toninho e o Anderson, que estava com o celular da Eliana.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Aquela fábrica de armamento era registrada?

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Não, “fábrica”, entre aspas também, é uma oficina. Não, oficialmente ela é uma oficina de manutenção de armas, um armeiro. Só que ele não se limitava à manutenção de armas ali, também modificava e fabricava. E ali foram apreendidas quase 200 armas ontem.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Essa vinculação...

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Inclusive dois AR-15 e um fuzil Rugger.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Essa relação, por exemplo, muito próxima do major com policiais militares e civis está sendo investigada? Há outros policiais...

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Não, já foi descoberto ontem mesmo. Essas armas nós descobrimos. Falei anteriormente que, depois da prisão do Castilho com essa munição, sabíamos mais ou menos de onde vinha a munição, mas não sabíamos de onde vinham as armas que estavam sendo colocadas no mercado negro pelo Mauro, pelo sargento.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

O SR. CARLOS TADEU TASSO - E aí chegamos no major, descobrimos que o major era quem fornecia as armas para ele comercializar, mas voltamos a não saber de onde elas vinham. Pelo preço, que era barato — eram comercializadas por volta de 300 reais cada arma, era um preço barato —, chegamos à conclusão de



que essas armas chegavam para ele de graça. Para vender por 300 reais cada arma, é porque chegavam para ele de graça. Como alguém pode ter arma de graça? Desconfiamos, ficamos bastante tempo desconfiados de que seriam armas desviadas da Campanha do Desarmamento. Achávamos que, antes de elas serem inseridas no sistema, elas eram desviadas. Mas, já no final da operação, quando estávamos já pedindo os mandados de prisão deles, já quase sem esperança de conseguir provar de onde essas armas vinham, veio a pista final: elas eram desviadas do depósito do Departamento de Produtos Controlados da Polícia Civil. Aí nós desencadeamos a operação e foi confirmado. No escritório do major nós apreendemos 12 armas, algumas até com a etiqueta do distrito onde ela havia sido apreendida e o ofício que tinha encaminhado essa arma para o DPC. Com isso, a Corregedoria da Polícia Civil veio saber o que tinha ocorrido, que essas armas haviam sido apreendidas com esse major. Não demorou muito, esse investigador se apresentou espontaneamente. Eu estou com o depoimento dele aqui e ele disse que esqueceu essas armas ali por um ano e meio, e acabou confessando, praticamente, que era o responsável pela retirada dessas armas do Depósito de Armas da Polícia Civil.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Essas armas eram apreendidas e depois deveriam ser entregues ao Exército para serem destruídas?

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Destruídas. A checagem do número dessas armas demonstrou que umas já estão destruídas, mas não estavam. E outras, constavam como se estivessem guardadas no depósito do Departamento de Produtos Controlados. Mas, na verdade, elas estavam no escritório do major.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Essa conexão...

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Então, nós acabamos por descobrir de onde vinham as armas comercializadas por essa quadrilha de policiais militares.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Essas armas eram fornecidas para quadrilhas do Rio de Janeiro e de São Paulo?

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Não, a munição.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - A munição? E as armas, elas...



O SR. CARLOS TADEU TASSO - Eram revólveres. Todos os que nós apreendemos eram revólveres. Existia o comércio de pistola e tudo mais, mas isso era para quem quisesse comprar.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E os fuzis?

O SR. CARLOS TADEU TASSO - O fuzil era... O que nós pegamos foi essa metralhadora com o Anderson. Dois fuzis não chegaram a sair. Esse fuzil estava na oficina do armeiro. Eram dois AR-15 e um Rugger, quer dizer, não chegamos a ter notícia do comércio desse fuzil. Eles estavam ali. Eram oferecidos por 15 mil reais.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Para concluir, uma coisa que me deixou meio preocupado é que, se além dessa relação do major com PMs, que era agiotagem...

O SR. CARLOS TADEU TASSO - O major só se relacionava com PMs.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ... que fazia agiotagem, fazia troca também de cheques, etc...

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Isso, isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ... se por trás desse negócio que ele fazia não haviam outros negócios que policiais também poderiam favorecer ao major, mesmo policiais da ativa?

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Não foi detectado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não foi?

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Não, não foi detectado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Uma coisa que aparece, delegado, é que nós verificamos que muitos policiais que se aposentam depois são contratados pelo crime organizado para informações privilegiadas, com toda...

O SR. CARLOS TADEU TASSO - O major, nós não verificamos seu envolvimento, vamos dizer assim, com outras pessoas que não fossem policiais; agora, o Mauro, sim. Tinha pessoas que trabalhavam para ele no fornecimento de armas para revenda, como também revendiam armas e munições dele. Um deles é o Haroldo, que foi preso ontem.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas não havia uma conta conjunta com um policial e o Haroldo? Tinha uma conta conjunta entre...

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Entre um aposentado...



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Um aposentado, que era o Jerônimo.

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Um sargento da reserva.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Era o Jerônimo?

O SR. CARLOS TADEU TASSO - O Jerônimo, isso, e o Haroldo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E o Haroldo.

O SR. CARLOS TADEU TASSO - O Haroldo não é policial.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Não, eu sei, mas nessa conta conjunta aí tem um ex-policial.

O SR. CARLOS TADEU TASSO - É um policial da reserva...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E o Haroldo.

O SR. CARLOS TADEU TASSO - ... e o Haroldo. Foi detectado isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não teria outra conexão maior?

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Eu acho que, aí, é o ganho na venda da arma.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sei. Deu para perceber alguma conexão com outros Estados ou essa...

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Com o Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Rio de Janeiro, só?

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Através do Anderson e do Júlio. O Júlio é o ex-policial militar, que foi preso ontem também, que era o responsável pelo fornecimento de munições. Ele também fazia recarga, e parte dessa munição que foi apreendida com o Anderson foi ele quem ajudou a fornecer. Porque munição está uma coisa difícil hoje em dia. Se a quantidade for grande, não é fácil conseguir, não. Então, eles fazem uns “consorciozinhos”. Tentam arrecadar para colocar isso em circulação.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não sei se quer fazer mais algum comentário para complementar.

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Não, eu prefiro perguntas, se eu puder responder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Bom, não sei se o Relator tem mais alguma pergunta.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Estou mais a fim de conversar com o delegado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, vamos fazer o seguinte: eu vou agradecer a presença ao Dr. Carlos Tadeu Tasso. Ele vai ficar aqui conosco e, qualquer coisa que tiver de informação, durante a oitiva das pessoas, então poderemos trocar algumas idéias.

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Agradeço ao superintendente também pela sua vinda aqui.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Permita-me, Sr. Presidente, sem querer atrapalhar. No depoimento do Anderson, ele fala do Francisco também.

O SR. CARLOS TADEU TASSO - É o Javali, é o Chico. De qual Francisco ele fala? Do Francisco armeiro?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não, não, o Anderson, quando ele fala que o Francisco e o Toninho é que entregaram as armas para ele levar para o Rio de Janeiro.

O SR. CARLOS TADEU TASSO - O Francisco armeiro?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Francisco armeiro, creio eu. Um senhor magrinho, cerca de 60 anos.

O SR. CARLOS TADEU TASSO - É isso aí, é o armeiro. Mas eu estou mais convencido ainda de que ele estava com medo do Mauro.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sim, acho que é bem provável.

O SR. CARLOS TADEU TASSO - Ele está dando os fraquinhas aí. Mas eles se conheciam, lógico, como o senhor viu aqui no meu organograma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mais alguma coisa, Relator?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, eu vou convocar o Sr. Vitório Feriotti Júnior.

Quero informar que o Ricardo Castilho de Moraes Herrera entrou com um pedido de liminar, o qual foi negado pelo Ministro Carlos Ayres Britto. Felizmente, temos recebido grande apoio do Supremo Tribunal Federal, que tem negado todos



esses pedidos de liminar aqui na CPI. Queremos agradecer ao Supremo Tribunal Federal pelo auxílio que tem dado a esta CPI. (Pausa.)

Tudo certo? O senhor é Vitório Feriotti Junior, é isso?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sempre que convidamos alguém para prestar testemunho aqui na CPI nós deferimos um compromisso de dizer a verdade. O senhor gostaria de fazer o compromisso de dizer a verdade? Seria ler esta frase.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sr. Vitório, o senhor é conhecido como Vítor, é isso?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Meu nome é Vitório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É Vitório, mas lhe chamam de Vítor?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Não, meu nome é Vitório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É Vitório mesmo. Sr. Vitório, então me diga uma coisa, o que o senhor sabe sobre tráfico de armas nessa região de São Paulo?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Tráfico de armas? Nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O senhor não sabe nada sobre isso?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Na região de São Paulo, aí... Essa é uma oportunidade, Sr. Vitório, de o senhor estar diante de uma CPI que fala sobre tráfico de armas.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O senhor foi preso em razão disso.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E é uma oportunidade de o senhor poder contar. A CPI tem poderes de Judiciário, então é uma oportunidade de



o senhor contar sua versão. O senhor tem a palavra franqueada para falar sobre a sua versão.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Na realidade, eu não fui preso por tráfico de armas, eu fui preso por portar arma na minha residência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O senhor pode explicar tudo, não tem problema.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Eu fui levar algumas armas para reparo em uma loja, que é uma loja de caça e pesca e armas. No momento em que fui levar as armas para um dos gerentes avaliar, a Polícia Federal estava lá e me deteve. Foi até a minha residência e pegou outras armas, que era tudo de coleção, inclusive armas antigas, datadas de 1800, garruchas. É certo que tinha algumas mais recentes, mas tráfico de armas não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tráfico de armas o senhor nunca...

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Nunca vendi uma arma, nunca comprei uma arma. Meu pai era colecionador, morreu faz três anos, as armas estavam em poder, na minha residência. Quando os agentes me pegaram, me prontifiquei a levar na minha casa. Entreguei as armas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O senhor tem registro de colecionador?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Era do meu pai, muitos anos, muitos anos. Eu não sou colecionador, meu pai era.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Seu pai era colecionador?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Bom, o senhor prefere, então, responder às perguntas a fazer qualquer exposição maior, não é?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Estou disposto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não. Então, vou passar a palavra ao Relator.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Por favor, qual a sua atividade?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Sou comerciante.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Comerciante. Comerciante de quê?



O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Produtos eletrônicos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Produtos eletrônicos. Tem estabelecida uma loja, alguma coisa?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Na Rua Santa Efigênia, 733, Box 10.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito. O seu patrimônio qual é?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Nenhum.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor não possui nada?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Não possuo nada.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Carro?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Nada.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não possui nenhum carro no seu nome?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Não tenho carro, não tenha casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Aquele Audi que estava com o senhor era o quê?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Emprestado.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quem era o proprietário?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - O que estava no documento. A pessoa que estava no documento, em nome daquela pessoa.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Como é o nome da pessoa?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Só peguei emprestado o carro.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Pegou emprestado com quem?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Oi?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Pegou emprestado com quem?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Com o despachante.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Com o despachante?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - É.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor não tem um Golf?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Nunca teve?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Já tive. Ano 95.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor, evidentemente, sabe por que o senhor foi preso.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Sim.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor foi preso não só porque o senhor portava arma de maneira ilegal, mas também porque o senhor estava junto com o Toninho. O senhor sabe quem é o Toninho?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - O Toninho é o gerente da loja, da Casa Speratti de armas.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor estabelece algum tipo de relação comercial com o Toninho?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Comercial não, eu conheço ele há 22 anos, por intermédio do meu pai, que era colecionador de armas. Ele sempre avaliou as armas para o meu pai para reparos, restauração. Meu pai faleceu, eu continuei fazendo a mesma coisa.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quantas armas o seu pai possuía?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Trinta e poucas armas.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Armas novas, armas antigas?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Tinha antigas, datadas de 1800, garruchas, e tinha revólveres, umas duas ou três pistolas. Na minha residência não foi encontrado um fuzil, não foi encontrado armamento bélico, não foi encontrado nada disso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O que o senhor estava fazendo lá no estabelecimento do Toninho quando o senhor foi preso?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Fui levar as armas para ele avaliar para restaurar.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eram armas que estavam precisando de restauração?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Iam ser oxidadas e arrumadas. E seriam essas as últimas que estavam para ser restauradas. Estavam na minha residência, meu pai faleceu, ou ia passar para outro colecionador, ou ia entregar, estava acabando o que ia ter que ser feito.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Que armas eram essas?



O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Trinta e oito.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Tudo 38?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Tudo 38.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Antigos?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Para ser restaurado tinha que ser antigo, os novos não estavam sendo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eram armas que não estavam em condições de serem utilizadas?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Elas, na verdade, iam ser oxidadas, porque as armas sendo antigas, para colecionador elas têm de estar em perfeito estado.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Essas armas eram armas que já pertenciam a teu pai?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Sim.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Teu pai tinha registro de colecionador?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Algumas.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Essas estavam no registro?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Não sei dizer. Ele faleceu faz 4 anos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quando a Polícia Federal procedeu uma vistoria no material que tu estavas carregando, numa caixa de papelão, tu fostes indagado sobre a origem daquelas armas?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Sim.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E o que tu respondeste na hora?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Eu trouxe elas na loja, era de dia, 3 e meia da tarde. Como é que eu ia levar um monte de arma em uma loja para negociar, em pleno dia, o balcão cheio de clientes? O Toninho sempre fez isso, nada comercial. Ele é especialista em arma, ele tem a capacidade de falar o que precisa ser feito, onde ser feito. Esse o meu relacionamento com o Toninho.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito. E por que razão o senhor tinha duas cédulas de identidade com nomes diferentes?



O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Porque eu já tinha problema com a Justiça.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Qual era o problema?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Problema anterior.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Qual é o problema?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Eu tive um problema com a Justiça e ficou pendente, eu não podia andar mais com o meu nome.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Qual é o problema que o senhor teve?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Artigo 12.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Então o senhor usava duas identidades?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Uma identidade.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor não estava com duas carteiras de identidade?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Não, estava com uma identidade.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor não estava com duas cédulas de identidade?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Não, uma identidade. Estava no meu bolso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor foi encontrado com duas cédulas de identidade, as duas com sua fotografia, porém com nomes diferentes. Além disso, o senhor tinha uma carteira funcional da Corregedoria da Polícia Militar. Por que razão o senhor tinha uma carteira da Corregedoria da Polícia Militar?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Eu tinha problema de circular, por causa do meu nome. Às vezes eu andava com essas armas. O modo que eu achei de poder circular.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Você se fazia passar por policial?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Não, nunca me passei por policial. É o fato de temer de ser parado, qualquer coisa. Mas nunca aconteceu.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mas o senhor carregava uma carteira funcional da Corregedoria da Polícia Militar.



O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Não, eu andava com a carteira oficial da Marinha. Essa a identidade que eu portava.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E no carro, junto com a caixa de papelão, o senhor tinha um colete escrito “Polícia Civil” e um giroflex com escudo da Polícia Civil. Por que razão?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Pelo fato de poder circular com armas, não é? Eu me desloquei da Zona Sul para o Centro com essas armas.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor ia ao Toninho, para fazer uma avaliação, aí o senhor...

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Ia levar para a oficina.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Levar para a oficina...

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Onde ele ia me indicar.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor já tinha feito isso em outras oportunidades?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Já fiz.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Para qual oficina o senhor levou?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Na Rua dos Gusmões.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Rua dos Gusmões. Quem é o proprietário dessa oficina? Quem é a pessoa com quem o senhor tinha contato lá?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - É Walter.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Walter, Rua dos Gusmões. Sabe o número?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - O número eu não sei dizer.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sabe localizar essa casa?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - É fácil...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Próxima do quê?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Próximo?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - É.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Não tem próximo. É a Rua dos Gusmões, só que o número eu não sei dizer, não sei recordar, mas onde oxida, “cromeia”. Aí ele faz esse serviço.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O Walter? E aí, então, para ir à loja, o senhor providenciou um colete, um giroflex...

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Positivo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E tudo isso o senhor botou num carro que um despachante emprestou para o senhor?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor já possuía, então, esse material todo?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eventualmente, dependendo de onde é que o senhor ia, o senhor utilizava o giroflex da Polícia.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Pelo fato de eu ter problema.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Pelo fato de o senhor ter problema. Mas eu vou lhe falar uma coisa: o senhor tem oportunidade, aqui nesta CPI... Nós ainda não estamos interessados no seu caso. O que nós queremos é saber desse esquema de venda de armas, munição — origem, fornecimento. Sabemos que essa Casa Speratti, que o Toninho tem um conjunto de relações nesse sentido. Temos também bastante informação a respeito do senhor, e aqui é uma oportunidade que o senhor tem...

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Estou respondendo pro senhor as perguntas.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - ...de poder nos informar exatamente, não é, uma relação que nós sabemos que é muito maior que essa que o senhor está tentando nos fazer crer que possa existir.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - A minha relação com o Toninho é esta relação há 22 anos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Essas armas de uso restrito que tinha na sua residência pertenciam a seu pai?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Qual arma?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quais são as armas de uso restrito que tinham lá na sua residência?



O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Tinha uma 9 milímetros Browning, que é antiquíssima; uma Colt e Smith, que é antiquíssima. (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Por enquanto é isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não, Sr. Relator.

Deputado Luiz Couto tem a palavra.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Vitório, o senhor tem advogado?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ele está aqui?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quem está pagando o seu advogado?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Minha família.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sua família. Sua família. O senhor disse que é comerciante e é autônomo, não é?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Eu tenho um boxe de componentes eletrônicos na Rua Santa Efigênia.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. E há quanto tempo o senhor tem esse boxe?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Há 2 anos e meio.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E antes o senhor trabalhava em quê, antes de ter...

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Sempre, sempre nesse ramo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pois é, normalmente, essa parte eletrônica vende bastante. O senhor disse, quando foi perguntado do seu patrimônio, o senhor disse que não tem patrimônio.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Nenhum.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nenhum?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Nenhum.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quer dizer, o senhor não ... o dinheiro que o senhor consegue com a venda desse material eletrônico o senhor gasta e não tem qualquer tipo de investimento, não? Não tem casa, não tem... ou seja... nem um carro? Como é que o senhor explica isso aí?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Não tenho nenhum bem.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nenhum bem.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Eu moro de aluguel. Morava. Já não tenho mais residência.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. O senhor disse que já... o senhor foi processado e condenado pelo art. 12, né?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Eu fui surpreendido com uma porção de maconha e assinei o art. 12.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sei, 12. O senhor tirou a pena toda?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Não. Eu saí para responder e não voltei mais, e abandonei...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quer dizer que o senhor é fugitivo?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - É, fugitivo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Fugitivo. Qual foi a pena que o senhor pegou lá?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Três anos e 50 dias.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Três anos e pouco?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - É.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E o senhor, nessa fuga, o senhor teve a participação também de outros presos que ajudaram ou o senhor saiu para... Foi em indulto de Natal que o senhor saiu? Como é que foi?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Conseguí uma liberdade provisória e não voltei mais.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ah, liberdade provisória, e não foi mais. E a polícia não foi atrás do senhor não?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - No endereço que eu tinha, sim, pelo fato de eu estar com esse problema no meu nome, que eu usava outro nome.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ah, usava outro nome.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - É.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quer dizer, o senhor tinha 2 documentos de identidade.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Um documento de identidade.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim, mas o senhor disse que tinha outro nome. A polícia conseguiu apreender 2 documentos: um que era com o seu nome e outro que tinha outro nome.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Sim, sim, com outro nome.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Como é que o senhor conseguiu isso? Foi através de...

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - O senhor é Deputado?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sou.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Sr. Deputado, qualquer desses documentos se encontra em qualquer lugar de São Paulo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ah, quer dizer, normalmente é fácil de conseguir documento falso em São Paulo?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - É muito fácil, o senhor sabe disso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu não sei, porque eu nunca fiz isso aí.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Ah, sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Meus documentos são documentos legais.

Agora, eu queria perguntar para você o seguinte: você disse que mantém essa relação de levar armas para Toninho fazer uma... uma espécie de avaliação da arma. Mas como é que... Eram armas que o senhor disse que levava. Essa loja era uma loja que vendia, era de caça, pesca e arma, não é ?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Caça e pesca.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Se o senhor fosse... para armas que estavam em mau uso o senhor levava para uma oficina especialista que pudesse ajeitar as armas.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor disse que não é... o seu pai é que tinha armas, ele era...

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Colecionador.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Colecionador. O senhor não é colecionador?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Não, senhor.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pois é. O seu pai morreu há quanto tempo?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Vai fazer 4 anos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quatro anos. Olha, se ele era o colecionador, era o seu pai que deveria efetivamente fazer essa relação, para saber... Quer dizer, o colecionador entende de armas, participa de leilões e tudo o mais, para ter armas, e guarda essas armas com muito carinho, para que elas não tenham problemas. Agora, o senhor disse que mantém essa relação com o Toninho há 22 anos.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Eu conheço ele há 22 anos por intermédio do meu pai.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ah, do seu pai.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - É...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E seu pai levava também essas armas para Toninho fazer uma avaliação?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Positivo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas ele, colecionador, já tem essa capacidade de fazer uma auto-avaliação.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - O Toninho indicava as oficinas.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ah, indicava as oficinas.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Meu pai conhecia muito de arma, mas o Toninho indicava as oficinas.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sei. Mas, Vitório, não dá para entender o seguinte: um colecionador, ele sabe das... ele tem outros colecionadores, se encontram. Ele já tem todas as informações: a oficina que cuida bem, qual aquela que é picareta, onde não adianta ir. Quer dizer, ir pedir informações para Toninho para que ele dissesse qual era a oficina onde que seu pai poderia levar a arma? Essa explicação sua não dá para a gente entender.

Mas eu queria, eu queria que você me explicasse: quando você foi interrogado na Polícia Federal, você primeiro disse que não teria, não queria advogado, quando entrou em contato telefônico com a sua mãe, a Sra. Dulce Pereira Feriotti, afirmando não ter interesse em contratar qualquer advogado. Por



que essa mudança depois, se você não queria o advogado e você, depois... Foi a sua família que contratou, mesmo contra a sua vontade?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Eu nunca disse que eu não queria um advogado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Não. Nunca disse isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas o senhor assinou a nota lá...

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Ah, Deputado, na polícia se assina muita coisa, viu?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Se assina?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - É...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pois é, mas foi solicitado que o senhor tivesse o advogado na hora, né?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Não. Eles perguntaram se um advogado iria me acompanhar, eu falei: "No momento eu não tenho nenhum."

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sei.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Posteriormente, foi.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Por que o senhor, quando foi perguntado sobre o fato, o senhor disse que não respondia nada e que só em juízo é que o senhor falaria?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Porque eu tinha que me explicar perante o juiz, né, porque ele ia me dar uma atenção. Como ele me deu.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim. Mas o senhor, na Polícia Federal, o senhor também não teve esse tratamento, não?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Não estava seguro.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não estava seguro.

Pelo que nós verificamos aqui, Vitório, a acusação que é feita contra você é que não seria apenas porte de arma, mas que, como você foi preso — e você foi preso na cadeia de Jundiaí, foi isso mesmo?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO -... que você poderia ter vinculação com o PCC. Como é que você explica isso?



O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Desconheço. PCC eu ouço falar.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Na cadeia onde você esteve você não...

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Só ouvi falar...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Porque, normalmente, nessas cadeias, ou se entra em alguma organização, em alguma quadrilha local, ou você é “escanteado”. Nunca lhe chegaram a propor...

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Eu estou na cadeia e não sou filiado a ninguém. Eu sou filiado a Deus. Só isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sei. Está bom. Vamos ver.

Você conhecia muito bem a casa, a loja Casa Speratti. Além do contato com o Toninho você tem algum contato com o proprietário da casa?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Ele era amigo pessoal do meu pai e meu.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O proprietário?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Ele nunca, nunca viu ser feito nada na loja dele. Nunca, 22 anos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Porque, Vitório, você, aqui pelo depoimento que foi feito, você colocou a caixa que carregava sobre o balcão e entabulou conversações com o balconista à sua frente. Você disse que Toninho era gerente. Não, aqui ele aparece como balconista. Que, neste momento, identificando-se o Policial Federal a todos ali presentes, procedeu a uma vistoria superficial no conteúdo da caixa de papelão colocada por Vítor sobre o balcão, constatando, com isso, que no interior da caixa havia diversas armas de fogo embrulhadas em plástico. E aí foi perguntada para você e para o Toninho a procedência das armas e vocês não responderam. Agora, depois que foi dada voz de prisão tanto a você como a Toninho, você foi revistado e, além daquelas armas que estavam na caixa, foi identificada num bolso da jaqueta outra arma de fogo, do tipo pistola. Era também arma da sua coleção?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Era uma pistola Taurus 765 quebrada, “desmuniada” e embrulhada.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sei. Mas também, em outro bolso, foi encontrada uma carteira de dinheiro na qual havia 2 cédulas de identidade com a



sua fotografia, porém com nomes diferentes, além de carteira funcional da Corregedoria da Polícia Militar. Como é que você conseguiu essa carteira — carteiras, mais do que uma — carteira funcional da Corregedoria da Polícia Militar? Foi algum amigo policial que lhe forneceu ou foi através de falsificação também, que é fácil de conseguir em São Paulo?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Estavam no meu poder uma identidade e uma funcional no mesmo nome, que era da Marinha.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Mas ali também pegaram carteira funcional da Corregedoria da Polícia Militar.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Posteriormente, na minha residência, pegaram não a carteira falsificada, um impresso da Corregedoria.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. E esse impresso, como é que foi?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Você faz num computador, você imprime qualquer coisa.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim, mas você tinha o modelo. Quem lhe deu o modelo?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - O modelo?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim, da Corregedoria.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Não precisa fazer. Você faz num computador qualquer coisa.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas com toda... já com os brasões e tudo da Corregedoria?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Não, não tinha nada a ver com funcional. Não, não tinha nada a ver. Não tinha nada a ver. Era um impresso num papel sulfite.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E esse documento do Departamento de Justiça Federal de São Paulo também foi...

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Impresso também. Tudo impresso em sulfite.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quer dizer, o senhor não tem patrimônio nenhum, mas o senhor já vai colocando que tinha computador, impressora e outras coisas mais.



E essa carteira do Ministério da Marinha, como é que...

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - É essa que eu usava no nome para eu andar. Essa, sim. Essa era a verdadeira.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Verdadeira?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Era.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor serviu na Marinha?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Eu?! Não...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E como o senhor era do Ministério da Marinha?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Isso, eu estava fugitivo e precisava de uma documentação pra circular.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim, mas o senhor disse que era verdadeira. Conseguiu como essa carteira?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Ah, comprei ela. Todo o jogo: identidade e a funcional.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Tudo verdadeiro?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Tudo verdadeiro.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Comprou onde, em São Paulo?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Despachante do DETRAN.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Despachante do DETRAN?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - É.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O nome desse despachante.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - O Luiz, o mesmo dono do Audi.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Hein?!

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - O dono do Audi.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ah, o dono do Audi. Então ele é que fornecia para o senhor.

No carro... o senhor disse que esse carro era do Luiz. E o colete identificativo com a inscrição "Polícia Civil"?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Era meu.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Seu. Era legal, foi conseguido de forma legal ou era algo falsificado esse colete?



O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Tudo montado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Tudo montado. Montado. Para isso tinha que... Foi o senhor mesmo que montou isso?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Eu mesmo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Então era... tem que ter uma estrutura grande para fazer isso aqui.

Esse giroflex de cor vermelha e o escudo metálico da Polícia Civil, como é que conseguiu?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Se o senhor vai na Santa Efigênia, o senhor compra em qualquer loja, por 50 reais.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Também o escudo metálico da Polícia Civil?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - O colete da Civil você compra na loja, na Cásper Líbero, e o emblema.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sem documento, sem nada, sem identificação que não é policial?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Sem nada. Sem nada.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Chega lá e...

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Compra.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Onde?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Na Cásper Líbero.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Na Cásper Líbero.

Presidente, é preciso identificar isso aqui, porque qualquer pessoa pode chegar e ter, segundo o Sr. Vitório, pode ter um escudo metálico da Polícia Civil e outras coisas mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Nós vamos pedir depois para a assessoria da Polícia Federal tomar providência nesse sentido.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Quando o senhor foi preso, depois foi feita uma inspeção na sua casa, na sua residência.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Com o meu consentimento.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Com o seu consentimento. Na residência foram encontradas outras armas de calibres diferentes, e aí uma coisa que chama a atenção: calibre de uso restrito.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Uma Browning antiga; uma Colt antiga, de 9 milímetros.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. E aí é o seguinte: o senhor disse que todas as armas eram de colecionador...

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Tudo de colecionar.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas tinha arma que era de uso restrito, munições e acessórios sem qualquer amparo legal. Como é que é isso aqui?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Sem amparo?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Isso daí veio tudo da época do meu pai. Ele mexia com arma. Tem uma caixa enorme cheia de coisas...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim, mas tinha documentação para comprovar?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Nem tudo, nem tudo. Nem tudo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pela informação aqui é que não teria. E aquelas inúmeras folhas de cheques preenchidas, de vários bancos? Esses cheques também foram montados ou eram...

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Não, não. Isso aí era uma bolsa em que estavam guardados vários cheques, identidade e outras coisas que foi de uma pessoa que deixou comigo, que ele fugiu de Jundiaí, entendeu?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sei.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - No mesmo processo comigo. Ele também se evadiu. Só que ele foi para Minas e deixou a bolsa lá. Isso eu tenho testemunhas já arroladas...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Aí tem um bocado de cheques?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - É. Mas era tudo de 2004.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. E aquele colete balístico com a inscrição "Operações Especiais"?



O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Isso faz 10 anos que tenho. Era do meu pai também.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Também tinha.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Isso estava dentro de um baú guardado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Estava dentro de um baú guardado.

Você, quando fugiu lá da prisão, é claro que você, para sobreviver, teve que buscar alguns amparos ou proteção. Você...

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Proteção?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim. Você sai de uma cadeia, você vai tentar se esconder, não é?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Não, não me escondi não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não? Foragido e era fácil assim mesmo?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Não. Só mudei, só mudei de endereço.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Endereço. E nunca foi procurado?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Não, fui procurado no antigo endereço.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas aí você começou a trabalhar nessa época?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Eu já trabalhava. Quando eu fui preso, eu portava maconha. Eu já trabalhava na Santa Efigênia.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Mas aí é o seguinte: o senhor, durante esse período em que o senhor, da fuga lá da cadeia de Jundiaí até esse momento em que o senhor começou a organizar a sua empresa lá no boxe que tem...

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Eu já tinha.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Já tinha?!

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Já tinha.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Já tinha. E o senhor continuou trabalhando nesse boxe e nenhum policial foi à sua procura?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Ninguém tinha o endereço do meu comércio... Tinha o endereço da minha residência.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas não é legal esse documento, não é registrado na prefeitura?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Ah, sim, ah, sim, é tudo certinho.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não paga imposto e tudo o mais?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Tudo certinho, tudo certinho.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Era fácil de a polícia identificar. Já sabia que estava em seu nome. Não estava em seu nome?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Não está no meu nome.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ah, não está em seu nome. Então pode-se explicar o fato da não existência de patrimônio, porque pode estar no nome de outras pessoas. Está em nome de quem essa empresa?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Eu trabalho com uma pessoa, né? Eu trabalho com uma pessoa no boxe.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quer dizer que é seu, mas que essa pessoa é que tem o nome?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - É. O boxe já era de uma pessoa.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Eu comecei a trabalhar com ele. Essas mercadorias vêm do Paraguai, todas essas coisas, componentes eletrônicos. Isso faz 5 anos que eu trabalho nesse ramo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Está bom.

O Toninho, você tem informação se ele teria alguma passagem também pela polícia, anterior?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Toninho é trabalhador.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não, eu pergunto se você tinha a informação de que ele tinha?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Não...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Vitório, é o seguinte: a CPI, a importância da CPI é de investigar para que a verdade possa vir à tona, ou seja, é um momento privilegiado para que as informações sejam dadas, repassadas e que efetivamente nós tenhamos condições de identificar onde está a verdade. É claro que você, como



está preso, você não pode se auto-incriminar, mas era importante que todas as informações que você tivesse pudesse fornecer a esta CPI.

Era na Rua Quipá que você morava?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Positivo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Qual é o número da casa?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Duzentos e dois.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - No Bairro Campo Limpo, né?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Certo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. O que nós temos das testemunhas que acompanharam o caso, quer dizer, trazem informação detalhada sobre o que foi apreendido, o que se encontrou. E a acusação, Vítorio, não é apenas que você foi preso com porte de arma, mas é que ali estaria uma quadrilha especializada em comercializar e fabricar armas e munições.

Eu pergunto: você conhece ou teve algum contato com o policial reformado da Polícia Militar, major aposentado José de Angeles?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Nunca ouvi falar.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nunca. Nunca. Nunca. E com uma pessoa que estaria preso, de nome Javali, não é? (Pausa.) Eliana Aparecida. Você conhece alguma pessoa com o nome Eliana Aparecida?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Eliana Aparecida? Não sei dizer quem é.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não.

Sr. Presidente, acho que o que tinha para perguntar...

Essas armas que foram encontradas na sua...

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Catorze 38.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Foram essas armas?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Essas armas que eu teria condições de vender para o PCC? Revólveres para serem reformados, uns não funcionando?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sei. É. Esse era o colete que você...

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Colete de 10 anos que com uma "estilingada" fura.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pois é. Foi isso, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Pelo que a gente pode perceber, o senhor se considera um injustiçado então.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Não. Negativo. Estou respondendo pelo meu crime.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não, se você se considera um injustiçado?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Injustiçado?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim, um injustiçado.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Por quê?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não, se você se considera?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - O senhor ser acusado desse monte de coisas, de envolvimento...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E você disse que era colecionador.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Não, eu não sou colecionador. Meu pai era colecionador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - O senhor é um trabalhador que tem um boxe, sobrevive disso...

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Sobrevivo disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - ... que não tem patrimônio, que não tem carro, que foi fazer uma — como é que se diz? —, uma avaliação do valor das armas...

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Não. Valor, não. Restauração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - ... e acabou se envolvendo numa situação como essa.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - No porte ilegal de arma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Portanto, o senhor nega qualquer tipo de envolvimento em qualquer...

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Em venda e comércio, totalmente. Tem algum comprador preso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Com certeza vai aparecer.



O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Bom, se ele chegar e me falar que comprou alguma arma de mim... Eu nunca vendi uma arma, não comprei uma arma. Portei uma arma, e portava na minha residência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - O senhor já tinha, em outra oportunidade, ido lá no Toninho fazer esse tipo de avaliação.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Já, já. Conheço ele há 22 anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Qual foi a última vez em que o senhor tinha estado lá?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Uns 3 meses.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Com outras armas?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Não, outras armas, não. Essa vez foi a única vez que eu levei essa quantia de armas. Posteriormente, pegava alguma, uma ou duas, para fazer serviço, mas sempre estava...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Qual é o nome do despachante com quem o senhor pegou o carro?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Luizão. Luizão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Luizão. Onde é o endereço?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Lá no DETRAN. No DETRAN.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - DETRAN?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - O senhor tem o telefone ou alguma outra identificação dele?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Não, não. Não tenho nada. Nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Só sabe que é o Luizão do DETRAN.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Despachante Luizão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - E a pessoa que trabalha com o senhor no boxe, como é que se chama?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Michel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Michel. Michel do quê?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Michel Cervantes.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Cervantes. Ele está lá tocando o boxe?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Eu estou preso faz 70 dias. Agora, se ele está, não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Vai fazer 2 anos e meio que vocês eram sócios.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Não é que é sócio. Eu trabalhava no boxe junto com ele. Eu vendia a minha parte de componentes lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Vindo do Paraguai?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Vem do Paraguai.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Perfeito. E com arma o senhor nunca tinha...

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Eu nunca vendi nenhuma arma e nunca comprei nenhuma arma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - O senhor não conhece a Sra. Eliana?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Nunca ouvi falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Nunca ouviu falar. Esses nomes todos que lhe foram perguntados o senhor nega peremptoriamente que tenha...

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Perguntou de um coronel...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Qual era o telefone celular que o senhor estava usando quando o senhor foi preso?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - O meu telefone?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - É. Qual é o número?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - 9824-3477.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - O senhor usava algum outro telefone?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Tinha 2 telefones.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Qual é o número do outro?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - O outro número eu não me lembro. O outro número eu não me lembro, só lembro desse.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Qual é o endereço em que o senhor estava residindo?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Na Rua Quipá, 202.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Um imóvel alugado?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Alugado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Alugado no seu nome?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Não, em nome de terceiros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Em nome de quem?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - De outra pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Como é o nome da pessoa?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - É um cunhado meu que não, acho que não releva pôr o nome dele, né? Pelo fato de eu ter problema no nome, eu não podia alugar um imóvel com o meu nome, né? Seria muito fácil de ele ser localizado. Pelo fato de eu não ter carro, para não pôr no nome, todas essas coisas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Sim, o senhor não tinha carro não é porque o senhor não tinha carro, o senhor não podia botar no seu nome.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Eu não tenho carro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Esse Golf que o senhor tinha estava no nome de quem?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - De terceiros também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Então, o carro era seu.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Sim, era de meu uso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Evidente que o senhor não podia botar no seu nome, se o senhor estava foragido.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Então, mas o...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Então não quer dizer que o carro não fosse seu.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - O Golf era meu. O Golf foi meu, mas o Audi não era meu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - E o senhor chegou lá no despachante, que o senhor não sabe nem o nome, só sabe que é Carlão...



O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - É Luizão. Não é Carlão, é Luizão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Luizão?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Luizão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - "Luizão, me empresta um carro aí, um Audi". Aí o senhor pegou um Audi emprestado com ele, botou um giroflex, pegou a documentação da Polícia ...

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - O giroflex e o colete eram meus.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - E aí o senhor saiu lá do despachante e foi levar uma caixa de arma na Cásper Libero...

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - É essa a estória?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Essa é a estória que eu estou contando pro senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - E o Luizão, como é que ficou nessa situação? O senhor pega um carro dele emprestado, enche de arma, bota um giroflex, o cara trabalhando lá no despachante, dentro do DETRAN... O senhor não...

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Se foi, se foi constatado, o veículo era financiado. O veículo que esse pessoal circula são veículos financiados, porque eles são despachantes, eles têm o jeito de eles trabalharem. Então são veículos que um usa, outro usa. São veículos de rodar, não têm...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Não têm dono.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Não têm dono. Não têm dono. São veículos financiados. Se você faz um serviço ou um outro, um uma hora empresta ou não. O Golf não, o Golf foi meu. O Golf, de ano 95. Valia 10 mil reais. Faz tempo que eu vendi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Quanto tempo faz que o senhor vendeu?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Ah, faz uns 6 meses.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Uns 6 meses. E o Audi, então...



O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Não, o Audi foi esporádico, usei ele umas 3 vezes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Sempre com esse Luizão?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Ele é dono do carro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - E esse que lhe vendeu os documentos?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Ele providenciou os documentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - O senhor sabe em nome de quem estava esse Audi?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Não. Não, não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - O que mais o senhor poderia nos dizer aqui, como cidadão brasileiro, para nos ajudar na investigação para reduzir a arma ilegal que está em circulação e a munição que está nas mãos dos bandidos? O senhor é um homem experiente, o que o senhor sugeriria para nós?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Pra parar? Pra parar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Não, pra ajudar na investigação.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Nesta investigação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Exatamente.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Eu não tenho nada o que... a dar de informação nessa investigação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Qual é a investigação em que o senhor poderia nos ajudar?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - O senhor é o Presidente, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Sou o Relator.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Relator. Se vive num... No meu caso, se vive numa vida que se conhece pessoas com problema com a Justiça, então é fácil saber qual a procedência... de onde vêm as armas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - E de onde é que vêm as armas?



O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Vêm de quem tem poder. Não é quem tem poder? Os coronéis do Rio de Janeiro, maiores com munição, com fuzil. Esses são os grandes, né? Agora, eu fui pego aí com vinte e poucas armas, garruchas de 1.800, e estou aqui numa CPI. Agora...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Nós queremos chegar é nos grandes.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - É... Os grandes que são difíceis, não é? Agora, chegaram e me pegaram com várias armas aí, falando que é filiado ao PCC. Como é que eu vou vender garrucha pra um crime organizado, 38 pra um crime organizado? Não tinha um fuzil, não tinha uma granada, não tinha um armamento bélico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Talvez não tivesse lá no mesmo lugar.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Como?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Pode ser que não estivesse no mesmo lugar.

Munição, o senhor tinha bastante munição?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Ah, bastante munição? Eu tinha 2 caixas de munição, uma de 380 e uma de ponto 40.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Essa munição de 380 é para o seu uso pessoal?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Sim... E, gozado, eu fui preso na loja. O delegado ficou abismado de eu não portar uma arma. Sou um traficante de armas, se não porto nenhuma arma?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - O senhor é inteligente.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Quer dizer, então, que em outra investigação o senhor poderia colaborar conosco?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Não. Não disse isso. Eu não disse isso. Eu disse que nessas acusações eu não posso dar nenhum tipo de informação, porque eu não sei. Mas quem vive nessa vida...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - O senhor gostaria de fazer uma conversa reservada conosco para poder falar outras coisas que o senhor saiba?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Não. Eu não sei de nada. Eu não sei de nada. Estão me perguntando, estão me perguntando nomes, coronéis...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - A impressão que me dá é que o senhor está com medo.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Medo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - É.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Não, eu não tenho medo não. Eu estou na cadeia, estou preso, vou pagar pelo meu crime. Não tenho medo. Não tenho medo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - É? O senhor trabalhava para quem?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Em que sentido?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - O senhor prestava serviço para quem nesse esquema de armas e munição em que o senhor está envolvido já há bastante tempo?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Eu?!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - É, o senhor mesmo.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Pra ninguém. Nunca vendi arma, nunca comprei arma. Não puseram um comprador na minha frente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - O senhor fazia só a intermediação.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - De quê?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - De arma e munição.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Não, negativo. A única intermediação que eu posso ser acusado é de componentes eletrônicos contrabandeados, só isso. Só isso. Fora isso... Eu não posso assumir uma coisa que eu não faço. Assumo: estava portando armas ilegais na minha residência, sim, mas o pessoal pegou as armas e viu que armas que eram. Se eu abastecia o crime com essas armas, então era um crime bem fraco.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas Vitório, quando o Deputado Pimenta perguntou de quem era a munição você disse que era sua e que era para uso pessoal.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Duas caixas de munição.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Você respondeu que era de uso pessoal.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas você depois disse que não tinha arma.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - É, no momento em que eu fui preso. Como é que eu vou ser traficante de arma se eu não ando nem armado?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim, mas você tem armas que você utiliza.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - É, mas eu não poderia ter uma arma pra defesa própria, não? Eu sou baleado, o senhor quer ver? Eu sou baleado, já fui baleado. Sou aleijado de uma perna.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim, eu sei. Mas você tinha porte de arma?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Não, eu sou fugitivo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas antes não era.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Não, eu já tive, já tive... Eu já tive uma arma registrada, com porte comprado na Casa Speratti. Foi nessa época que conhecemos o Toninho.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Pois é. Mas veja o seguinte: veja que, quando você ia com o Toninho, e depois de fazer a identificação na casa, o Toninho, de forma espontânea e livre, como não foi nada encontrado de forma irregular na casa dele, no caminho de volta de sua residência, ele lembrou-se que na loja Speratti havia deixado escondidas. Ora, se eram armas apenas para fazer avaliação, por que armas escondidas? Duas outras armas de fogo que foram encontradas no local, e que também, acompanhado de Toninho e do proprietário da Casa Speratti, da testemunha Everaldo e de outros policiais, dirigiu-se a essa loja. E o que é grave é que ali, sem qualquer sombra de dúvida, Toninho indicou onde



havia deixado as armas escondidas, as quais foram arrecadadas e juntamente com elas duas caixas de munição de calibre restrito, ocultas, junto com essas armas. Ou seja, se não era nada ilegal, serão armas da coleção do seu pai que você guarda. Ou seja, por que esconder, por que estar num lugar escondido armas e munições? Não é estranho?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Quem, eu?!

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não, Toninho.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Bom, isso tem que perguntar é pra ele.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim, mas eram armas que, segundo ele, teriam sido entregues pelo senhor.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Não, negativo. Se ele ficou com alguma arma, se ele tinha alguma arma na loja, ele responde pelo que era dele. Eu assumo o que estava comigo. Isso daí está errado, não tem nada a ver isso daí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Padre, me permite?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ô Vítor — tu és conhecido como Vítor —, nós sabemos toda a tua história, todo o teu negócio. Tu vieste para contar uma história da carochinha aqui para nós hoje. E se tu não queres dizer a verdade, eu não vejo qual é a intenção. Tu falares que teu pai era colecionador de pistola 765, de pistola 9mm, de coisa desse tipo assim e de número adulterado, de número raspado, isso não é de colecionador, isso é de bandido mesmo. Não tem negócio de colecionador. Então teu pai era traficante de arma e passou o tráfico de arma para ti. Eu só fico chateado de tu estares falando mal do teu pai, que é uma pessoa que já faleceu. Eu acho que era muito mais bonito assumir logo...

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Não, eu não estou assumindo nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ...que tu tens essas armas aqui logo, pronto, porque não dava nem tempo. Tem arma aqui que é novíssima, 9mm, ponto 40, isso é arma nova.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - A 9 milímetros de quando? Browning, antiqüíssima.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Isso é arma... Tu sabes tudo isso, eu não preciso te dizer. Que Browning antiqüíssima nada! Uma PT. Aqui ó. Essa PT 940 é 9mm, é arma moderna, que besteira.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Não é.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu sou delegado federal de profissão. Tu vais querer agora me enrolar que isso aqui é besteira?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Não, não estou enrolando, doutor. O senhor está me perguntando, eu estou respondendo o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quer dizer, vamos parar de palhaçada! Eu já estou cansado dessa lengalenga aqui, e tu dizendo... Onde é que tu viste um colecionador de arma adulterando número de arma e raspando número de arma? Porque foi encontrada arma com número adulterado e número raspado.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Tinham coisas lá que já estavam assim, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É, já estava assim. Quer dizer, ou tu contas... Tu és o fornecedor de arma do PCC. Ou tu contas como é que acontece isso e nós vamos tentar te ajudar ou essa tua história não vai pra canto nenhum.

Tu estás enquadrado em várias coisas. Tu estás por uso de documento falso, tu estás por estelionato, tu estás por tráfico de drogas, tu estás por tráfico de armas, tu estás tudo isso aí e tu vens aqui para me contar uma história de que eu sou colecionador, que eu sou isso, que eu sou aquilo. Quer dizer, vamos falar claro.

Tu queres falar com a gente, queres contar de onde vieram essas armas, como é que tu compras, tu compras de onde, é daqui, é de fora, como é que é? Aí nós vamos começar a falar claro.

Se não demais, padre, eu acho, na minha opinião, que nós estamos perdendo tempo. É uma enrolação, que nós sabemos que é enrolação. Ele sabe que é enrolação.

Não chega a lugar nenhum, porque inclusive tu foste pego. Por quê? Porque tem uma grande operação. Inclusive a Polícia Federal, a CPI já conhecia essa operação e tudo. Tu foste pego porque és traficante de arma mesmo, não tem para onde correr. Tu foste pego com arma que é pinada, com arma que é raspada. Quer



dizer, não existe essa história de colecionador ou coisa parecida. Então, vamos. Quer falar realmente de onde vieram essas armas e tudo mais? Porque o teu pobre pai, que morreu...

Essa 380, por exemplo, isso não é, isso é tudo arma moderna, rapaz. É besteira qualquer coisa diferente.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Não, a 380 era minha, de uso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E tu compraste onde?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Ah, isso daí é tudo ilícito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sim, é esse ilícito que eu quero... O lícito não me interessa, o lícito eu já sei de cor e salteado. Eu quero saber onde foi comprada essa arma. Onde é que se compra arma ilícita lá?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Ah, aí é difícil. Eu não sei dizer pro senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, tu não queres dizer, porque tu compraste.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Não, eu não sei dizer pro senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas tu compraste, tu compraste, como é que não vai saber?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Eu comprei uma arma 380.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tu compraste... Tu não compraste uma arma? Tu sabes disso.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Uma arma 380.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - As únicas armas antigas que tem são essas garruchas porcaria aqui, que não valem nada. Mas o resto aqui é tudo pistola 765, pistola 765, pistola ponto 40. Essa ponto 40, Taurus, não é antiga nem aqui nem na China.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Essa daí tem uns 3 anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É, e teu pai morreu há 4 e é dele, e é isso que é interessante

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Está bom...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É, vê com... Tu disseste que teu pai morreu há 4 anos, e a pistola que tem 3 anos é dele. Se há uma coisa que eu conheço é arma.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Positivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então não adianta me dizer que isso é arma antiga que o papai tinha, que era colecionador, que passou para mim, que não tem nada disso.

Então, onde é que se compra arma em São Paulo? Ou tem que viajar para o Paraguai para comprar?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Acho que é mais fácil no Paraguai, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mais fácil no Paraguai?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Acho que é.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não é "acho", vamos falar. Nós podemos até te ajudar, Vítor, mas nós temos que falar claro.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Não, eu estou falando claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não está, não. Tu sabes que tu estavas de enrolação. Tu ficaste meia hora aqui enrolando com conversa mole.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Não, eu estou falando claro. O que eu estou respondendo é isso daí, e a Justiça vai me condenar. A Justiça que vai dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tu estás com medo do PCC, é isso?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Não, eu não tenho medo de ninguém. Não conheço ninguém do PCC.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Claro que conhece.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Não sou filiado a ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Claro que conhece, rapaz, que besteira!

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Não, não conheço. Nunca conheci.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tu deste arma para o PCC. Nós temos inclusive depoimentos de membros do PCC dizendo isso.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - (*Risos.*) Tá bom, né.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não tem refresco para ti. Tu estás dentro da CPI. Se tu ajudares a CPI, a CPI vai tentar te ajudar. Agora, se tu não ajudares a CPI, que se dane, também. Eu não vou perder, eu não vou ficar perdendo tempo. Eu quero saber se tu queres ajudar a CPI.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Não tenho nada a ajudar a CPI. Eu vim aqui como testemunha só dar declarações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois é, é isso que eu quero saber. Mas é testemunha mesmo, eu quero saber.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Não, mas eu não posso falar uma coisa que eu não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas tu sabes.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Não, eu não sei, eu não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Tu compraste... Essa Taurus ponto 40 tu compraste em algum canto, a 380 tu compraste em algum canto.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Onde é que foi?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Compra de ladrão. Ladrão vende, qualquer ladrão. O senhor vai numa favela, compra qualquer arma que o senhor quer, o senhor sabe disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Compra de ladrão?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Oxe! Você entra numa favela e: "Quero uma pistola". Aparece na hora. Oxe! O senhor, como delegado, o senhor não sabe disso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, não sei, não.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Ah!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não sei não. Eu sei que, quando a gente tem muita arma assim, a gente tem um fornecedor, e esse fornecedor vai dando as armas...

Essas 765 são tudo armas que não são armas antigas. Taurus 765 tem aqui umas 4 ou 5, para mais. Então, é tudo arma nova, não é arma antiga.



O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Essa 765 aí tem mais de 6 anos, ela é de 13 tiros. Depois que saiu a 380, a de 13 tiros, faz mais de 6, 7 anos, saíram em 98 essas armas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas tu vês quantas 765 tem aqui.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Umas 3, 4, 5, todas com defeito, todas pra oxidar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Para oxidar, tu sabes que não é defeito. Oxidar é porque ela pegou um pouquinho de ferrugem.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Você reforma ela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Isso aí é bobagem. Ela está plenamente utilizável. Estando oxidada ou não, não faz diferença nenhuma. Só faz para a beleza da arma. E esse carregador de Glock?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - São tudo coisas... Tinha um baú na minha casa cheio...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, não. Glock também não é antigo, não.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Um carregador? Cadê a Glock?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Carregador 9 milímetros, de Glock 9 milímetros.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - E cadê a Glock?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sim, tu que podes dizer, não sou eu.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Então, estou falando. Tinha uma caixa cheia de peças.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mira telescópica, como é que é?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Isso daí é pra carabina 22. Vende na loja, na Casa Speratti. Isso daí custa 60 reais, você compra no balcão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tu compraste essa no balcão?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Compra, compra tudo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas tu compraste?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Tinha uma carabina 22. Pode ver que tinha uma carabina 22.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Bom, a tua chance está sendo dada. Não sei... Padre, quer falar mais alguma coisa?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quero só perguntar, porque ele disse que era fácil conseguir essas armas do Paraguai, se ele foi alguma vez ao Paraguai.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, nunca fui.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Há algum outro País aqui da América do Sul em que você esteve?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Não, nunca saí do Brasil.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E de São Paulo foi para algum outro Estado, ou não?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Não...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Rio de Janeiro?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Conheço o Brasil.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Conhece tudo.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Você sai para passear, você conhece o Brasil.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Passear.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Vítor, tu conheces o José de Angeles, né?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - José de Angeles?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Não, não sei quem é.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O Jerônimo Moreira da Silva?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O Mauro Higino, também não conhece?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Não conheço.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não conhece nenhum desses?

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Não sei quem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não conhecia essa loja de... Tu, que gostavas de reformar arma...

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Loja de quê?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Essa que foi presa agora, lá em São Paulo, que era tudo gente da PM.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Não, nem sei quem é.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tá bom. Ele não quer falar coisa nenhuma. Para mim, está bom, não tem problema nenhum. Daqui a uns 30 anos a gente se encontra de novo.

O SR. VITÓRIO FERIOTTI JUNIOR - Se Deus quiser.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É, só se ele quiser mesmo. Então, está dispensado. Pode chamar o outro.

Antônio Argemiro Maia, vamos chamar aqui.

(Pausa.)

Informo aos Srs. Parlamentares, em havendo *quorum* regimental, que vou votar a ata anterior, da 43^a Reunião.

Pergunto se precisa ler.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Solicito dispensa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Muito obrigado.

Dispensada a leitura, coloco a ata em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, coloco a ata em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovada a ata. (Pausa.)

Aviso que semana que vem estarão Jair de Oliveira e Marcelo Fetter, da Operação Serra-Luz-Noia, aquela que já houve, inclusive, depoimentos aqui. Então, vai ser bem interessante, para a semana que vem.

Sr. Antônio Argemiro Maia, esse é seu nome?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O senhor é conhecido como Toninho, é isso?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Vou pedir só para falar perto do microfone.

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Ok.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O senhor tem a possibilidade de fazer um compromisso de dizer a verdade, mas fica à sua vontade. Esse compromisso é ler uma frase em que se compromete a dizer a verdade. O senhor gostaria de fazer esse compromisso?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Pois não. Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Muito obrigado.

Sr. Antônio, nós estivemos ouvindo aqui o Vítor. O Vítor é um traficante de armas, que nós já constatamos pela CPI, corroborado pela Polícia Federal. Ele já vendeu armas de grosso calibre para as pessoas e tudo mais. Ele veio aqui, começou contando uma história da carochinha. Depois, foi desmontada a história dele, de que o pai era colecionador, não sei o quê... Ninguém coleciona arma raspada nem adulterada. O senhor, que é vendedor de arma, sabe disto: que arma raspada e adulterada é para bandido mesmo, não é para colecionador. E falou, num primeiro tempo, que tinha só arma antiga. Na verdade, as armas dele não têm nada de antigas, porque essa ponto 40 da Taurus é nova, a 380 é nova, a 765... são todas armas recentes. Então, não tem esse negócio. Infelizmente, o senhor foi pego quando ele estava lhe mostrando essas armas. O que o senhor sabe do Vítor, o que o senhor sabe desse problema de venda irregular de armas?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Sobre a venda irregular de armas, eu não sei nada sobre o Vítor, tá? E, segundo, ele não estava me mostrando arma, quando a polícia me prendeu, no caso. Ele não estava me mostrando arma. Eu estava na loja, atendendo um cliente, quando chegaram os policiais e deram voz de prisão para ambos. Eu não estava conversando com ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O senhor não estava conversando com ele?



O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ele estava mostrando para alguém, porque pelo flagrante... Ali diz que ele estava mostrando a caixa de papelão. Ele tinha uma caixão de papelão com as armas.

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Segundo me consta, era uma caixa de papelão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Era uma caixa de papelão. O senhor conhece um que é da Polícia Militar, de nome Mauro?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Porque nós vamos... Só para lhe explicar, o senhor tem a chance aqui de falar, de colaborar com a CPI. Eu acho que é importante isso. O senhor que trabalha nesse comércio sabe que é uma coisa difícil, porque o crime organizado geralmente se achega a esse comércio de armas. Agora, nós vamos quebrar. Inclusive depois eu peço para o Deputado Luiz Couto para formalizar um requerimento, depois pode pedir ajuda da nossa assessoria, de quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico de todos esses que foram ouvidos aqui, com exceção, é lógico, do delegado. (*Risos.*)

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Fique à vontade, mas não precisa. Então só para dizer que nós vamos saber, quer dizer, se o Mauro telefonou muito para a sua loja, se o Vítor ligava para sua loja ou comparecia. Tudo isso vai ficar constante no negócio. Se o senhor falar a verdade, o senhor sai daqui com o auxílio da CPI. Se o senhor estiver mentindo, o senhor vai responder a um outro processo, que é mentir para a CPI.

Então, eu gostaria de saber, por exemplo: esse Mauro nunca passou lá? Porque podia passar lá para comprar uma arma ou para comprar munição; era policial.

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Não, veja bem: lá é uma loja comercial, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sim, é isso que eu estou dizendo.



O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Então entram por dia centenas de pessoas, entendeu? Agora por nome? Tem tantos Mauros que eu conheço. Tem diversos Mauros, mesmo policiais, que eu conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Conhece?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Conheço diversos Mauros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Um que é sargento, conhece?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Eu sei que ele é policial militar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Isso, isso.

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Agora se é sargento ou tenente eu não sei explicar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sabe que é policial militar.

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Sei que é policial militar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Está bom.

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Um desses Mauros que eu conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E aí... e ele já foi lá comprar arma, munição, alguma coisa assim?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Não, munição, se é policial militar, vai lá compra, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Qual é a munição que é mais comprada assim?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Trinta e oito e 380.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Trinta e oito e 380.

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Me diz uma coisa: e esse Vítor, quantas vezes foi na tua loja lá? Ele ligava freqüentemente? Porque ele disse que ia lá, mas ia lá para te mostrar as armas, para tu consertares as armas. Tu consertas arma?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Na verdade, não é consertar. Eu fazia uma... olhava as armas e via se tinha algumas que necessitasse de um, um... conserto, uma troca de peça, uma oxidação ou niquelação, no caso, entendeu? Agora conserto nunca eu fiz.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - A oxidação tu fazias lá mesmo?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Não. Apenas falava: essa precisa ser consertada, essa precisa ser oxidada ou niquelada, precisa de um reparo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tu fazias isso porque era amigo dele ou o que era?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Exatamente. Foi através do pai dele, o falecido pai dele. Em 85 eu vendi uma arma para o pai dele, documentada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O pai dele era traficante de arma também?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Que eu saiba, ele colecionava arma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tu já viste colecionador de arma de arma adulterada, de arma raspada?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Confesso que não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu também, eu só vi bandido com arma adulterada e raspada.

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Então, e através do pai dele, o pai dele levava...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E quanto tu vias essas armas com número adulterado, raspado, tu não dizias para ele: "Olha, essa arma aí é de bandido, rapaz?"

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Eu não via as armas, doutor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas ele te mostrava e tu não vias?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Eu não via as armas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, mas outras vezes.

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Não, na verdade, eu nunca fiz negócio com o Vítor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tu nunca fizeste negócio com ele?



O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Ficamos, tivemos amizade através do pai dele, quando o pai dele comprou uma arma na época, o Vítor, documentada, tudo certo, entendeu? Aí passou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Já comprou uma arma legal?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Comprou, em 85.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ele nunca falou isso. As dele ele disse que comprou tudo na favela.

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Ele comprou em 85.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Já viu colecionador que compra arma na favela, de bandido?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Confesso que não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu também não.

Relator, quer fazer algumas perguntas? Mas eu só peço até... Vamos ser objetivos, porque não adianta enrolação e ficar naquela embromação.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor trabalha nessa loja há bastante tempo?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Há uns 23 anos aproximadamente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Vinte e três anos. O senhor ganha um bom salário lá?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - É, um bom salário.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor sabe que essa loja tem sido constantemente denunciada por suspeitas de venda irregular de armas, de munição. O proprietário da loja tem conhecimento disso, desse tipo de serviço que o senhor prestava, de chegar um cara ali com uma arma com documentação adulterada, o senhor orientar para onde levar ou coisas do gênero?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Olha, confesso que eu não sei se ele sabia ou não, entendeu? Porque é algo que chega no balcão. Eu não estou negociando arma, apenas estou indicando e falando para ele, pelo conhecimento que eu tenho: "Fulano, essa arma precisa ser oxidada ou precisa de um reparo". E indicava uma oficina especializada.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor já tinha alguma passagem na polícia?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Qual é o patrimônio que o senhor tem? O senhor tem casa?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Não tenho casa.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não tem casa própria?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Tem veículo?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Também não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mora de aluguel?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Moro com meu sogro.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mora com seu sogro.

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Exato.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Onde que fica?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Avenida dos Remédios, Osasco.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Avenida dos Remédios.

A primeira vez que eu ouvi falar do senhor foi em função de um senhor chamado Anderson. Sabe quem é?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor conhece o bairro Capão Redondo?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não conhece.

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Não, só por nome.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor nunca freqüentou um estabelecimento de bilhar e forró no bairro Capão Redondo?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Não, senhor. Nunca.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Nunca?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Nunca.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Por que razão será então que comparece a esta CPI um cidadão e faz um depoimento nos relatando o



envolvimento com o senhor, compra de arma e de munição de forma irregular, e de forma detalhada nos apresentando aqui uma série de episódios que levam ao seu nome — O Sr. Anderson Macedo Martins, lá do Capão do Redondo?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Eu desconheço.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Desconhece a pessoa?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Desconheço a pessoa.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Desconhece o fato?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Desconheço o fato e tudo o que ele falou.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Então, o senhor nega que conhece essa pessoa?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Eu nego que conheço essa pessoa.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Nega que tenha contratado essa pessoa para levar algumas caixas para o Rio de Janeiro?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Jamais. Não conheço essa pessoa e não trabalho com isso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Muito estranho. O senhor conhece o Vítor há bastante tempo — o Vítor.

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Conheço desde 85, há uns vinte e poucos anos, 20 anos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E ele, de tempo em tempo, visitava o senhor lá na loja.

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Normalmente ele vai na loja que eu trabalho, como vai em outras lojas. Normal.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor sabe do que ele vive?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Não, não sei. Não sei.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor conhece ele há vinte e poucos anos e não sabe o que ele faz?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Não sei o que ele faz. Ele fala que é comerciante, entendeu? Agora eu não sei.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Comerciante de quê?



O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Não sei. Não sei explicar. Ele só fala que é comerciante.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E nesse dia que ele foi preso ele levou para o senhor lá, tinha levado lá algumas armas. Ele queria que o senhor fizesse uma avaliação.

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Segundo constava em uma das caixas, havia algumas armas. Só que essas armas eu não cheguei a vê-las, nem toquei nas armas.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sim, mas em outras oportunidades ele já tinha levado armas para o senhor.

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - O pai dele levou.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E ele?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Ele não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Nunca tinha levado armas para o senhor?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Não, senhor.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Não. O pai dele levou umas 3 vezes, o falecido pai dele.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mas faz muitos anos isso?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Faz uns... O pai dele morreu em 91.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Em 91 o pai dele morreu?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - O pai dele morreu em 91.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ainda é mentiroso, o desgraçado.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O pai dele morreu já faz uns 15 anos.

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Em 91 o pai dele morreu.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - *(Risos.)* Faz uns 15 anos já, então, que não levava armas para o senhor?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - O pai dele?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - É.



O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - A última vez que o pai dele levou, digamos, foi em 89.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Em 89?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Em 89.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E de lá para cá, de vez em quando, ele ia lá na loja?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Aí sumiu. Sumiu o pai dele. Nem sabia que o pai dele havia falecido. Aí ele sumiu há uns 10 anos, o Vítor, uns 10 ou 12 anos, e aí apareceu na loja.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Apareceu...

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Apareceu normal, como um cliente normal.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Um cliente normal. Interessado em comprar alguma arma, alguma munição...

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Especulação de preços, só isso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito. Então, quer dizer que neste último período ele não ia regularmente visitar o senhor, mostrar armas para o senhor ou orientar ele a mandar para a oficina armas, esse tipo de coisas?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quando o senhor tinha que mandar fazer esse trabalho de oxidar, arrumar, qual era o armeiro que o senhor indicava para o pessoal?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Eu tinha bastantes armeiros. Eu indicava diversos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Me dá alguns aí mais conhecidos.

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Por exemplo: a Casa Gaúcha, Diana Palucci — que existia na época —, na Rua General Osório também. Então, eu indicava, dava o endereço de ambos e cabia eles se iriam ou não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E aquelas armas que o senhor tinha escondidas lá na loja, para que era aquilo?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Aquelas eram de minha posse mesmo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eram do senhor?



O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Minhas mesmo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eram armas suas?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Minhas.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Por que deixava na loja?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Deixei lá porque eu peguei essas armas, eu comprei de um ambulante...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Um ambulante?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - É, porque ele ia para o Norte com a família, estava precisando de dinheiro e queria vender as armas. Peguei e comprei.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito. O senhor conhece o Mauro, sargento da PM?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - É o que eu acabei de falar agora: eu conheço diversos Mauros policiais militares, entendeu? Não sei se é sargento ou se é tenente. Eu conheço diversos Mauros.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Já vendeu arma para ele?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Já comprou arma dele?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Também não. O que eu vendia para ele, para o policial Mauro, era apenas munição.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Apenas munição?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Munição.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Legalizada ou fria?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Legalizada. Legalizada.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu acredito que seja comum ali no comércio de arma aparecer muita gente querendo vender arma.

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Sem dúvida alguma, sem dúvida alguma.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O cara rouba uma arma, não sei o que lá, e quer vender.

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Vocês compram arma lá?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Não.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Nem o senhor por fora, ali?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ele acabou de dizer que comprou.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor comprou do ambulante.

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Comprei essas 2 armas; essas 2 armas eu comprei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois é, se comprou 2, por que é que não pode comprar 200?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Eu nunca fiz isso. Nunca havia feito isso, entendeu?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Comprou, escondeu e deixou escondidas. Eu não entendi.

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Comprei e guardei. Guardei ali na loja.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quanto tempo faz isso?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Uns 4 meses.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Que arma era?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Um revólver 38 e uma pistola 765, Taurus.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quanto pagou?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Paguei 800 reais nas duas.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Aí comprou, guardou lá e deixou guardado?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Deixei guardado, deixei lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Se V.Exa. me permite, Relator, deixe eu colocar uma coisa que não bate, não adianta. Vocês vêm com umas histórias... tinham que melhorar a história pelo menos. Porque, sendo um vendedor de armas, há 20 anos vendendo armas, tu sabes que pegar uma arma usada de um ambulante, essa arma pode ter cometido 10 assassinatos e estar na tua mão agora. Quer dizer, tu vais ser o assassino, porque tu é que estás com a arma, com a tua digital, com tudo lá. E é a arma que praticou os assassinatos... Quer dizer, tu não irias comprar nunca uma arma dessa sabendo, se não fosse um



esquema de mandar arma pra lá e pra cá; para ficar contigo, tu não irias comprar nunca, porque tu sabes, sem sombra de dúvida, que pegar uma arma usada, ainda de origem desconhecida, pode ter sido a arma do crime. Além de tu seres preso por receptação, tu vais ser preso como autor do delito, porque tu estás com a arma do crime lá! Quer dizer, quantas pessoas esse ambulante matou com aquela arma? Tu sabes?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois é. Quer dizer, e é o tipo da coisa que tu, como vendedor, não ficarias nunca com uma arma dessas para ti, sendo que tu és vendedor de arma, tu a compras a preço de custo, lá, para ti e tudo o mais. Quer dizer, está na cara que essa arma tu compras para vender. E, coincidentemente, é o mesmo calibre que o Vítor tinha, eram 7 armas 765 lá. Coincidentemente, contigo, debaixo do balcão, tinha outra 765. O Vítor mentiu para caramba aqui, até sobre a morte do pai ele mentiu. Disse-nos que ele morreu há 4 anos, e tu acabaste de dizer que foi há 14 anos. Quer dizer, então, esse negócio de que “o papai foi colecionador”. Acho que das 3 garruchas que tinha, o “papai” dele podia ter sido colecionador, o resto não tem mais nada a ver com isso. São mais de 20 armas. Então, o esquema está muito claro para mim, Relator. Acho que a gente até pode continuar nesse... Mas o esquema está muito claro. O Vítor comprava ou vendia, eu só quero saber... Aliás, nós já sabemos quem é que fornecia arma para vocês, tanto para ti quanto para o Vítor. Nós já sabemos até isso. Agora tu queres colaborar ou tu queres enrolar? Aí, é uma decisão tua.

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Excelência, estou apenas falando a verdade, estou falando o que eu sei.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Nós temos informação, Toninho, que tu, regularmente, compras e vendes arma e munição para policiais, para quem quiser fazer negócio contigo.

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Não é verdade.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E tu não conheces o Anderson?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Não conheço o Anderson.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O Anderson te entregou de verde e amarelo, foi de cima até embaixo, que tu eras o vendedor de arma para



bandido que tinha lá. E está aí no depoimento do Anderson, que não precisa esconder de ninguém.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O problema, Toninho, é que, do jeito que a coisa está, as pessoas estão tirando a responsabilidade de cima delas e colocando em ti. É o segundo já que vem depor aqui e que coloca na tua conta. Vou ler para ti: *“Eu moro no bairro Capão Redondo. Há pouco mais de 3 ou 4 meses, fui procurado por um cidadão chamado Toninho. Toninho freqüentava o comércio dos meus pais onde o gerente trabalha. Toninho ofereceu um dinheiro para ele levar uma mercadoria para o Rio de Janeiro, além de arma e munição de 380. Toninho trabalha (...)”*. Cásper Líbero? É isso? Loja Speratti.

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - É isso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - *“Encontrei com ele num barzinho, perto da garagem da Polícia Civil”*. Tem uma garagem da Polícia Civil ali perto?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Tem.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - *“Casa Speratti”*.

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Isso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Percebe o problema?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Ah! Nada disso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sim, mas por que... de onde o cara tirou o teu nome, a loja?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Não tem fundamento.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Só me explica o que é isso aqui.

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Não conheço esse Anderson, jamais iria fazer uma coisa dessas. Não tenho conhecimento nenhum em Capão Redondo nem ninguém no Rio de Janeiro também. Então, é sem fundamento, tudo sem fundamento. Desconheço tudo isso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mas tu imagina o seguinte: vem uma pessoa, senta aqui na CPI e inventa um nome, inventa a loja em que a pessoa trabalha, inventa... E tudo é verdade!

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Veja bem, Sr. Relator...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu queria mais que tu explicasses.

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Não, tudo bem.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu quero entender, porque eu estou achando, de fato, que tu estás sendo usado. Quero saber por quem.

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Como eu trabalho há 20 anos, há mais de 20 anos na firma, eu atendo muita gente, muitos clientes desconhecidos. Então, meu nome... é uma presa fácil achar meu nome.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Certo. Tu achas, então, que ele...

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Usou em vão.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Usou em vão. Quais os armeiros que tu conheces, mais teus amigos, aí?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Excelência, tinha, como eu falei agora há pouco, Casa Gaúcha, Diana Palucci, tinha o Galão das Armas...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Como é que é?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - O Galão das Armas.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sim.

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Esses armeiros.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Por que tu não estás nos dizendo que tu conheces bem o Francisco?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Francisco?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - É, um armeiro. Não conheces nenhum Francisco, armeiro?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não. Chico? Não conheces?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Chico? Armeiro?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - É.

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Confesso que não, senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Então, tu não conheces ninguém. Não conheces o Chico, não conheces o Anderson...

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Não, eu conheço as lojas, eu conheço as lojas, as oficinas mecânicas de armas; agora, o nome específico da pessoa eu não sei.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito. Vamos ter de fazer uma acareação, botar os caras na tua frente aqui, porque esse outro Vítor falou um monte de coisa a teu respeito. Agora, tu vens aqui e negas tudo o que o cara disse.

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Eu estou falando a verdade para o senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Por que razão o cara poderia querer te prejudicar?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Não sei explicar.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Tu tens advogado?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Tenho.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quem é que está pagando o teu advogado?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - A família.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E as pessoas, na tua casa, sabiam que tu tinhas arma ilegal, que tu fazias esse tipo de negócio?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Não, não, porque, na verdade, eu nunca fiz isso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - É, Presidente, eu não sei se vamos ter de botar um na frente do outro aqui para descobrir quem é que está mentindo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu acho que os 2. (*Risos.*)
Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - É mentira combinada ou não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mais ou menos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Toninho, o senhor trabalha nessa loja há quase 23 anos, não é?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Exato.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Qual a sua função na loja?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Vendedor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Vendedor. O Vitório — que ele disse que o nome dele é Vitório —, mais conhecido por Vítor, o senhor conhece ele como Vítor?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Não, Vitório...



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ele é tratado também como Vítor?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - ... e Vítor também.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Conhecido. Ele disse que o senhor era gerente.

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Não. Vendedor, vendedor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Que a sua função é a de gerente da loja.

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor, quer dizer, é vendedor, balcônista, no caso.

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Vendedor. Exato.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E o senhor recebe quanto por essa função? Ou é pela produção que o senhor faz? Como é que é?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Eu sou remunerado... Tenho um fixo e comissão.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim.

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Um negócio de 1.200 reais/mês.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim. Aí tem também comissão, se vender mais?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Não, 1.200 reais brutos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Brutos?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Brutos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas, se o senhor vender, por exemplo, armas a mais daquilo que... o senhor também tem comissão por essas armas vendidas?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Desculpe, eu não entendi a pergunta.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor disse que tem 1.200 e poucos.

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Eu ganho fixo e mais comissão. Totalizando, baseando-se mês a mês, tiro 1.200 reais mensais.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Certo. O senhor é lá do Ceará, o senhor nasceu em Tabuleiro do Norte, não é? No Ceará.

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Isso. Exato. Isso.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor, depois que saiu de lá... saiu de lá há quanto tempo?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Em 72, mais ou menos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Em 72. O senhor sabe que Tabuleiro do Norte é uma região muito violenta, é considerada, inclusive... alguns, em vez de chamá-la de Tabuleiro do Norte, chamam-na de "Tabuleiro da Morte", que tem muito pistoleiro lá e armas funcionam muito naquela região. O senhor, depois que foi para São Paulo, manteve algum contato com Tabuleiro do Norte? Tem família lá?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Tenho família.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Tem família. E também voltou para fazer visita a esses familiares?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Eu voltei lá em 83.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Olha, Sr. Toninho, como disse o Deputado Moroni Torgan, o senhor tem a oportunidade agora... porque, na realidade, se o senhor não fez o que disseram, o senhor está sendo usado, porque tanto o Anderson como o Vitório estão dizendo que era o senhor que... tanto que, quando não encontraram nada na sua casa, mas que, no caminho, quando o senhor se lembrou de que havia 2 armas escondidas na loja e, além das 2 armas escondidas, foram encontradas também caixas de munição de uso restrito. Como é que o senhor tinha? O que era isso?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Veja bem, as caixas de munição... as armas, eu falei de livre e espontânea vontade que as tinha na loja. Agora, quanto à munição, eu falei que desconhecia.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim. Pois é, mas estavam lá na loja, estavam escondidas. O senhor chegou lá e, de livre e espontânea vontade, disse: "*Olha, lá têm 2 armas ainda*". Quando chegou lá, o senhor logo disse: "*Olha, está aqui*". E no lugar que o senhor disse que estavam as 2 armas...

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Exato.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ... foram encontradas também 2 caixas de munição de calibres restritos, que estavam também junto a essas armas. E aí? Como é que o senhor explica isso?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Da munição eu desconheço.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Desconhece?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Desconheço.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas a polícia pegou.

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Sim, a polícia encontrou.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - De quem era essa munição?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Eu não sei.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ora, mas o senhor era balconista que estava lá. O senhor foi quem lá indicou o local onde as armas... E lá, quando o senhor foi indicar as 2 armas, também a polícia encontrou, junto com as armas, essas 2 caixas de munições de calibres restritos. E aí? Como se explica isso?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Desculpe, não junto com as armas. Estavam perto das armas.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim, perto, juntas. Essa arma, essa munição era do dono da loja?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Era isso que eu ia perguntar: era do dono, então?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Não sei de quem era a munição.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas é o seguinte: o senhor é um balconista. Aí chega o Vítor — ou Vítor — e diz que foi várias vezes lá levando armas para que o senhor fizesse uma avaliação — várias vezes. Foi várias vezes. E o senhor, como vendedor, recebendo pessoas que estavam comprando, parava tudo e dizia: Não, agora eu vou analisar e vou avaliar as armas do Vítor. Ou seja, como é que era isso aqui? O seu patrão nunca chamou a atenção do senhor?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Eu desconheço o que o senhor falou agora.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor nunca fez avaliação?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Não, senhor. Fiz para o pai dele, como acabei de falar agora.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Para o pai dele. Para ele, nada?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Ele ligou para mim, esses tempos...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim, mas ele levou uma caixa para o senhor.



O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Ele falou que tinha umas armas e que precisaria que eu desse uma olhada para ver se tinha de fazer alguma coisa. Eu falei: Tá bom, traz que eu dou uma olhada.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim.

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - No dia em que ele levou essas armas — se eram em caixa ou em pacote, eu não sei —, eu estava atendendo um cliente. Eu não cheguei a ver a caixa, não cheguei a ver as armas, quando entraram os policiais federais para fazerem a apreensão.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim, mas o senhor estava lá vendendo arma. Aí, chega a polícia e diz agora: Vítor está preso e está preso o Toninho. Mas por quê? Se o senhor estava vendendo arma para um cliente lá, arma legal mesmo, por que o senhor foi preso?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Eu não estava vendendo arma.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Eu estava atendendo um cliente perto de onde o Vítor ficou.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim.

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Não se tratava de arma.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Agora, o senhor diz que fui preso... Boa pergunta: por que fui preso?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Além do senhor, tinham outros balonistas ou só era o senhor?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Tem, tem outros balonistas.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Tem outros. Pois é, há vários balonistas, o senhor estava atendendo um cliente, aí tinha uma caixa lá perto do senhor... quer dizer, a polícia poderia dizer: Estão presos todos os balonistas daqui, porque esta caixa aqui foi colocada aqui, e este homem aqui está sendo investigado e tem vinculação com o tráfico de armas. Porque fizeram uma operação, não foi algo que a polícia inventou. Ela fez uma operação, uma operação de inteligência, foi olhando, até para pegar o cara na hora em que foi lá. Não foi por acaso que a polícia estava lá naquela hora. Ou seja, ficou um tempo lá: Vamos esperar aqui. Mas eles tinham



informações de que, naquele dia, o Vítor ia levar armas. Para quê? Aí entra a figura do Anderson. O senhor recebia essas armas e o senhor o contratava, ou seja, fazia um contato com o Anderson para que ele levasse essas armas para quadrilhas no Rio de Janeiro. O senhor nunca fez isso?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Desconheço. Nunca fiz.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Desconhece. Por que o senhor, na hora em que o senhor foi preso, primeiro, o senhor facilitou para a polícia, porque a polícia nem perguntou. Foi à sua casa e não encontrou nada, não tinha arma nem nada.

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Exato.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Aí, o senhor, de livre e espontânea vontade, o senhor disse: *"Ah, eu me lembrei agora. Lá na loja em que eu trabalho há 2 armas escondidas"*. O senhor poderia dizer o seguinte: A Polícia não encontrou nada em minha casa, por que eu vou agora me auto-incriminar dizendo: olha, há 2 armas escondidas lá na loja... E o senhor já disse que essas armas eram suas.

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Exato.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor tinha porte de arma?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não tinha. Mas por que o senhor tinha essas armas escondidas? Para que eram?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Eu falei agora: eu comprei para ajudar mais o rapaz.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas armas sem registro...

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Sem registro, sem nada.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ... armas sem documentação, sem nada.

O senhor é um homem, pai de família, ou seja, que há muito tempo tem experiência de conhecer armas; o senhor entrar numa jogada dessas?... Quer dizer, uma arma que o senhor sabe que poderia ser roubada, por que o senhor iria entrar nessa jogada? Poderia ser prejudicado, como está sendo prejudicado. Ou seja, quando, na realidade, o senhor disse: Não, aqui eu vendo arma legal. O meu negócio aqui é vender armas da loja Speratti, ou seja, armas legais. Eu não compro isso aqui. Por que o senhor foi cair numa esparrela dessas? Por quê?



O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Olha, esse foi o meu erro.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Foi seu erro?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Foi meu erro. Esse foi meu erro.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Foi seu erro. Essa pessoa de quem o senhor comprou, o senhor a conhecia antes?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Trabalhava há 1 ano aproximadamente na rua, lá próximo. Há 1 ano.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Qual era o nome dessa pessoa?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Sei que era João.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - João?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - João.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não sabia onde ele morava?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - É... no Maranhão. Não, ele morava aqui em São Paulo. Mas onde ele morava aqui em São Paulo eu não sabia. Eu não sabia.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim. E ele morava onde?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Ele é residente no Maranhão.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ah! No Maranhão. E foi lá vender essas coisas naquela rua. Na loja em que o senhor trabalhou, o senhor foi procurado por muitos policiais para compra de armas?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Constantemente.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eram policiais civis, militares?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Civil, militar.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Militar. Alguma vez chegou lá alguém conhecido, um policial, um major aposentado, José de Angeles? O senhor vendeu alguma arma para ele?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Não, senhor. Esse eu desconheço.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E o Jerônimo Moreira da Silva, sargento aposentado da PM?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Também desconheço.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E Mauro Higino, o senhor já disse que já.



O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Veja bem, Mauro foi um policial que eu vendi munição para ele. Eu não sei se era sargento, soldado, entendeu?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É. Sargento Mauro Higino.

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Porque eu conheço muitos policiais com o nome de Mauro, e não sei se é esse ao qual o senhor se refere.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. E o Júlio Olivieri, ex-soldado, também esteve lá com o senhor?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Júlio?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Júlio.

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Não, senhor. Desconheço.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não. O senhor disse que tinham... E esses policiais compravam armas já com autorização para comprar ou compravam mesmo sem qualquer registro, sem qualquer autorização?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Não, senhor. Eles traziam autorização do Comando.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Do Comando.

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Eu emitia nota fiscal, fazia a venda, e eles levavam para o SAM. Era feita a documentação lá.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Pois é. Eu queria que explicasse o seguinte. O senhor disse que as 2 armas que o senhor comprou de uma pessoa que vendia na rua, que estava com problema, porque o senhor quis ajudar, que esse homem veio do Maranhão. Aí já vem uma conexão que pode existir naquela rua em que se vende de tudo, porque também têm lojas que vendem material de contrabando etc. O senhor não sabia da procedência dessas armas, apenas que João, um vendedor, chegou e pediu para vender ao senhor e o senhor aceitou. Agora, 2 caixas de munição de calibre restrito dentro da loja... O senhor, como balconista, fazia também a avaliação do que tinha na loja, do que saiu, do que entrou, enfim, fazia um acerto de contas, não é?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não era essa a sua função, não. Quem era que fazia essa função de saber o que vendia e o que ainda tinha de estoque? Quem é que fazia?



O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Acho que essa já é a parte administrativa.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas quem é que fazia essa parte?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - O gerente da loja.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quem era o gerente da loja?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - O gerente é o Wanderlei. E tinha o Cosme.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Então, eles é que tinham o conhecimento de tudo o que tinha saído e do que ainda tinha em estoque?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Exato.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eles vão ter de explicar também por que essas 2 caixas de munição, de uso restrito, estavam lá de forma ilegal. Vão ter que explicar. Mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Permite, Padre. Quem é o dono da loja?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - José Kluck.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - José...?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Kluck.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tem algum grau de parentesco com o senhor, alguma coisa? Tem nenhum parentesco? Sempre foi ele o dono?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Ele comprou essa loja, creio, em 94.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Em 94?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Porque era de outro dono.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E o senhor já era funcionário lá?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Já era funcionário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E o senhor é apenas um vendedor lá?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Um vendedor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E o resto do pessoal não reclamou de ter aquelas armas ilegais lá?



O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Como assim? Desculpe-me, eu não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O resto do pessoal — o gerente ou o pessoal administrativo que o senhor falou aí — não reclamaram de ter aqueles armas ilegais?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Reclamaram. O patrão reclamou. Eu pedi desculpas porque eu errei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Reclamaram antes?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Eles não sabiam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Como não sabiam, não estavam embaixo do balcão?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Mas eles não sabiam. Eu que as guardei. Eles não sabiam disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não sabiam. Só da munição é que eles sabiam.

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Nem da munição. Creio que não sabiam. Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - A munição nasceu lá embaixo do balcão?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Não sei explicar.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Como assim? Se não foi o senhor que colocou aquelas caixas de munição, por que o senhor pediu perdão ou desculpa a eles por uma coisa que o senhor não tinha feito?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Eu pedi pelas armas, pelas 2 armas.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pelas armas. Certo. Essas armas estavam escondidas há quanto tempo?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Como falei, há uns 3 ou 4 meses.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Uns 3 ou 4 meses. Quer dizer... o senhor alguma vez fez uso de arma?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não tinha arma em casa?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Cheguei a ter.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas na hora não pegaram. Ou seja, se o senhor comprou essas armas e essas armas eram para o seu uso pessoal, ou seja, não poderiam ficar na loja, porque a loja tem um estoque daquilo que ela vende e daquilo que ela compra. Então, até por essa razão o senhor pode, inclusive, ser prejudicado na relação trabalhista, pois o senhor estaria usando da loja para material...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Permita-me, Deputado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O senhor conhece o Ricardo Castilho de Moraes?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Conhece da onde?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Da loja mesmo. Ele é cliente da loja.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O que ele compra?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Compra pólvora, chumbo para caça, leva cartucho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pólvora e chumbo? Qual é o controle que tem da vende de pólvora e chumbo?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Isso é através de mapa, não é? Chumbo não é controlado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não tem controle nenhum?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Chumbo, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - A pólvora é que tem o controle.

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - A pólvora tem controle.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E o senhor sempre que vendeu para ele registrou no controle? Está lá o nome dele no controle?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Sempre foi dado baixa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quantas vezes por mês ele comprava a pólvora?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - A pólvora é livre, o comércio. Ele comprava, digamos, 2 vezes por mês, 3 vezes, 1 vez...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Qual é a quantidade que geralmente ia?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Dez tubos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Cada cubo é quantos gramas?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Cem gramas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - São 10 tubos, 20 tubos?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - São 10 ou 20 tubos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E isso 2 ou 3 vezes por mês, mais ou menos?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Variava; 1 vez, 2 vezes, 3 vezes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Uma vez, 2 vezes, 3 vezes.

Ele lida com isso? Ele é armeiro ou coisa assim?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Ele é atirador, é colecionador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Essa pólvora recarrega só cartucho grande ou cartucho pequeno também?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Só cartucho para caça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E o pequeno recarrega com que pólvora?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - O senhor fala munição, a bala, no caso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É, 38 ou ponto 40.

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Para esses há uma pólvora especial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E tu a vendes também lá?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tu só vendes a comum?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Só vendo a comum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Onde vende essa especial?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Tem lojas especializadas. Inclusive sai em revista, a Revista Magnum. Tem lojas que vendem, 2 ou 3 lojas, se não me engano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Está bom, obrigado.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Toninho, antes dessa prisão, alguma vez o senhor foi preso, processado ou condenado?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Graças a Deus, não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Essa foi a primeira vez que o senhor foi preso. Alguma vez o senhor, como balconista, além dessas 2 armas que o senhor comprou, outras pessoas chegaram a oferecer ao senhor?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Sim. Muitas, muitas vezes.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E por que eles ofereciam ao senhor?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Não só a mim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ofereciam a qualquer outro também?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Ofereciam a qualquer outro...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quer dizer, aos outros balconistas também podem ter sido oferecidas e eles podem ter caído também no erro do senhor.

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Não só nessa loja. Eu sei que oferecem em todas as lojas.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quer dizer que as lojas que vendem material legal também compram material ilegal?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Não estou falando que compram, mas muita gente oferece.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas, se o senhor caiu... ou seja, o senhor é um homem que nunca tinha cometido nenhum deslize — 23 anos —, o senhor foi enganado nessa coisa, quer dizer, também é possível que possa ter acontecido. Quer dizer, normalmente chega.

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Sim.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Era isso que eu queria... Faz 23 anos que o senhor está lá, uma e duas aparece alguém oferecendo arma. Toda hora aparece alguém oferecendo alguma arma?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Sim, isso é constante.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Constante. E durante 22 anos o senhor nunca comprou nenhuma arma?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Não, porque não precisei.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Ái, 4 meses atrás o senhor resolveu comprar?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Desculpe-me. Comprei uma arma na loja, legalizada, para meu uso, para ter na minha casa.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Ái o pessoal de fora, a vida inteira lhe oferecendo arma, o senhor nunca quis?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Ái, 3 ou 4 meses atrás o senhor resolveu comprar 2?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Fui mais ajudar a pessoa, porque não gosto de arma, não preciso de arma.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Ái comprou 2 armas e deixou na loja?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Na loja. Ia levar para casa, não sabia nem o que ia fazer com isso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quer dizer, 800 reais... vou ajudar esse cara aqui...

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Na verdade, ele já...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Para quem ganha 1.200...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Para quem ganha 1.200, gastar 800 para comprar 2 armas não tem problema.

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Não, isso não é caso de dinheiro de mês.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Como?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Isso não vem ao caso. Porque ganho 1.200 e paguei 800 nas 2 armas. Não é o fim do mundo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Claro. Sobraram 400 para o resto do mês.

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Também não é assim, doutor.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - No caso, por exemplo, eram 1.200 no total, com fixo e comissão. Olha, o senhor tem casa ou paga aluguel?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mora com o sogro.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não paga aluguel. Mas faz feira, faz tudo. Tem quantos filhos o senhor?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Um filho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O sogro mexe com arma também?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E o senhor contribui no pagamento de água, luz e tudo isso aqui. Aí o senhor pega do salário que o senhor tem 800 para comprar 2 armas...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E as deixa na loja meses.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E as deixa na loja. Aí não está muito explicado, Toninho. Alguma coisa estranha tem aí. Ou o João que lhe vendeu conseguiu fazer você cair na jogada ou então é o seguinte... Alguém chegar para mim, tendo um salário que aquilo já está tudo programado para pagar isso, para comprar isso... Aí chega um cara e diz para mim: "Olha, me ajude aí, cara; me combre aí 2 armas". E quais foram os tipos de armas que o senhor comprou?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Uma pistola e um revólver.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Uma pistola e um revólver. E foi uma pela outra? Foram 400 reais cada uma ou não?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - As 2.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - As 2. Então, 800 as duas. Mas teve uma que foi mais cara do que a outra ou foi uma pela outra?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Desculpa, mas o senhor não entendeu direito: eu falei 400 reais as 2 armas.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - As 2 armas?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - As 2 armas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quanto elas custam novas?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Um revólver hoje, digamos, uns 1.100 reais.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E a pistola?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Essa pistola não se fabrica mais. Digamos uns 1.500 reais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quer dizer que, de 2.600 reais, o senhor comprou por 400?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Quatrocentos reais as 2.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Só pode ser roubado, não é?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - A origem eu não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Só pode ser roubado por esse preço.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Assim como aparece gente querendo vender arma, também não aparece gente querendo comprar arma fria?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Aparece também.

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - E não vendem?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Eu não vendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ele vende na hora. Deixa eu perguntar uma coisa, Toninho. Queria saber o seguinte — e vamos sair de ti um pouco: tu estás há 23 anos cuidando desse negócio. Como é feito o tráfico de arma? Não do que tu sabes por fazer, mas do que tu sabes das conversas que tem no teu... Porque sempre chega o pessoal, chega a polícia conversando, chega até bandido — porque tu não sabes que é bandido — e diz: "Quais são as facilidades para o tráfico de arma em São Paulo?" O que tem de facilidades? Não pela tua prática. Pelo que tu ouves na loja, entre os colegas...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Para ajudar, Sr. Presidente. Chega lá um cara e diz: "Toninho, quero comprar uma arma fria". "Não vendo. Não posso me incomodar. Estou aqui há 22 anos". "Então, me diz aí, Toninho, quem é que vende arma fria em São Paulo?"

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Uma boa pergunta.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Nunca lhe fizeram essa pergunta?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Já, já, já.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Aí o senhor responde como?



O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Não sei de onde vêm as armas. Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não quero saber isso. Quero saber como é que o pessoal traz arma ilegal. Porque, inclusive, tu deves ficar até bravo com isso, porque tu vendes ilegalmente e isso diminui o teu comércio.

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Sem dúvida alguma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, do que tu ouviste falar, como é o lance de venda de arma ilegal?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - A origem, de onde vêm as armas?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Isso.

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Ah! Não sei de onde vêm.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Em 23 anos, nunca teve a curiosidade de saber?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Uns falavam que era do Paraguai, outros falavam...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois é, isso depõe contra ti, Toninho, porque se tu estivesses falando a verdade, tu irias dizer: "Olha, já vieram lá, já falaram para mim que é assim e assim. Já outros falaram para mim que é assim, assim". Tu não queres dizer por quê? Porque tu estás com medo de que, dizendo, represente que é aquilo que tu fazes.

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quem não tem consciência pesada... Tu achas que vou ser profissional em uma área por 23 anos e não saberei as irregularidades que os caras fazem? Claro que eu sei. Eu sei sobre todas as irregularidades que eles fazem. Tudo bem, não vou dedurar ninguém ou coisa parecida, mas posso dizer: "Olha, o contrabando é feito; na fronteira eles vêm de tal lugar, assim, assim; no aeroporto vem arma assim, assim". Um cara que está há 23 anos nesse comércio não tem como não saber disso. Participar é outra conversa. Mas não saber um negócio desse não tem como.

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Eu não sei.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois é, e essa foi uma pergunta só para testar se tu estavas com vontade de dizer a verdade ou não, porque eu sei como vem tudo isso.

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Eu não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Padre, tem mais alguma pergunta? Senão vou chamar o último. Eu chamo S.Exa. de Padre, apesar de ser Deputado, porque ele é padre mesmo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Toninho, acho que se você se considera... Ou seja, o Vítor disse que você era o avaliador e que várias vezes ele levou outras caixas para que você fizesse a avaliação. Você disse que não, que você fazia a avaliação quando era o pai dele. Ele disse aqui que você era gerente e que você era quem tinha o comando da loja, ou seja, tinha o conhecimento de tudo. Depois disse que conhecia você há muito tempo e que você era a pessoa que fazia esses serviços, no caso. Então, indicava os locais onde as armas podiam ser consertadas e fazia a avaliação das armas que estavam em boas condições. Além do mais, o Anderson disse que esteve com você perto da loja onde você trabalha, num barzinho, e foi lá que combinou com você a operação que seria feita de levar armas para o Rio de Janeiro. Você saía da loja e ia ao barzinho para conversar com esse Anderson?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Isso não procede.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas como é que... Ele dá todas as referências, diz que é o homem que trabalha... Há um outro Toninho na loja onde você trabalha?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Não, só eu.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Só você. Pois é. Ele dá o endereço da loja, descreve tudo como era. Ou seja, é o momento, Toninho, de você colaborar, se quiser. Eu sei que você está preso. Está preso em que cadeia?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Estou lá no Marrey.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu sei que dentro das cadeias há organizações criminosas que ficam de olho e que dizem: "Olha lá, Toninho, você vai para a CPMI; a gente vai estar ouvindo tudo". Eles têm como saber. "Olha, se disser alguma coisa, já sabe, vai amanhecer com boca cheia de formiga". Não seria porque



você estaria com receio de que, falando alguma coisa, poderiam essas pessoas lhe fazerem algum mal? Aí eu pergunto: se você quer mesmo colaborar com a CPI, você estaria disposto, numa sessão reservada, permanecendo somente os Parlamentares, a contar toda a história, dizer como é que aconteceu, essas relações todas? É o seguinte: a partir desse momento você passaria a ser um réu colaborador e teria, por parte da CPI, algumas respostas com relação ao processo que você está respondendo. Enfim, pergunto: você não estaria... Porque eu sinto que você é uma pessoa simples, que saiu do Ceará, começou a trabalhar de forma honesta e pegou isso aqui. Agora pegaram. Isso, para sua vida, é o fim. Porque você, ao sair da prisão, dificilmente vai conseguir outro trabalho, não é? Até pela própria idade que tem e porque foi preso e tudo mais. Você estaria disposto a colaborar com esta CPI numa audiência reservada? Aí você diria tudo, ficaria só conosco. Valeria a pena como instrumento de investigação. Pergunto se você gostaria de fazer isso, porque aí seriam dadas as condições. E o Presidente Moroni Torgan daria todas as condições para que, de fato, você pudesse se tornar um réu colaborador.

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Não, porque...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Por que não?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - ...porque tudo o que iria falar é exatamente o que acabei de falar aqui. Não há nada a mais nem a menos a acrescentar. É exatamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Isso é medo do PCC?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Não é medo nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O que tu contaste aqui é conversa mole; não contaste verdade de coisa alguma.

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - É o que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Talvez a única verdade que tu dissesse até agora foi o ano que morreu o pai do Vítor. Acho que foi a única coisa que sobrou de verdade. Não deu tempo de combinar e não deu para dizer que foi há 4 anos. Aí tu dissesse que era 14. Então, de resto...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ele estava na mesma cela do Vítor?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não sei. Estás na mesma cela que o Vítor?

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É por isso. Eles estão combinando tudo direitinho.

O SR. ANTÔNIO ARGEMIRO MAIA - Isso não tem nada a ver, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Os 2 trabalham para o PCC mesmo. Então, queríamos te dar uma chance para tu poderes dizer alguma coisa, mas tu chegaste ao cúmulo de dizer que há 23 anos trabalhando no comércio de armas, não sabes nada sobre qualquer irregularidade que aconteça nesse comércio. Quer dizer, tu chegaste até a esse cúmulo. Fiz a pergunta só para saber se estavas com vontade de dizer a verdade ou negar a verdade mesmo. Porque há 23 anos nesse comércio e não saber como tudo acontece é um negócio complicado. A única pena que tenho é que tem alguns policiais envolvidos nesse negócio, e isso me deixa realmente muito triste. Mas, infelizmente, esses que trabalham para desviar arma da polícia, para colocar arma da polícia na mão do bandido, esse, para mim, não é mais policial, não. Já virou bandido no momento em que fez esse desvio.

Por mim, o senhor está dispensado. Pode ficar aguardando com o outro.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pode ficar abraçado. É tudo a mesma coisa mesmo. Agora ele vai dizer: "Dei mancada lá. Falei que era há 14 anos que o teu pai tinha morrido, e tu falaste que era só há 4 anos".

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É. Vamos fazer todo o possível para que sejam responsabilizados pelos delitos que cometeram e que nada disso deixe de acontecer. Pode ir.

Vamos chamar o último, o Sr. Ricardo Castilho de Moraes Herrera. Espero que esse venha com vontade de dizer a verdade. *(Pausa prolongada.)*

Pode tirar as algemas. Doutor, peço que o senhor fique para trás, por favor. O senhor gostaria de fazer o compromisso de dizer a verdade? É uma prerrogativa sua fazer ou não.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Perfeitamente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não. Depois de tirarem suas algemas, o senhor faz. (*Pausa.*)

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - O compromisso é por escrito?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não. É só ler essa frase.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sr. Ricardo, penso que o senhor não tem envolvimento grande com esses bandidos que ouvimos agora. Infelizmente, são 2 bandidos que vieram aqui à CPI e mentiram muito. Mas a CPI já conhece todo o esquema. O senhor foi pego, na minha opinião, com uma irregularidade.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não devia um profissional do seu gabarito — vi aqui que o senhor tem vários cursos — estar cometendo essa irregularidade.

É um prazer ter a nossa Vice-Presidente, Deputada Laura Carneiro, aqui entre nós, cuidando do Orçamento, inclusive para a segurança pública.

Ricardo, eu gostaria que tu falasses o que tu sabes sobre irregularidades no tráfico de armas. Quero deixar bem claro: não é que tu estejas envolvido no tráfico de armas, mas como tu lidas no *métier*...

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Bastante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ... tu ouves falar muita coisa.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Muita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, não quero que tu te autocondenes, nada disso. Eu, por exemplo, sou policial até hoje. Enquanto eu estava na Entorpecentes, eu era o Delegado que batalhava contra o entorpecente, mas eu sabia tudo o que acontecia, como era o tráfico. Então, eu gostaria que tu falasses muito mais sobre isso até do que de seu caso pessoal. Se tu quiseres contar sua versão do seu caso pessoal, tens liberdade para isso. Não há problema nenhum.



O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - No momento oportuno, serei grato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Não tem problema nenhum. Tu tens essa liberdade, podes até começar contando teu caso pessoal, a tua versão. Depois, quero que tu fales sobre o meio onde... pela prática, pelos seus certificados que vi aqui, tu deves ter muito contato com todo o pessoal. E o pessoal comenta que isso acontece assim, assim, assado.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Muito, muito. Bastante mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Então, dou a liberdade para tu fazeres a explanação do jeito que quiseres. Podes começar explicando o teu próprio caso.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Vou procurar ser bastante objetivo. Se, em algum momento, eu me perder e houver algum questionamento que alguns senhores ou senhoras queiram fazer, podem me interromper. Eu procurarei ser bastante objetivo e dirimir as dúvidas. Meu nome é Ricardo Castilho de Moraes Herrera, sou filho de um oficial da reserva. Meu pai é tenente da reserva da Polícia Militar, e eu sempre cresci em convívio com armas de fogo. Embora, na verdade, meu pai tivesse uma intenção muito grande que eu fosse para academia de oficiais, eu nunca gostei da idéia de ser um policial, não necessariamente militar, mas civil ou mesmo federal. Sempre me atraiu mais o lado de ser um empresário, mas eu não deixo de lado — e nunca deixei — a minha paixão por armas de fogo. Então, desde bastante cedo comecei a treinar tiro, assim que me foi possível, porque é um esporte bastante caro. Então, quando me vi, na verdade, um pouco mais em condições financeiras e com estrutura de praticar tiro, comecei realmente, da maneira correta. Então, eu me filiei a um clube de tiro, comecei a fazer alguns cursos. Uma das coisas que viabiliza a prática do tiro é o processo de recarga de munições. E isso, na verdade, é um processo que procurei absorver e conhecer há mais de 20 anos. Hoje estou com 41, pronto para completar 42 anos. Para que as senhoras e os senhores tenham uma idéia, fui procurar o primeiro curso de recargas de munições por volta de 21 anos para 22 anos de idade com a única pessoa credenciada que havia em São Paulo. Dentro disso também,



comecei a freqüentar o ambiente do tiro, o *métier* do tiro, fazendo parte praticamente de todos os clubes, agremiações ou lugares, lojas, onde houvesse reuniões ou informação de atiradores, de pessoas que freqüentassem o meio — atiradores e colecionadores. Existe aí, inclusive, um detalhe bastante importante: quando a gente fala “atiradores e colecionadores”, a gente já começa a reconhecer essas práticas como corretas, mediante a licença do Exército. A região militar de cada Estado normalmente emite um certificado de registro para atiradores, para colecionadores, para caçadores. E normalmente deveria emitir também — pelo menos existe na forma da lei — um certificado de registro que deveria ser emitido para instrutores de tiro. Eu detengo hoje o certificado de atirador, colecionador e caçador, mas não consegui até hoje o certificado de instrutor de tiro, porque ele não tem sido colocado à disposição em São Paulo. A região militar de São Paulo não tem assinado certificados de registro para os instrutores. A gente vai ver na frente que isso tem uma importância bastante grande. Então, dessa vivência, na verdade, com os clubes de tiro, com os atiradores, com o mercado de recarga, que justamente viabiliza a prática intensa, quer dizer, o treinamento de tiro, eu comecei a conviver com todo esse ambiente e me aprofundar cada vez mais. Há cerca de quase 10 anos, resolvi trocar o *hobby* pela parte profissional. Fiz isso porque, justamente como eu trabalhava na área de *marketing*, vislumbrei nesse segmento uma possibilidade muito grande de crescimento, embora há cerca de 10 anos houvesse uma pressão muito grande, falando-se em desarmamento, falando-se em reduzir o número de armas, em retirar as armas do poder dos civis. O mercado de segurança, haja vista os dias de hoje, é crescente; ele cresce uma barbaridade! Está-se fazendo um investimento muito grande, as empresas de segurança estão crescendo muito, em grande parte apoiada justamente pela falta de segurança e pelo incentivo da mídia, que cria o terrorismo todo. Então, esse mercado, na verdade, me pareceu bastante interessante e se tem mostrado bastante interessante financeiramente, até porque existia uma falta de profissionalismo muito grande. São muitos amadores, pequenas lojinhas, diversas lojinhas pequenas, que na verdade simplesmente vendiam e vendem armas e munições. Hoje, inclusive, praticamente não se vendem mais armas. Não sei, a exemplo de outros Estados, mas a maior parte das lojas de São Paulo, ou praticamente todas, que as senhoras e os senhores procurarem hoje e se



dirigirem ao balcão para tentar fazer a compra de uma arma, mesmo que eles tenham em exposição, eles dificilmente vão querer efetuar essa venda, porque sabem que a burocracia é tão grande, tão grande que a maior parte deles inclusive prefere não efetuar a venda de armas. Então, conhecendo esse mercado, eu procurei me profissionalizar e venho há bastante tempo fazendo um grande esforço. Então, dentro desse esforço, eu procurei abrir uma loja de armas e munições, novamente dentro dessa idéia de que, embora o mercado estivesse apontando o contrário a isso, as empresas especializadas em segurança, em formação de vigilantes, em formação de seguranças, estão investindo muito. E eu, inclusive, embora não tenha conseguido ainda abrir a loja, eu já consegui montar e registrar o contrato social. Já tinha praticamente um ponto definido quando a lei foi aprovada em 2003. Então, eu só não tirei o cartão do CNPJ dessa loja, não levei o projeto ainda à frente. Estava me dedicando agora à montagem de um estande de tiro — com as obras inclusive em andamento, já em fase bem adiantada de execução —, onde eu pretendia atender essas empresas, dentro do estande de tiro. Fazendo que parte do treinamento? Justamente a parte de reciclagem e formação de seguranças — mais a parte de reciclagem, porque a parte de formação, ela fica justamente a cargo das empresas, das escolas, e a parte de reciclagem não, ela pode ser feita nos estandes normalmente. Junto disso também, há pouco tempo atrás, aproximadamente 2 ou 3 anos, dentro dessa idéia de profissionalismo, de profissionalizar mais, começaram a aparecer diversos cursos e atividades paramilitares no Brasil. O que são cursos de atividades paramilitares? São cursos para terroristas? Não. Não temos cursos para terroristas felizmente aqui no Brasil. O que temos na verdade aqui são cursos onde nós tentamos reciclar os profissionais da área de segurança e, entre eles — eu faço questão de frisar —, inclusive, principalmente, policiais militares, civis, guardas civis metropolitanos e até mesmo policiais federais recém-formados ou alguns muitas vezes com bastante tempo de vivência na área, mas que, felizmente talvez, não tenham se envolvido em nenhuma situação real de troca de tiros, de necessidade de uso do armamento. Dentro disso, o que acontece? Esse profissional, quando ele depara pela primeira vez com uma situação de troca de tiros, uma situação em que ele tenha que fazer uso real da arma dele, ele se vê completamente despreparado. Então, dentro disso, começou a



aparecer, não só em São Paulo, mas no Brasil todo, a exemplo do mundo, diversos cursos paramilitares. Qual é o grande problema desses cursos? Como eu falei logo no início, existe atividade de instrutor reconhecida por lei, mas ela não é, inclusive, regulamentada pelo próprio Exército, que até então era o órgão que deveria reconhecer. Então, você só vai encontrar os instrutores atuando de maneira correta dentro das empresas de formação de vigilantes, que isso na verdade é o primeiro degrau de um curso básico, quer dizer, de toda uma carreira, de toda uma vivência básica, totalmente básica. Não é exatamente aquilo que procura um profissional da área, por exemplo, um policial civil, um militar em plena ativa, ou até mesmo federal, ou até mesmo delegados, como eu vejo procurar freqüentemente, que capacitem realmente a fazer uso de uma arma de fogo em condições hoje — com o aproveitamento do que ele tenha necessidade de fazer —, em condições de segurança e sabendo aquilo que ele realmente está fazendo. Infelizmente, como eu disse, existem vários cursos, com várias escolas, inclusive da própria Companhia Brasileira de Cartuchos, que detém o monopólio hoje no Brasil da fabricação de munições e que detém também uma escola para, como eu falei, esses cursos de formação paramilitares, que são cursos, de maneira bem explícita, cursos de tiro de pistola, cursos avançados de pistola, metralhadora, fuzil, revólver, tiro de combate efetivo. E a própria CBC, por exemplo, mantém uma escola desse tipo hoje. Voltando ao início, como eu falava, uma das possibilidades que a gente tem quando ingressa no mundo do tiro, da prática do tiro desportivo, é a prática de recarga de munições. Isso também, embora seja totalmente regulamentado por lei... Aí entramos na prática de mercado, que é bastante difícil de ser cumprida à risca, porque para o atirador, por exemplo, é facultado um determinado volume de material para que ele compre material para sua recarga durante o ano desportivo, durante um ano de campeonato. Existem diversos pontos na lei, desde a quantidade de pólvora que o atirador tem a permissão para que ele compre, a quantidade de cápsulas vazias, a quantidade de pontas de chumbo, a quantidade de espoletas, que são todos os insumos, os materiais que ele usa para a recarga de munições, para efetuar a sua recarga de munições. Só que esses materiais, na verdade, embora pela prática, pelo clube de tiro, pelo Exército, pela Polícia Federal, pelas confederações sejam alvo de tanto controle, tanta burocracia, muitos deles são



vendidos abertamente nas lojas de armas, munições e artigos de caça e pesca em São Paulo, que, justamente, como eu falei, inclusive logo no início, hoje exercem o controle e dificilmente vendem armas, mas continuam vendendo todo o restante do material, praticamente sem nenhum controle do balcão. Então, a parte de pólvora, por exemplo. Eu, como atirador hoje...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Diz-me uma coisa nessa parte só em especial.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - A recarga da pólvora do cartucho é a pólvora comum; a recarga da pólvora, aquela já para pistola e coisa assim, é uma pólvora especial?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Não? É a mesma?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não. Não. Existe, sim, tecnicamente, se nós quisermos levar a fundo, a pólvora para pistola de calibres mais elevados — vamos colocar de maneira explícita, 9 milímetros, que é um calibre restrito e proibido. Para o 9 milímetros, para que se proceda a uma recarga tecnicamente correta, existe a necessidade do que chamamos de uma pólvora de base dupla. Existem pólvoras de base simples e pólvoras de base dupla. Para não querer extravasar na parte técnica, só para que vocês tenham uma idéia, pólvora de base simples é uma pólvora formada à base de nitrocelulose; pólvora de base dupla é nitrocelulose aditivada com nitroglicerina; então, ela tem o poder de queima e de explosão muito maior. Isso é o que se usa no 9 milímetros. Porém, se você quiser simplesmente proceder a uma recarga e atirar com uma pistola 9 milímetros, você pode comprar inclusive uma pólvora de baixíssima qualidade, vendida em frascos de plástico, sem o menor controle de qualidade, praticamente, que se vende um frasco de 100 gramas a aproximadamente 12 ou 15 reais, parecida até da pólvora de umbanda. Para que os senhores tenham uma idéia por exemplo, ela é quase, quase, quase uma pólvora de umbanda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E essa não tem controle nenhum?



O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não tem controle pelo seguinte: é como eu dizia, eu, como atirador, se eu quiser comprar pólvora pela CBC diretamente, livre de impostos, etc., etc., num preço subsidiado, que me permita prática maior do tiro, eu tenho direito a comprar anualmente 3 quilos de pólvora. Três quilos de pólvora, para que os senhores tenham uma idéia, nos calibres normais, calibres pequenos, a gente pode fazer algo da ordem de 6 mil tiros, com 3 quilos de pólvora. Isso para quem pratica ainda é baixo porque qualquer atirador na verdade que se proponha a disputar uma posição de ponta-de-lança, uma posição de cabeça realmente, disputar um título de campeonato, ele vai ter que dar no mínimo hoje mil tiros por semana. Um atirador ponta de chave hoje para treinar para ser realmente campeão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Vai dar uns 50 mil tiros por ano.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Alguma coisa dessa ordem. Então, a gente vê que na verdade esses números, quer dizer, 3 quilos de pólvora, 6 mil tiros, quando a gente pensa no âmbito desportivo, isso é pouco, isso é pouco. Isso assusta naturalmente quando a gente pensa dentro do universo legal e que hoje um civil ele está comprometido a comprar no máximo uma caixa de munição pela lei nova, se não me engano, 50 tiros por ano, mas para o atirador isso é completamente diferente. Então, ele pode comprar, pela lei, 3 quilos de pólvora e recarregar aproximadamente, quer dizer, para as armas pequenas, para as armas curtas, aproximadamente até 6 mil tiros. Agora, isso muda completamente de figura dentro do seguinte: como eu falava, qualquer loja de artigos de caça, pesca, etc., etc., um tubete de pólvora hoje da melhor qualidade no mercado de 100 gramas, ele vai custar no máximo 25 reais. E você pode entrar na loja... Naquela região do centro de São Paulo, inclusive onde eu trabalho bastante, inclusive represento algumas das lojas, existem 4 ou 5 lojas. É uma prática de comércio bastante comum inclusive em São Paulo. Assim como existe a rua dos eletrônicos, aquele pedaço ali antigo da Estação da Luz, ele é cercado por diversas lojas de armas e munições de caça, pesca, artigos afins. Isso até pela questão cultural que já vem: perto das estações rodoviárias e ferroviárias e tudo. Então, é aquela história: você pode entrar numa loja primeiro e comprar 1 quilo de pólvora, passar para a segunda e comprar



mais 1 quilo de pólvora, passar para a terceira e assim sucessivamente. Eu não quero dizer com isso, longe da minha opinião... Eu nunca acho que o correto é você criar mais instrumentos para proibir, proibir, proibir. Ótimo. É tão fácil assim comprar pólvora, então vamos proibir, vamos proibir a venda. Não acho que seja assim. O caipira, que na verdade também usa a espingarda dele de soca-soca, o mateiro, na verdade aquele que inclusive no novo estatuto é permitido a ele continuar a usar a espingarda como arma de sobrevivência, quer dizer, como ferramenta de sobrevivência em regiões mais inóspitas — seringueiros, mateiros, esse pessoal todo —, o que acontece? Ele precisa disso. Ele precisa disso. E aí é que eu deixo para a gente entrar na parte mais controvertida desse assunto todo — até onde eu gostaria de entrar na parte do Sr. Antônio Maia também em tudo —, que é o controle, o falso controle ou a hipocrisia em cima de tudo isso. Essa é a parte mais delicada. Dentro do que foi conversado até agora, da pequena explanação, alguém tem alguma dúvida?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, não. Pode continuar. Eu gostei dessa segunda parte.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Dentro disso é que eu falo. Há quase 10 anos venho convivendo com esse mercado: lojas, lojistas. Como eu disse, falta muita profissionalização. Hoje a maior parte dos lojistas que se encontram no mercado são de lojas herdadas de família, assim como todo esse comércio. É assim toda essa prática, na verdade, dentro do universo das armas de fogo. Os armeiros, por exemplo, pouquíssimos deles são técnicos formados. O que acontece? Os armeiros, por exemplo, vêm de famílias, de 2, 3, 4 gerações, onde o avô, o bisavô, o tataravô eram armeiros. Passou para o avô, passou para o pai, passou para ele e assim sucessivamente. Existe pouquíssima especialização e embasamento técnico. Da parte dos lojistas também. Então, existe uma falta de atendimento capacitado muito grande. O que existe, na verdade, são homens, como o Sr. Antônio Maia, que está ali atrás do balcão de venda de lojas de armas de fogo — até onde eu sei — por volta de 23 anos, alguma coisa por volta disso, e diversos outros vendedores assim, como eu falo e sustento desde o início, onde praticamente já não se vende mais arma de fogo. Nem havia necessidade de um estatuto inteiro e de todo esse referendo, porque praticamente não se vende arma hoje de uso civil



em São Paulo, dificilmente. Basicamente se vende ainda alguma coisa no balcão para aquele que seja atirador ou colecionador, mas o civil dificilmente compra uma arma no balcão hoje. Então, esses vendedores estão ali simplesmente para vender munição, que normalmente no balcão das lojas se vende picado, e vendem pólvora, vendem, misturado a isso, artigos de *camping*, etc., artigos em geral para a prática desportiva, para quem gosta de mato, *camping* e coisa dessa natureza. Na verdade, são pessoas simples. Infelizmente são pessoas simples que às vezes desconhecem até boa parte da legalidade. Inclusive — e isso eu faço um aparte até —, dentro da falta de interesse dos próprios lojistas, digo, os donos das lojas, dentro da falta de interesse dos poucos fabricantes que temos aqui no Brasil, entenda-se Taurus, entenda-se CBC, entenda-se Rossi, que, na verdade, são praticamente os que dominam aí, que nunca investiram no mercado de reciclagem para chamar esses vendedores e falar pelo menos para eles: *“Olha, do jeito que a lei está avançando o que você pode e o que você não pode”*. Então, existe, na verdade, aquele bom senso entre o óbvio, aquilo que pode e o que não pode. É lógico que qualquer um sabe que você não pode vender armas raspadas ou coisa que o valha em cima do balcão, adulteradas, sem registro, sem procedência, ou alguma coisa dessa natureza. Permitam-me, por favor, eu vou fazer um aparte, pelo que estou sabendo, inclusive do caso do Sr. Antônio Maia, que, inclusive, é um vendedor conhecido da minha parte, porque justamente atua nesse mercado ali há muitos anos. E como eu já falei, inclusive, é um local onde eu conheço muitos lojistas, onde eu atuo também. Eu represento uma loja basicamente, inclusive naquele quarteirão, naquela porção ali de lojas, então, tenho conhecimento dele. É uma pessoa bastante simples, mas eu acho muito difícil que ele chegasse ao ponto da ingenuidade de marcar com alguém e receber em cima do balcão. Desculpe se até isso parece ingenuidade da minha parte, mexendo há tanto tempo no mercado, mas me parece simplesmente absurdo que ele tivesse marcado com alguém para receber, na loja onde ele trabalha, uma quantidade de armas, 10, 12, 14, não sei exatamente quantas, todas irregulares ou ilegais, em cima do balcão da loja. Como eu falei para vocês que é um lugar que eu conheço bastante, essa loja é vizinha de parede, só para que vocês tenham uma idéia, com a associação dos investigadores da polícia civil de São Paulo, quer dizer, onde existe, ali na frente, praticamente um trânsito de viaturas, de



investigadores, de delegados enorme durante o dia inteiro. Ao lado, inclusive, do IIRGD, que é o Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt, se não me engano, que é a parte de digitais da Polícia Civil; ao lado do Palácio da Polícia Civil, da garagem central da Polícia Civil. Quer dizer, me parece uma coisa um pouco absurda que alguém que na verdade já trabalhe na área há tanto tempo pudesse estar recebendo, ali, na verdade em cima do balcão, de maneira deslavada, uma caixa, sem saber exatamente do que se tratava, alguma coisa dessa natureza. Então, eu, particularmente, deixo a minha primeira parte de ressalva a partir daí. E como eu falava justamente a respeito da pequena hipocrisia da parte de compra de material, fica exatamente por conta disso. Infelizmente o que acontece? Grande parte dos atiradores — e entenda-se por atiradores não só grandes empresários com bom poder financeiro e tudo isso, mas inclusive bastantes policiais, delegados e juristas, não só do MP, digo juízes, procuradores, desembargadores, toda a casta de profissionais não só do MP, mas também do Ministério do Trabalho, da Justiça do Trabalho e afins, que praticam tiro, gostam e têm alguma afinidade com a área —, eles preferem, muitas vezes, fugir de toda essa burocracia — fugir de toda essa burocracia — para justamente ter que entrar com pedido junto ao seu clube; para que o clube encaminhe esse pedido de compra de material à Federação; a Federação encaminhe esse pedido de compra de material ao Ministério do Exército; o Ministério do Exército, através da sua região militar, defere ou indefere esse pedido; devolve para o clube, que vai devolver para o atirador, que, a partir daí, vai encaminhar um pedido à CBC, Companhia Brasileira de Cartuchos. E normalmente, no mínimo, nesse trâmite, a gente tem aí alguma coisa da ordem de 90 dias para comprar um milheiro de espoletas, para comprar um milheiro de pontas ou para comprar um quilo de pólvora. Então, é aí que eu digo que na verdade todo esse processo, infelizmente, acaba sendo parte de uma grande falácia, de uma grande hipocrisia. Quer dizer, criam-se diversos instrumentos de controle, que na verdade não são efetivamente controlados — não são efetivamente controlados —, que dificultam todo o acesso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Por que tu afirmas que não são controlados?



O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Infelizmente eu tive uma passagem... Há pouco tempo atrás, eu liquidei uma das maiores lojas de São Paulo, que já tinha fechado as portas legalmente, Lojas Diana — não sei se alguns dos senhores se recordam —, que continua, inclusive, sendo fornecedora do Exército brasileiro na parte do fardamento e tudo. Eles eram alguns dos lojistas mais fortes. Chegaram a ter 4 lojas de armas e munições aqui em São Paulo e faziam vendas realmente grandes. Quando chegou um determinado ponto da liquidação de estoque deles, que se vendeu tudo aquilo que era comercial, as armas curtas, as armas apreciadas por atiradores, pelas empresas de segurança, sobraram ali, por exemplo, alguma coisa da ordem de 150 espingardas de calibre fino de 1 tiro, coisa que na verdade só mateiros usam. Chegou-se a um ponto ali que a gente não conseguia vender as espingardas e que o dono da empresa virou para mim e falou: *“Eu quero que você vá até a 2ª Região Bandeiras, converse com o encarregado”* — o Coronel em exercício, na época — *“e peça que ele venha aqui, na verdade, para retirar essa tranqueira toda, esse lixo todo, com um caminhão e dê fim nessas armas todas”*. Falei: *“Olha, de antemão, já lhe adianto que vai ser muito difícil. Eu conheço o coronel em exercício”* — isso há poucos anos atrás — *“e sei que vai ser bastante difícil que ele haja dessa forma”*. Mas como a ordem vinha de cima, eu marquei uma reunião com o encarregado da 2ª Região Bandeiras, me dirigi a ele nessa reunião e falei: *“Olha, o gerente, o diretor da nossa empresa quer se livrar dessas espingardas todas porque isso não vende mais. O custo de documentação de uma arma dessa hoje e o tempo de espera e tudo ultrapassam muito mais do que 3, 5 vezes o valor da arma no mercado. Então, ela é invendável”*. Qual foi a resposta do encarregado da 2ª Região Bandeiras? Ele virou para mim e falou: *“Olha, peça para o seu diretor dar fim nisso da maneira como ele quiser — como ele quiser —, porque eu, sinceramente, não tenho homem; não tenho viatura; não tenho efetivo; não tenho gasolina; não tenho computador; não tenho nem toner para a máquina aqui, para, na verdade, conseguir fazer um processo desse hoje, para dar perda nessas armas todas..”*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Isso foi quando?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Há cerca de 2 anos atrás.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Dois anos atrás.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Há cerca de 2 anos atrás. Eu posso garantir uma coisa: isso não mudou até hoje. Ao contrário, essa tendência é só de piora. Essa tendência é só de piora, e já digo até porque também. Quem cuida da parte de produtos controlados dentro do Exército, na 2^a Região Bandeiras, não são soldados do Exército ou praças do Exército dentro de uma carreira. Então, o que acontece? Você tem um serviço entupido, porque na verdade não são só atiradores, tem toda uma parte empresarial que na verdade precisa dos serviços dos produtos controlados ali do Exército que é muito mais importante, é pujante para a nossa economia, que são as empresas que trabalham com produtos controlados, como alumínio, acetona, alumínio em pó, todos produtos dessa natureza, explosivos e tudo, que precisam... pedreiras, empresa de engenharia. Então, na verdade, existe uma prioridade muito grande para esses serviços. Atiradores, colecionadores, empresa de segurança, etc. são a parte que simplesmente toma... dá dor de cabeça para o andamento dos serviços. E mesmo assim, o que acontece? Eles não têm efetivo lá dentro, porque, como não são, como eu vinha falando, homens de carreira, eles são obrigados a fazer aquele trabalho burocrático ali, fazer o controle justamente dos produtos controlados e depois sair para tirar hora na guarita, sair justamente para tirar guarda, para fazer aqueles trabalhos normalmente de ordenança na casas de oficiais e coisa dessa natureza, para depois, então, voltar. E não existe até hoje um plano de carreira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quantas armas eram de um tiro nessa conversa?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Aproximadamente 150. Isso também é um número baixo. Só para que o senhor tenha uma idéia, esses dias eu liquidei um novo estoque dessa loja justamente ali daquele quadrilátero da Estação da Luz, com quem eu venho trabalhando bastante, venho representando de maneira autônoma essa loja, se chama Vanraf, inclusive devidamente registrada e tudo. Atuamos basicamente no mercado de empresa de segurança e estamos vendendo muito bem, obrigado. Essa loja, inclusive, constituiu há pouco tempo também uma fábrica de projéteis de chumbo em escala industrial, da qual, inclusive,



eu ia comprar a sociedade. Tem os planos na verdade de começar a fabricar coletes balísticos. Também está aguardando simplesmente sair a...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Você ia falar da liquidação de uma outra.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Exato. E essa loja, então, por ser bastante, por ter um poder de fogo muito grande, vinha arrematando os estoques de outras lojinhas do interior que estão na derrocada, em fase de falência, tudo isso. Então, como sempre, a mesma história. Sobraram de novo mais de 200 espingardas. Só que desta vez pelo menos a gente teve o subterfúgio de entregar tudo isso na Polícia Federal e receber a indenização dos 100 reais por peça. Então, entregamos, há poucos dias, isso novamente num caso similar, cerca de 150 espingardas dentro da Polícia Federal para receber a indenização.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E tu sabes que fim foi dado nas outras 150?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Essas armas foram até distribuídas, muitas delas. Distribuídas que eu digo no seguinte: eu mesmo cheguei a fazer presente para diversos atiradores amigos. Virava e falava: "*Olha, eu vou te dar uma espingarda*". Isso está criando um problema enorme dentro do ponto de vista que é o seguinte: eu levava a nota fiscal, naturalmente não a arma. Dava a nota fiscal para um amigo meu, fosse caçador, gostasse, mateiro, qualquer coisa nesse sentido, para ele ter na fazenda. Levava a nota fiscal para ele e falava: "*Toma; você leva aqui; faz a documentação; quando você tirar sua documentação passa na loja e pega tua espingarda de presente*". A maior parte deles desistiu de fazer essa documentação, me trouxe a nota fiscal de volta e falou: "*Olha não compensa; mesmo ganhando de presente, toma, vai lá dar baixa na sua nota fiscal, porque, sinceramente, não tem como a gente fazer documentação desta...*"

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Agora, me diz uma coisa: esse coronel é Bandeira que tu falaste?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Da 2ª Região Bandeiras, que é a região de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Até hoje ele é quem cuida disso?



O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não. Já foi substituído 2 ou 3 vezes. Já houve 2 ou 3 substituições posteriores a ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas a conversa foi com esse Coronel Bandeira?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não. O nome dele não é esse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Não? Como é?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Se necessário, oportunamente, eu poderei revelar. Agora, posso garantir para o senhor, inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Essa conversa foi em que ano?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Aproximadamente 2 anos atrás.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Dois anos atrás. Mas isso aí tanto faz tu revelares ou não, porque há 2 anos atrás... tem aqui a assessoria das Forças Armadas que vai descobrir. Até amanhã eles têm esse nome para mim.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Sim, agora eu digo: eu tenho certeza que na verdade no papel desse coronel não foi uma questão de má-fé da parte dele. Foi uma questão da realidade, como estou falando, que ele virou e falou: “*Olha, não posso*”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, foi uma questão de idiotice mesmo. Se falou isso, foi uma questão de idiotice completa, porque como é que vai dizer para alguém dar o fim que quiser? Então, diz: olha, traz aqui que a gente vai destruir essa porcaria.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Agora, o próprio processo de destruição inclui todo um trabalho burocrático que é exatamente ao que ele se referia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – É, mas eles existem para isso. Eles existem justamente para ter o trabalho burocrático.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Eu vou mais longe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, vá.



O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Excelência, dentro da própria Polícia Federal, quando tentamos proceder à entrega dessas armas, o entupimento de trabalho em função dos velhinhos e das pessoas entregando ali suas arminhas dentro da Polícia Federal e tudo aquilo era tão grande que o pessoal virou para a gente ali, olhava aquela quantidade de caixas e caixas e caixas de espingarda, olhava aquilo e falava: “*Você fez uma relação no computador detalhada da numeração?*” Inclusive, muitas dessas armas tinham numeração em série de fabricação, porque se comprava isso em lotes, em grandes lotes. Falava: “*Está aqui. A relação inteirinha foi feita num programa relacional, no Excel. Está aqui a relação inteira*”. Ele falou: “*Olha, então faz o seguinte: vamos dar uma contada mais ou menos por cima, e deixa isso daqui aqui, porque, honestamente, nós não vamos ter condições de conferir arma por arma — arma por arma —, bater, fazer a identificação com o número de sua relação e tirar cada uma delas para saber se realmente é essa*”. Então, o que se procedeu ali? Uma contagem realmente nas peças. “*Quantas você está mandando aqui na sua relação? Cento e cinqüenta?*” Contamos, tem 150 peças. “*Ótimo*”. Agora, não houve esse apuro justamente, esse cuidado todo. Por quê? Porque justamente é uma coisa quase que inviável você conferir 150 armas: abrir caixa por caixa, procurar numeração — muitas vezes essas armas inclusive estão guardadas há muito tempo em mal estado, muitas delas já cobertas de ferrugem —, proceder ali à limpeza do número, tudo isso para identificar uma a uma... Eu não sei, mas imagino que, pela prática, no mínimo, no mínimo, com um funcionário ali auxiliando, uns 3 dias de trabalho a gente teria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não tem problema. Pode ter 10 dias de trabalho. Tem de fazer a coisa direito. Não tem desculpa para fazer as coisas erradas. Tu já mostraste que a deficiência na fiscalização é quase total. A fiscalização nas lojas de armas como é que acontece, Castilho?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Eu não posso lhe dizer exatamente os meios de fiscalização, até porque essa não é uma parte que eu acompanho com tanta intimidade. Mas até antes de passar o controle aqui, onde eu tinha justamente um contato mais direto com as lojas que eu trabalhava, até antes de isso passar para o controle da Polícia Federal, porque a partir daí, inclusive, dificultou bastante para a gente... Quer dizer, o dono da loja tem um contato mais



estreito com o pessoal da alçada da Polícia Federal, os delegados encarregados, os titulares das suas cadeiras e assim por diante. Eu como na verdade sou apenas um representante comercial, não tenho um contato tão estreito. Anteriormente, esse contato, essa fiscalização era feita basicamente pela Polícia Civil, pelo Departamento de Produtos Controlados da Polícia Civil, e pelo Exército. Então, para cada um deles era produzido, gerado dentro da loja e enviado para a Polícia Civil e para o Exército um mapa das armas que haviam sido compradas novas pela loja e das armas que haviam sido vendidas, para que houvesse justamente um cruzamento de informações. Então, por exemplo, eu recebi 10 armas novas, eu vendi só 3. Então, eu tenho 7 em estoque e eu estou dando baixa, perante os órgãos competentes, a Polícia Civil e o Exército, dessas 3 armas vendidas. Um mapa desse era feito para o Exército, um mapa desse para a Polícia Civil. Eventualmente, havia sempre mais visitas da Polícia Civil, principalmente porque o... o... — não, é da parte da Polícia Civil, até não me recordo no momento; não é um certificado de registro, era o... alvará —, o alvará de funcionamento expedido pela Polícia Civil era renovado anualmente; o do Exército normalmente é trienal até, novamente, em função da dificuldade que eles têm em proceder a esse controle todo. Então, o da Polícia Civil era anual, e a cada renovação do alvará de funcionamento havia, no mínimo, uma inspeção — no mínimo, no mínimo. Essa inspeção, onde era feita a loja em processo de renovação para ver não só a parte das armas em questão, o que havia em estoque, o que havia sido vendido, como também as condições de segurança. Outro detalhe bastante interessante que eu vou citar para vocês. Esse mercado da parte de armas e munições tem particularidades enormes, muitas particularidades. Por exemplo, nessa loja que eu falei que liquídava há cerca de 2 anos atrás, o mesmo diretor até hoje tem um problema enorme ali. Por quê? Porque existem armas que foram ou vendidas ou devolvidas. Devolvidas que eu quero dizer é não devolvida a arma, porque a arma nunca saiu da loja, a documentação em questão. Por quê? Porque o fulano, por exemplo, o cidadão, ele vai lá na loja, ele tenta comprar uma arma, ele pega a nota fiscal, ele recolhe os impostos, ele entra com todo o processo — nessa época na Polícia Civil; hoje na Polícia Federal —, 2, 3, 10 meses depois, 12 meses depois, como já tivemos caso aqui no Brasil, diante de medidas provisórias ou diante de medidas que se



tentaram tomar, esse processo era indeferido. Então, esse cidadão que havia tentado fazer a compra, ele desistia. Ele levava o processo inteirinho de volta para a loja e falava: “*Olha, eu quero meu dinheiro de volta*”. Acompanhando todo esse processo, o que acontecia? A arma, na verdade, já tinha entrado em processo também junto à Polícia Civil — é a mesma coisa de um carro em processo de emplacamento —, já tinha sido requerido um numeral para ele, para o registro, etc., etc., e ele já estava atrelado aos registros da Polícia Civil. Então, hoje, mesmo pegando todo esse processo de documentação de volta do cidadão, restituindo a ele o dinheiro corrigido, eu ainda tenho uma arma na loja — tenho uma não; tenho diversas armas na loja; e isso acontece praticamente com todas —, diversas armas cuja venda foi efetuada, por exemplo, em 82, 86, 90, 96 — isso só de alguns números que eu me lembro de cabeça —, que permanecem lá com a documentação completamente enroscada dentro dessas lojas. Então, são todos, novamente, problemas burocráticos. A gente vê que o excesso de burocracia, o problema talvez da falta efetiva de controle realmente funcional acaba atrapalhando muito mais. Na prática o que eu quero dizer? Que se essa loja, por exemplo, sofre um assalto — como, inclusive, já houve alguns em São Paulo, alguns casos por aí e tudo —, você tem ali uma arma que na verdade não está em condições irregular. O lojista recebeu aquela arma, pagou, tentou vender realmente e não conseguiu fazer isso, e a arma ainda continua no estoque dele, constando uma arma antiga, já até com uma pseudo-saída com uma data bastante anterior, e ele não consegue regularizar aquela situação. Isso eu falo só para ilustrar, por exemplo, o que eu tenho certeza que aconteceu na Casa Speratti há poucos dias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) — Ricardo... Isso é interessante. Não, na Casa Speratti foi diferente, porque lá foi arma mesmo, arma raspada e tudo, que ele disse que comprou de um ambulante, que é conversa para boi dormir mesmo.

O SR. RICARDO DE CASTILHO DE MORAES HERRERA - Sim, sim. Mas eu digo: da parte do dono da loja mesmo, do empresário que é o dono da loja, sei que na ocasião, inclusive porque eu também negocio com esse dono da loja, inclusive da loja onde eu vendo para ele hoje — há poucos dias também fizemos uma grande venda no atacado, diante da proibição do estatuto, do referendo, então, como a



gente só trabalha no atacado hoje, a gente vendeu todas as coisas que eram varejo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Agora me fala o seguinte, Ricardo...

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - E havia lá armas inclusive nessa situação que eu falei, do estoque regular da arma, correto da loja, e que não tinham condições de ser praticamente regularizadas em função de a documentação já estar ali parada há muitos anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Isso não é tanto o que me preocupa. O que mais me preocupa agora é o tráfico de armas. O que o pessoal fala? De onde estão vindo essas armas?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Difícil saber. Difícil saber, porque na verdade a única parte que eu conheço da história é aquilo que todos nós estamos acostumados, que nós ouvimos na televisão, no rádio, ou vemos no jornal: que a principal porta de entrada para o tráfico de armas no Brasil continua sendo as nossas fronteiras, que são imensas e infelizmente também, não vou até ser leviano em falar que, na verdade, mal fiscalizadas. Digo que, diante do efetivo e das condições que a gente tem, talvez essa fiscalização fique realmente aquém e muito difícil realmente de ser feita. Mas por aquilo que a gente acompanha na televisão, não dá para se discutir, porque é muito fácil se passar com arma pela fronteira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Arma e munição, não é?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Arma e munição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E aeroportos, portos e coisas assim, o que tu ouviste falar?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não, dessa parte sinceramente não tenho nenhum tipo de informação — nenhum tipo de informação. A bocas miúdas o que a gente naturalmente já ouviu — e isso, na verdade, convido qualquer um dos senhores e senhoras aqui presentes que tenham intenção realmente em fazer uma averiguação própria, não vai muito longe, basta que se freqüente um pouco o ambiente não só dos clubes de tiro, das empresas, como também das delegacias em geral. Infelizmente a gente ouve bastante o circular das



histórias de pessoas que na verdade viajam, cruzam a fronteira e voltam simplesmente. Compraram uma arma para uso e voltam com ela na cintura e cruzam normalmente a fronteira. Isso é uma história que na verdade acho que qualquer um aqui já deve ter ouvido. Ninguém precisa ser ingênuo e ninguém precisa na verdade ser hipócrita para tentar esconder. Agora, contrabando, sinceramente, em larga escala, pesado, aquilo que realmente abastece as favelas do Rio de Janeiro, com fuzis de grosso calibre e fuzis automáticos pesados, que são AK-47 e G-3, eu particularmente também teria grande interesse em saber, teria uma curiosidade enorme. Porque isso, inclusive na mão de colecionadores e atiradores são peças extremamente caras e que, quando se tenta comprar aqui, inclusive, é quase impossível de maneira legal. Então, são coisas que realmente atiçam a minha curiosidade: saber por que na verdade existe uma dificuldade tão grande de legalmente você conseguir importar ou comprar uma peça dessa, com todas as indicativas legais, sabendo na verdade em que mão se encontra aquela peça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tu viste esse último depósito agora que tinha policiais envolvidos e tinha a AR-15, tinha M-16?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Eu não estou a par, porque eu só vi isso pela televisão. Então, não sei exatamente onde era, de quem era, absolutamente nada disso, porque eu só vi aquilo que foi passado na televisão. Infelizmente, a minha condição atual me permite pouca informação. Mas eu gostaria realmente bastante de saber também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quem fornece cartuchos, cápsulas e coisas assim para o pessoal?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Vamos chamar de cartucho o estojo vazio de metal, que normalmente a gente reaproveita muito na parte da recarga. Então, como eu falei inicialmente, estojo é uma das poucas coisas que você obrigatoriamente tem de comprar diretamente da... o estojo novo tem de comprar diretamente da CBC. Praticamente não existe outro mercado para isso, tá? Salvo aquelas raras exceções, justamente isso acontece um pouco dentro dos clubes de tiro, que você tem eventualmente empresários que viajam lá para fora e trazem uma quantidade pequena, dentro da sua cota de compra, que é aquilo



possível. Quando eu falo cota de compras, estou me referindo a 300 munições carregadas ou 300 estojos vazios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, não. Não, Ricardo, aí tu estás falando só do negócio legal, eu quero saber do negócio ilegal, o que tem. Eu sei, por exemplo, que tem um tal de Francisco que supre isso...

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ... para clube de tiro e coisa parecida, traz munição. Porque a recarga acontece depois.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Compreendeu?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tu compras munição nova, não precisa necessariamente comprar o cartucho. Tu compras a munição. A munição vinda do Paraguai, vinda da onde for. E, depois de usada, tu guardas o cartucho, só isso.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Ao contrário, Excelência, infelizmente o que acontece aqui, na verdade, é o comércio paralelo dos estojos vazios, porque inclusive e principalmente naquele mercado que eu posso lhe afirmar, que eu conheço, que é o de atiradores em geral, atiradores e pessoas da área de treinamento, praticamente não se compra munição nova. E aí inclusive é onde eu entro. Depois posso falar abertamente dessa parte, me estender bastante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É onde tem o teu problema que tu estavas com 4 mil...

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Sim. Porque não se usa munição nova, não se compra munição nova. Por que se recarrega? Porque o custo da munição nova inviabilizaria qualquer coisa, qualquer prática. Então, o que acontece na verdade? Vou ser inclusive bastante claro, inclusive para adentrar depois no meu assunto, no meu problema particular.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Antes de entrar no teu problema particular. Então, segundo a tua informação, os cartuchos praticamente vêm todos da CBC?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Sim, sim.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ela tem todos os calibres?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Basicamente todos os calibres. Daquilo que se usa no Brasil, basicamente dentro do que se usa no Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, os bandidos aqui estão usando tudo munição da CBC?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não. Não foi isso que eu quis dizer. Eu disse que no meu *métier*, dentro da área de tiro, da área de treinamento, praticamente, vou dizer que 90% do que eu vejo de estojos para serem recarregados são da marca CBC.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Esses 4 mil que foram apreendidos contigo eram tudo CBC?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Tudo CBC, salvo um ou outro, na verdade. Não foram 4 mil, foram 3.500 tiros. E o que acontece aí é justamente a parte onde eu ia fazer o comentário do seguinte...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Antes do comentário, para você não chegar na questão específica do seu caso, se você puder me ajudar, quero que me explique uma coisa. Você disse que um atirador tem que pelo menos, por semana, dar mil tiros, não foi isso que você falou?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Isso.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Um atirador de primeiras colocações, não todos.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sim, mas vamos lá...

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Mas chega a dar, um atirador que queira realmente ser um campeão, cabeça-de-chave, estar entre os 5 primeiros.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Um de primeira linha?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Sim.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Um atirador de primeira linha precisa, portanto, de 50 mil tiros/ano.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Sim, vamos imaginar...



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ele tem direito a 6 mil tiros/ano, não é isso?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Sim.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, de onde é que vem a diferença?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Comprando diretamente da CBC, através do clube de tiro, justamente dentro dessa burocracia toda que eu falava.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Espera aí. Então, vamos raciocinar: ele compra através do clube de tiros mais do que lhe era permitido pela lei.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não necessariamente, eu posso explicar isso também.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu quero entender, porque senão o senhor está me dizendo o seguinte: através do clube de tiro eu cometo a irregularidade. Ou não?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Mais ou menos. O que acontece na prática...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - É mais, não tem. Irregularidade ou é, ou não é. Esse negócio de mais ou menos irregular é jeitinho. Aqui não tem jeitinho. É o mais ou menos grave. Não existe. Ou é, ou não é.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não, não. Não, pelo seguinte, eu acho que não existe brasileiro hoje que não viva, infelizmente... Talvez seja muito triste a gente ter que admitir isso. Infelizmente, é difícil a gente admitir que não existe brasileiro que viva à margem da lei. E eu insisto nisso quando eu falo o seguinte...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ou seja, você está dizendo o contrário: não existe brasileiro na lei. À margem é contra.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não. Não existe brasileiro que viva totalmente dentro da lei.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - De acordo com a lei.



O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - De acordo com a lei.

Desculpe, não quero que isso pareça ofensivo a todas as senhoras e senhores aqui presentes, mas o que eu quero dizer é o seguinte: não estamos falando daquele crime, por exemplo, de o Castilho recarregar 3.500 munições, ou do clube de tiro, na verdade, ele criar subterfúgio para fazer com que o atirador dele compre mais 44 mil tiros para conseguir treinar durante o ano. Eu estou falando do professor que, na verdade, libera os alunos dele 15 minutos antes, que na verdade ele tá roubando dinheiro do Estado e ele está roubando 15 minutos por dia da educação das crianças, assim por diante. Eu estou falando, na verdade, do motorista de ônibus que é pago para aquilo e ele não pára do ponto de ônibus, que ele está roubando o dinheiro da empresa por deixar de pegar os passageiros dele no ponto e assim por diante.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu entendi o seu encaminhamento filosófico, mas digo o seguinte: nós já passamos da fase, você devia ter falado para a campanha do "sim", que aí o "sim" tinha ganho, eu tinha ganho. Mas já que não deu tempo, já passamos dessa fase, vamos ao que interessa: a pergunta que eu fiz.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - O que existe é o seguinte: eu falei que basicamente o atirador tem direito de comprar 3 quilos de pólvora, ele tem o direito de comprar 10 mil espoletas, ele tem o direito de comprar 10 mil estojos vazios — eu acho que é isso —, 10 mil estojos vazios e 10 mil pontas de chumbo. Quer dizer, um material para que ele possa dar 10 mil tiros. A própria lei, na verdade, no R-105, que é o regimento do Exército que regula os direitos e deveres do atirador, ele diz que na verdade o atirador, se ele comprovar a prática desportiva, ou seja, se ele apresentar resultados junto à sua federação, junto ao seu clube, ele pode estender essa quantidade até um número maior. Inclusive, até onde existia a última revisão do R-105, ele não delimitava esse número. Então, o que você pode fazer é o seguinte: todos os clubes pegam dos seus atiradores anualmente, logo no início do ano, a relação de compras de cada um deles e fazem aquele pedido, naquele valor total, naquele volume total. A partir daí eles vão emitindo novos pedidos, novos pedidos, novos pedidos, ao longo do ano, para conseguir justamente atender essa demanda do atirador. Agora, quando eu falava



do meio jeitinho, do meio certo, o que acontece? Você tem um atirador que, na verdade, ele quer realmente atirar, ele quer dar mil tiros por semana, e você tem um atirador que, na verdade, só dá 500 tiros por mês, qual é o jeitinho na verdade? Novamente vou ser honesto, não quero beirar a ingenuidade, mas vou explicar: o que o clube faz é remanejar a cota daquele atirador que na verdade atira pouco, para aquele atirador que precisa atirar bastante.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, em outras palavras, os clubes de tiro, cometem, até pela prática, irregularidades. É isso?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Irregularidade? Novamente eu acho discutível dentro daquilo. O clube de tiro, na verdade... é onde falei, desde o início, a hipocrisia da parte das relações. Se eu tenho um atirador que na verdade quer dar mil tiros por semana e eu tenho um que na verdade só dá 500 tiros por mês, por que o próprio clube na verdade não pode ser legalmente autorizado e controlado a fazer...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Você está fazendo uma sugestão? Essa é uma sugestão legislativa. Que, ao invés de você tratar diretamente com números da quantidade de munição para o atirador, você trate com o clube e aí você fiscaliza só o clube.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Para que isso se torne honesto para todas as partes.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Acho que o que o Relator quer, antes de chegar no seu caso, acho que é uma boa sugestão legislativa, o Relator vai verificar, mas acho que o que o Presidente está tentando te dizer é o seguinte: para nós, você deu uma aula do que acontece na prática, digamos, com os clubes de tiro, com as lojinhas de caça e pesca. Agora, a gente quer saber o outro lado da moeda, que é o traficante de armas, o que auxilia os bandidos a terem acesso a essas armas. Esquece um pouco o atirador, o profissional da área, a empresa, que, em princípio, é legalizada e devia ser fiscalizada, e vamos para o submundo, digamos assim. E aí, antes do teu caso, eu acho que é o que o Presidente quer: que você fale um pouco como esses mesmos jeitinhos são dados no submundo.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Para o submundo, eu, honestamente, desconheço o âmago dele, como ele se passa. Como já disse, o



pouco que eu sei é aquilo que todos os presentes aqui conhecem, é aquilo que acompanhamos e que acontece realmente em nossas fronteiras, mas isso novamente em baixa escala. É daquela quantidade de arminhas que alguém vai lá, passa a fronteira do Paraguai, compra uma arma, põe na cintura e...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, alta escala, pelo que você está falando, alta escala, mesmo no submundo, são das empresas brasileiras. É isso que você está dizendo?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não. Não pelo seguinte...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, vem de onde?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Eu não sei. Quer dizer, sei que, na verdade, o que eu vejo, inclusive nas apreensões...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Vamos lá. Então você não sabe. Mas vamos concluir o que você está dizendo. Você está dizendo que o que vem de contrabando através das fronteiras brasileiras é muito pouco...

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Sim. Isso é picuinha. Isso é uma picuinha.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Deixa só eu terminar a frase, por favor. Portanto, é picuinha. Ora, se não entrou pela fronteira, saiu aqui de dentro. Se você está dando uma arma nova e é aqui de dentro, só pode ser das empresas daqui. É isso que você está dizendo?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Novamente eu insisto no seguinte: foi aquilo que a gente acabou de ver na campanha do "sim". A gente tem um pequeno volume de armas, de armas curtas, que a gente chama revólver e pistolas, que são alimentadas e realimentadas pelo próprio círculo vicioso que é: a arma roubada do policial, a arma roubada do civil, a arma roubada da empresa de vigilância, a arma contrabandeada dessa forma que eu acabei de dizer, do Paraguai...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Me diz uma coisa. Vamos direto. Isso aí nós já sabemos. Vamos direto no ponto. Essas tuas 3.500 cápsulas, esses cartuchos que tu foste preso, onde tu compraste elas?



O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Eu não comprei essas 3.500 cápsulas. Antes deixa só eu dar uma parte do que foi a história. Como eu falei inicialmente, tentando me profissionalizar dentro da área do tiro, eu me formei instrutor, eu vinha concluindo a montagem de um estante meu, trabalhava com a parte de assessoria e aulas de tiro, justamente, principalmente dentro da parte de policiais civis, militares, guardas civis metropolitanos e agentes de segurança, então, normalmente, fazíamos a locação de estandes regulares para que essa prática pudesse acontecer. E, infelizmente, como eu falei logo no início das minhas declarações, eu tentei cercar de todas as maneiras possíveis e legais a minha atividade, com CR de atirador, com CR de colecionador, com certificado de instrutor, abrindo uma loja de armas justamente de maneira correta, abrindo um estande de tiro, que, na verdade, ainda não estão legalmente concebidos, mas eu estava em pleno andamento quando fui interrompido por essa infelicidade toda. Ou seja, tentando justamente direcionar isso dentro de uma carreira, dentro de uma atividade empresarial, dentro de uma atividade séria e, principalmente, de maneira clara, sem tentar de forma alguma me esconder, através de artifícios ou de não me deixar fazer visível, não me tornar visível. Ou, ao contrário: treino tiro há vários anos, tenho alguns títulos de campeonatos paulistas, de clubes paulistas, me orgulho bastante disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ricardo, ser específico é um dom que tu não tem. Tu é um pouco prolixo no negócio, mas vamos... Eu fiz uma pergunta simples.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Em função da dificuldade justamente de conseguir o Certificado de Registro de Instrutor, eu procurei fazer associação com algumas empresas que já estavam mais fortes no mercado. E uma das que me pareceu justamente mais corretas, inclusive por ser uma das únicas que tinham Certificado de Registro de Instrução, era a empresa do Coronel Raul Diefenbach. O Coronel Raul Diefenbach é um sulino, militar das Forças Armadas da reserva, que conheci há aproximadamente 2 anos, 2 para 3 anos atrás, quando fiz o primeiro curso com ele, inclusive. Fiz um curso com ele de parte teórica da área de segurança, e, a partir daí, então, começamos a desenvolver uma parceria. Eu montava as turmas de curso aqui para ele. Ele vinha para dar os



cursos e normalmente esses cursos eram todos para a área de policiais, principalmente civis e militares. Uma das coisas que torna mais difícil a realização de curso para qualquer profissional dessa área é justamente o custo da munição, é de novo aquilo que eu falava para vocês — me desculpem a coloquialidade. É o que eu comentava. Se você fizer esse curso com curso de munição nova, inviabiliza qualquer curso desse. Por exemplo, vamos pensar: um curso de pistola avançada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tu já falaste isso.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Quatrocentos, seiscentos reais, mil reais. Qual o custo da munição? Extrapolá isso em 3 vezes. Então, se usa munição recarregada. Qual é a minha parceria com o Coronel?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Castilho, onde que tu compraste a cápsula?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Eu não comprei a cápsula. Os alunos que iriam fazer o curso, que justamente...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O estojo, o material?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Os alunos que deveriam fazer o curso me procuraram justamente por eu estar... Inclusive ia ser um dos instrutores de parceria com o Coronel Raul. Inclusive estávamos também montando até um curso específico para recarga de munições. Esses alunos na verdade entraram em contato comigo e me questionaram a respeito da recarga da munição. Eu falei: *“Olha, eu posso, visto que inclusive serei um dos instrutores do curso, eu posso proceder à recarga dessa munição, mas uma das coisas que inclusive eu não tenho é estojo para isso. Onde vou arranjar 3.500 estojos de Ponto 40, que é um calibre restrito inclusive das forças militares, hoje da Polícia Civil e da Polícia Militar”*? Eles falaram: *“Se nós arranjarmos o material, você faz a recarga, você procede à recarga desse material para a gente”*? *“Sim, perfeitamente”*. *“Então, a gente faz o seguinte...”*

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Só para entender: nós, quem? Quem é que falou contigo?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - O grupo de policiais.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Qual era o nome da pessoa?



O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - O nome da pessoa era Roberto.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Roberto, oficial do Rio Grande do Sul?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não. Não o Roberto oficial. Roberto um dos militares que ia participar desse curso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O Roberto é um militar do Rio Grande do Sul?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não. Não militar do Rio Grande do Sul. Militar aqui de São Paulo que ia participar desse curso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Qual é a patente dele?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não sei ao certo, porque conversei de maneira muito superficial. Ele foi diretamente apresentado pelo Coronel, quer dizer, via telefone...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O Coronel do Rio Grande do Sul que apresentou o Roberto para ti?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Sim. Ele falou: *“Olha, vai ligar um rapaz para você; ele já tem a ficha de inscrição no nosso próximo curso. Ele é um militar da PM, inclusive da região aqui de São Paulo mesmo, que vai fazer o curso. Ele vai entrar em contato contigo, para tratar a respeito da possibilidade da recarga dessas munições”*. Eu falei: *“Perfeitamente Coronel. Se ele é um militar inclusive e vai fazer um curso conosco, coloque-o em contato comigo, que não haverá problema”*. Então, a partir daí o Roberto fez um contato comigo, não se identificou largamente, porque, inclusive, vou ser bem honesto, dentro dessas identificações, não existe aquela formalidade de falar: *“Olha, eu sou o Roberto, etc., etc., do Regimento tal, do Batalhão tal, etc., etc.”* Nada disso.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Deixa eu fazer uma pergunta simples. Você está dizendo, então, que os cartuchos que foram encontrados com você — você me chamou de você, vou te chamar também que é mais rápido — na verdade eram para um curso e que um dos alunos teria conversado com você. Agora, só me responde uma coisa: se você ia dar um curso, era instrutor desse



curso, absolutamente legal, nas regras — a empresa Quality é uma empresa oficial...

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Sim.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - não há nenhum problema —, por que você foi entregar os cartuchos — duas perguntas, depois, você responde — em frente ao supermercado *Carrefour*, dentro de um supermercado? Se era uma coisa tão legal por que não foi lá no dia da aula, primeiro? Foi dentro do supermercado encontrar um coronel da reserva, o Dr. Raul...

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Diefenbach.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - ... Diefenbach. Foi encontrá-lo dentro do supermercado. E, em segundo lugar, por que a unidade da Polícia Federal estaria monitorando uma operação dessa que é tão absolutamente legal?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Respondo, de maneira extremamente clara e fácil as 2 questões. A primeira de todas. Primeiro que, na realidade, eu ia participar realmente do curso com o Coronel Raul e, como eu falei até, devido ao fato de eu não ter a firma registrada como empresa de instrução, eu tratava com o Coronel Raul, normalmente, que ele me trouxesse as guias de tráfego para que acompanhassem essas munições para amparar de maneira legal realmente. Tratávamos normalmente o seguinte: "*Coronel, retira na minha casa esse material. Coronel como fazemos?*" O Coronel na verdade deveria encontrar comigo naquele dia no aeroporto. Falou: "*Olha, vou poder encontrar contigo no aeroporto*". "*Não tem condições de retirar na minha casa, assim o senhor já passa de maneira oficial, com as guias de tráfego na mão, as guias de tráfego que amparam o transporte dessa munição, já que a recarga delas, na verdade, eu tenho o total direito legal de proceder de acordo com a minha documentação?*" Ele falou: "*Perfeito*". Só que, em função de uma continuidade de atrasos, deixamos de nos encontrar no aeroporto e inclusive no hotel de trânsito da Polícia Militar, onde nos encontrávamos normalmente, ali atrás do Tobias de Aguiar, que é um batalhão grande da Polícia Militar em São Paulo, para tentar abreviar simplesmente o nosso caminho e entregar para ele a munição ali que ele seguiria para Itu, no local do curso.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas, se era tudo tão simples, por que o Coronel não estava lá na frente do supermercado, no estacionamento do supermercado e passava de um carro para o outro? Para que precisava entrar no local determinado dentro do supermercado para encontrar o Coronel para combinar, vir escondido, para sair e para pegar a munição? Não entendo.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Mas não houve absolutamente nada disso.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não. Não houve por que não deu tempo.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Absolutamente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Claro. O senhor me perdoe, mas não houve tempo. Na verdade o senhor foi pego antes, entrou no supermercado e está aqui. Explicou que deveria se encontrar com uma pessoa a quem aquele material seria entregue, indicando o local onde a tal pessoa aguardava, dentro do supermercado. Eu nunca vi isso na minha vida.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não, o que aconteceu, inclusive eu acredito até... o senhor, que é autoridade da Polícia Federal, Dr. Tasso, Crasso, da Polícia Federal, que fez a minha prisão inclusive, está aqui e não me deixará mentir com relação ao seguinte: eu já havia chegado, cheguei com um pouco de antecedência inclusive do Coronel — a minha casa é bastante próxima, inclusive, a esse endereço, por isso, inclusive, marcamos ali no pátio do supermercado. Eu cheguei até um pouco adiantado. E, em função da demora do Coronel, simplesmente inclusive confirmando com um telefone para ele, eu aproveitei entrar no hipermercado, no supermercado para usar o banheiro. Tanto é que inclusive a equipe do Dr. Crasso, quando me encontrou — ele pode inclusive atestar a veracidade deste fato —, eu me encontrava saindo de dentro da toalete. Aproveitei simplesmente a demora do coronel para fazer uso da toalete e sair novamente e encontrar com ele. Essa é a mais pura verdade, não tem o que....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O Deputado Jovino queria fazer uma pergunta.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não tenho por que mentir a respeito disso. Sou réu confesso realmente, desde o início, que na verdade



estava entregando 3.500 munições recarregadas por mim para o Coronel para efeito de instrução de um curso de tiro que seria dado na cidade de Itu, ao lado de São Paulo, para alunos da Polícia Militar e Polícia Civil. Quanto à sua segunda pergunta, por que na verdade eu vinha sendo monitorado pela Polícia Federal?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Esse curso aí está todo registrado já?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Tudo perfeitamente registrado. Inclusive, após a minha prisão e a posterior soltura do Coronel, ele trocou a data desse curso e voltou a realizar esse curso na semana, acho, seguinte, ou 2 semanas depois, inclusive com anúncio claro e aberto na *Internet*. Inclusive, se eu não me engano, acompanha meu processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Esse aluno que te deu as cápsulas aí...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O Roberto. Tu descobriste o nome dele todo certinho?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não, inclusive porque a partir daquele momento eu fui preso, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sim, mas aí é que te interessa muito mais.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Sim, mas eu não sei inclusive se, com o fato da minha prisão e das pessoas, eventualmente, se assustarem, alguma coisa nesse sentido, até questionarem a legalidade da empresa e dos atos do Coronel, isso não poderia inclusive afastar alunos que estivessem matriculados, até com matrículas eventualmente pagas para esse curso e que desistiram da sua participação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É, mas tu disseste que o Coronel deu o curso de novo.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Sim, mas não sei inclusive se com os mesmos alunos. Porque, a partir daquele momento, eu fui preso. Eu perdi praticamente boa parte do meu contato com...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas aí é o ponto em que eu acho que falha a tua história, porque, quando tu vais contar o fornecedor das cápsulas, tu dás uma volta grande e não conta ninguém, só diz que é um Roberto. Se é um Roberto que estava inscrito no curso, não deve ter muito Roberto inscrito no curso. É só pegar a lista lá e ver quem é ele.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Exato. Mas eu não tenho a lista. Quem detém toda essa parte burocrática é o Coronel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sim, mas já não pediu?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O seu advogado não pediu? A sua defesa, é claro que deve ter pedido, não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tem que pedir para confirmar.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Já tentou diversas vezes entrar em contato com o Coronel...

(Não identificado) - O processo está em... De fato, foi recebida a denúncia na 21^a Vara Criminal...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas isso é a coisa mais comum, porque é fundamental esse...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Foi recebida...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ... porque senão eu vou supor que tu pegaste essas cápsulas ou desviadas da CBC — tu disseste que a maioria era da CBC, não é? — ou pegaste de bandido ou, sei lá, de qualquer outro canto.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Presidente, seria importante que o advogado, talvez, respondesse; primeiro o Deputado, porque pode ser que ele possa ainda ajudar.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Por favor, se quiser responder antes... Como eu cheguei depois, desculpem, só queria saber se o Ricardo já mencionou o nome da pessoa que lhe entregou ou forneceu o material para recarga. Você já se recordou do nome?



O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Sim, se identificou para mim como Sr. Roberto. Não lembro, inclusive, se ele era cabo ou soldado da Polícia Militar. Mas inclusive era um praça.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Agora, do Sr. Angeles o senhor se recorda bem?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não, absolutamente.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Não? Mas está aqui que o senhor fornecia todos os meses, recarregava...

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Angeles?

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - É. Angeles.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Desconheço.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Desconhece?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Desconheço.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - É um major aposentado. É da sua relação, está aqui na.. tem alguma coisa errada, então, aqui.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Qual é o nome da pessoa?

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - José de Angeles. É um major aposentado. Amigo, parece, do Sr. Raul. O Sr. Raul não é muito seu amigo?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - O Coronel Raul, na verdade, tem uma relação comercial comigo. Agora, essa pessoa que o senhor está mencionando aí, Major de Angeles, da reserva, é uma pessoa simplesmente do meio, daquelas lojas que têm ...

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Então... Mas o senhor fornecia para ele também?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não, eu não fornecia nada para ele.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Não?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não. Tenho contato, conheço essa pessoa, mas eu nunca forneci munição para ele.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Mas conhece?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Conheço.



O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Agora, uma outra coisa: o material para recarga... Porque está aqui, o senhor foi envolvido numa missão ou numa... chamada Chumbo Grosso?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Também não estou a par.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Não está a par? A Operação Chumbo Grosso. O senhor foi preso por conta dessa Operação Chumbo Grosso. Por que o senhor acha que foi preso?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Justamente pelo que eu já disse; eu nunca procurei me omitir, nunca procurei me esconder.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Não, isso daí eu já entendi. Mas, por exemplo, o PCC. Está aqui que o senhor está envolvido na Operação Chumbo Grosso.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - O que eu tenho a ver com o PCC?

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - E que o senhor fornecia munição para o PCC.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - De maneira alguma.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Eles entregavam para recarga? Como é que é feito isso?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Primeiro, quero deixar claro que eu não tenho, e nunca tive, nenhuma relação com o PCC, com nenhum tipo de comando, com absolutamente nada disso.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Mas por que o senhor está envolvido, então, nessa operação?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Porque eu sempre fui uma pessoa extremamente clara e visível no meio do tiro e na parte de munição, recarga, lojistas.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Ilegais, clandestinas?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não, legais.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Mas por que o senhor foi preso, então?



O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Eu freqüento todos os clubes de tiro de São Paulo. Eu freqüento todas as lojas de artigos de tiro de São Paulo. Eu tentei concorrer à presidência da Federação Paulista de Tiro Prático no último mandato.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Eu sei, isso daí eu já entendi.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Então, fica fácil o senhor entender por que eu sou uma pessoa tão pública, bastante fácil inclusive de ser avaliado pela Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Dá licença. Se o senhor é tão público... Mas por que então está preso por conta dessa operação?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Porque faltava uma guia de tráfego das entregas das munições. Somente por isso.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Uma guia?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Sim. É o único papel que torna legal a nossa atividade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Só para ajudar, Ricardo, o que o Deputado está tentando dizer é o seguinte: como é que a Polícia Federal ia saber que o senhor ia estar no supermercado com 3.500 projéteis sem guia, sem coisa alguma? Como é que a Polícia Federal sabia de tudo isso?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Eu não sei se eu não estou conseguindo me fazer entender...

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Eu já entendi essa parte. Eu só quero saber quantas vezes o senhor entregava. Quantas vezes o senhor entregou essa munição lá no Carrefour? Era todos os meses?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Não? Tinham outros pontos, em São Paulo, onde o senhor fazia entrega?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não, não existiam outros pontos. Como eu disse a todos os presentes, cada vez que o Coronel tinha um curso, normalmente...

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Mas por que o senhor foi envolvido com o PCC?



O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não faço a menor idéia. Não tenho ligações com partido criminoso nenhum e as pessoas do meu relacionamento normalmente são pessoas da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Ministério Público, atiradores e colecionadores. Nunca tive relação alguma com nenhum tipo... Como o próprio Major inclusive se intitula — até onde fiquei sabendo, inclusive, que era só uma relação cordial também, fui atrás dele, até como colecionador, porque ele tinha um lote de garruchas para vender e não havia nada que interessasse lá porque era tudo lixo imprestável. Foi assim que eu o fiquei conhecendo, inclusive — que também me foi apresentado como major da reserva da Polícia Militar.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Sim. Quantas vezes o senhor esteve, realmente, no escritório do major José de Angeles?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Duas ou três vezes.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - O senhor esteve lá?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Sim, perfeitamente.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Então, o senhor faz parte, está aqui, da quadrilha do Sr. José de Angeles?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não, não me considero parte de quadrilha nenhuma. Nunca tive relacionamento...

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Mas é o que está aqui por conta da operação.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Mas eu nunca tive relacionamento comercial nenhum, de nenhuma natureza com esse homem.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Presidente, realmente o senhor consegue... não muda um gesto. Mas eu quero entender. É impossível. Como está envolvido numa operação de uma dimensão dessa e acha que foi por conta de uma guia?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Eu sou um profissional da área, como eu já disse. Inclusive eu converso com São Paulo inteira ligada nesse sentido. Todas as pessoas, normalmente, ligadas a esse segmento, que tenham qualquer tipo de atividade legal, normalmente, têm o meu conhecimento. Então, as lojas todas de São Paulo, colecionadores, atiradores...



Infelizmente ficou faltando, depois de tanto estudo, na última regulamentação da lei, no último Estatuto, a regulamentação do profissional, do *bocker*, como a gente chama. Seria o corretor. Porque, infelizmente isso existe hoje; infelizmente não, felizmente porque é uma coisa que deveria estar regulamentada às claras, porque existem diversos colecionadores e atiradores que querem vender suas armas, querem comprar suas armas, querem fazer isso de maneira legal e não têm um amparo legal, uma pessoa que cuide disso, infelizmente. Então, relacionar o meu nome com qualquer pessoa acho que fica até muito fácil, basta sacar qualquer nome do bolso do colete e falar: "O senhor conhecia, o senhor é envolvido com fulano de tal?" Isso é muito fácil. Isso é uma leviandade.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - O Major, Ricardo... Preste atenção, eu tenho a voz assim meio..

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não tem problema.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Mas é o meu jeito mesmo, não se preocupe, não tenha medo por isso não. Olha só, o major foi preso com uma quantidade enorme de armas.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Sim.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - O senhor forneceu quantas? Ou todas?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Nenhuma.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Nenhuma? Mas está aqui que o senhor faz parte dessa quadrilha.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Está aí, agora, gostaria que o senhor provasse para mim que, na verdade, eu tive algum envolvimento comercial com ele.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Não se trata de provar. Eu estou lhe fazendo uma pergunta.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - E eu já lhe respondi várias vezes.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Quantas vezes o senhor esteve no Carrefour para fazer entregas de munições?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Só essa.



O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - E em outros locais de São Paulo? Em quais outros locais o senhor fazia entregas de armas para o PCC ou outras quadrilhas?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não, nunca tive envolvimento nenhum com o PCC e nenhuma quadrilha. E, outra coisa: eu, normalmente não fazia entrega de armas, porque não é dessa forma que eu trabalho. Eu trabalho vendendo armas como lojista...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ricardo, então, só para melhorar. Para o Coronel, quantas vezes tu entregaste?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Eu fiz recarga para o Coronel Raul para aproximadamente 4 cursos dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quatro cursos?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Em média eram 3.500, 4000.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não, de maneira alguma. Inclusive um dos cursos foi um curso que eu mesmo montei de espingarda calibre 12, que, na verdade, foram só 8 alunos e não mais do que 600 tiros no total.

. **O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO** - Sr. Presidente, por favor. E o Major, quantas vezes você fez entrega de munição para ele?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Nunca fiz entrega para esse Major. Nunca fiz entrega de arma ou munição para o Major.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Mas tiveram dois encontros, no mínimo, com ele.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Três.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Três?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Dois até três. Sim.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Está melhorando.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não, isso não está melhorando, porque eu falei desde o início. Tive 2 ou 3 encontros com o Major, com essa pessoa.



O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Não, mas entrega de armas e munições, que é isso que...

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Nenhuma. Nunca.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Nunca? Será que o senhor não...

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não. Tenho clareza absoluta.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Tome mais um pouco de água, quem sabe o senhor vai se lembrar...

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não, não tem necessidade. Eu lembro com absoluta clareza; inclusive, nas três vezes em que compareci ali, no escritório dele, o Major mostrou para mim uma porção de quinquiarias e tranqueiras que eu falava “Major, infelizmente isso daqui não tem nenhum valor comercial, isso é lixo, nenhuma pessoa se interessa”. Eram simplesmente garruchas velhas, um amontoado de munição velha, aquelas paçocas de coisas oxidadas, de sabe lá Deus quando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ele nunca te mostrou um AR-15, M-16?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Nunca. Absolutamente nada disso.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu queria fazer uma pergunta. Você não tem, é impressionante — impressionante não, porque a gente já está acostumado —, mas você não tem nenhuma modificação facial, pelo menos durante todo o depoimento. O único momento em que você se irritou, leve e visivelmente, foi quando você falou do Major de Angeles. Foi o único momento em que a sua feição se transformou de alguma maneira — eu estou do seu lado e estou olhando —, e você repetiu essa questão das armas. Você disse assim: “Ah, eu estive com ele uma vez e aí ele trouxe...

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não, eu disse logo de cara, 2 ou 3...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Calma, deixa eu falar. “Estive com ele uma vez, quando ele me deu a munição... ô... quando ele me mostrou umas armas que não serviam para nada...” Logo depois você disse que tinha estado com



ele três vezes; e agora você disse que esteve as 3 vezes para ver arma velha. Foi assim?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Foi assim. Se você quiser eu mando voltar a fita.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Pode. Pode mandar voltar porque desde o primeiro momento eu falei que estive com ele 2 ou 3 vezes. “Conhece o Major?” “Sim. Conheço uma figura chamada Major.”

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não estou dizendo que você não disse isso.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - “Esteve com ele?” “Sim, estive 2 ou 3 vezes”. Desde o início. Pode mandar voltar a fita.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Só um minutinho. Você não está entendendo o que eu estou dizendo. Vou dizer a diferença do que você está dizendo e do que eu estou dizendo. Você disse: “Estive com o Major para tratar de umas armas, todas inservíveis”. Você falou primeiro isso. Aí depois você disse assim: “Estive com o Major 2 ou 3 vezes”. Mas, em princípio, não eram as 3 vezes para ver as armas inservíveis. Está certo?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não, não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Vamos lá, vamos fazer de outro jeito. As 3 vezes em que você esteve com o Major de Angeles, nas 3 você foi lá para ver armas ruins, ou seja, inservíveis. É isso?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Sim.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, você é um homem muito paciente.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Bastante. Aliás, como já foi dito aqui, na verdade, a objetividade não é exatamente a minha maior característica. Eu gosto de conversar, gosto de me encontrar com as pessoas, tudo isso.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Agora eu quero que você me explique por que a sua reação, eu diria, eu quase diria, como mulher, que você...



Sabe quando é aquele sentimento de “Ah, desgraçado, miserável, foi por causa dele que eu entrei nessa”. Explica o que querem dizer os olhos aí?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não. Eu explico, explico sim.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Porque a reação não é igual.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - A minha reação de raiva é pela indignação por ter meu nome associado ao PCC, como o... Por favor, Deputado...?

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Jovino Cândido.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Como o Deputado Jovino fez...

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Não, não, não sou eu não, é a imprensa.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não é ele não; não é a imprensa não, é a Polícia Federal. É a operação...

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - São os depoimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não é que está comprovado que o José de Angeles e aquele lugar dele ali fornecia arma para o PCC.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Eu sinto. Agora, de qualquer forma, estive com ele...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Você sente não, você só está aqui, preso e investigado, e não existe Roberto, ou seja, não se sabe o nome do Roberto, porque a Polícia Federal montou uma operação chamada Chumbo Grosso e, a partir dessa operação, das escutas, da investigação e da inteligência da Polícia Federal, você foi preso. Senão aqueles 3 mil cartuchos estariam sendo entregues lá no Carrefour e não sei se para curso ou não. Provavelmente, de um Coronel ia para outro Coronel; e do outro Coronel ia passar no PCC. Então, agora, vamos parar de brincadeirinha e vamos falar sério. O senhor não está aqui à toa. Ninguém vai preso à toa. Ninguém está denunciado à toa. Você está denunciado, o Coronel está denunciado. Você entrou, seu advogado, desculpa, com vários pedidos no Supremo Tribunal Federal. Você, diferentemente de qualquer outra CPI nesta Casa, perdeu



todos os recursos, sinal de que existem não só indícios, mas indícios e provas suficientes para você estar preso. Senão você já tinha *habeas corpus* e já tinha saído há 10 anos. Estou certa?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não, não, meu advogado não entrou com nenhum *habeas corpus*.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - A senhora me permite, Deputada? Sr. Presidente, posso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pode, por favor.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Ricardo, por que eu devo acreditar em você que a entrega dessas munições seria para o curso? Por quê? Se você está envolvido numa investigação que foi feita com muita responsabilidade, profundidade, como um dos membros do PCC? Por que eu devo acreditar em você?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Esse é o meu maior repúdio, realmente; é isso que me deixa mais indignado. Eu não tenho nenhum tipo de contato. Se quiser fazer uma investigação, exatamente, pelo senhor...

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Ricardo, só um minutinho. O Mauro Higino, o sargento, seu amigo Mauro Higino...

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não é meu amigo.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Está aqui como amigo. Faz parte da mesma...

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não é meu amigo. Encontrei...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então quem é? Vamos lá.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Encontrei esse senhor, na verdade, inclusive fardado, no balcão da loja Speratti, uma vez na minha vida, e não tive mais contato com ele. Inclusive, atendi alguns telefonemas dele onde rechacei qualquer possibilidade de....

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Oba! Melhorou bastante!

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não, não é meu amigo, ...

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Não. Eu gostei.



O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - ... absolutamente.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Gostei. Está confirmado. Aí nós estamos em 10% do que foi investigado. É o que está escrito aqui. Que mais que o seu amigo Mauro Higino...

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não é meu amigo, não é pessoa do meu relacionamento.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Desculpe, desculpe.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Vamos considerar que não é o amigo.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não é.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Não. O senhor continua, Deputado. Só vamos considerar que não é amigo, que é conhecido. Continue, Deputado.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Como eu acabei de falar e já reiterei várias vezes, eu atuo nesse mercado, trabalho com as lojas daquele setor, conheço diversas pessoas por dia, diversas pessoas, tenho cartões de diversos deles. Nada disso, absolutamente, significa que seja meu cliente, meu amigo, meu fornecedor, absolutamente nada disso. Inclusive, o senhor me desculpe, Excelência, mas é uma leviandade muito grande, na verdade, apanhar nomes da investigação, apanhar nomes da investigação e tentar fazer a ligação, na verdade, comigo.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Ricardo, só um minutinho, por favor..

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Sr. Castilho, em nome da Presidência...

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Por favor, isso é investigação, Ricardo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Aqui você não vai dizer nem insinuar que algum Deputado pode ser leviano. Nós sabemos exatamente o que estamos fazendo. O Deputado Jovino sabe exatamente o que está perguntando. Não há leviandade. Ninguém nesta Comissão, aliás, nas Comissões desta Casa,



fala qualquer nome, salvo se tiver documentos de investigação que possibilitem que seja feito.

Então, por favor, nem de brincadeira pense em falar isso nesta Comissão da Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Se a senhora me permite, nós ouvimos ainda há pouco — não é, Ricardo? — de uma forma até prazerosa, você disse que o povo brasileiro, de uma forma geral, gosta da ilegalidade.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não, eu não disse que gosta, eu disse que talvez ele seja obrigado a viver dessa maneira.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Ah, sim, sim. Está melhorando. Olha só, nós estamos nos baseando em fatos, documentos, investigação. Você falou de uma forma carinhosa, forte do dinheiro público. “Não, porque o motorista que não pára no ponto de ônibus; porque o professor que está tirando 15 minutos...”. Mas e aí esses homens públicos, funcionários do Estado que trabalharam nessa operação. Temos, inclusive, a presença de alguns deles aqui nesse cenário.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Sim. Exatamente.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - São pessoas sérias, ...

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Concordo.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - ... comprometidas com o bem-estar do povo brasileiro. Então, deixa-me perguntar aqui: e o seu amigo Júlio Olivieri?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Desconheço completamente.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - É um ex-soldado. Ele esteve com o senhor — está aqui — também na sua loja.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Não? O senhor não falou com ele algumas vezes ao telefone também?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Se, por acaso, falei até por telefone, novamente, como eu insisto em dizer, algum contato que eu tenha atendido da loja...



O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - É um soldado. Ele tem quarenta e poucos anos, uma pessoa querida. Como você disse, agora há pouco, você é muito conhecido, não é mesmo?

O SR. RICARDO CASTILHO HERRERA - Bastante. Muito, muito.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Então, o Julinho aqui, parece que vocês o tratam por Julinho...

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Desconheço totalmente, e nunca tratei com nenhuma pessoa por esse nome.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Não?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - É?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Pois é, a investigação está dizendo que vocês são amigos.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Novamente insisto em que, na verdade, há pontos que talvez pudessem ou merecessem ser investigados melhor.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - No seu clube de tiro, ele esteve?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Não?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Nenhuma vez?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Não.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não. Até porque o meu clube de tiro na verdade não estava funcionando.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Eu só queria lembrar ao depoente que ele não obteve nenhuma liminar para não falar a verdade, portanto, ele pode incorrer em outras penas, além das que já responde perante o Tribunal. Quero só lembrar ao depoente.

Deputado Jovino Cândido, o senhor pode continuar.



O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Presidente, eu só gostaria de, mais uma vez, que o Sr. Ricardo pudesse... eu queria entender por que eu tenho que acreditar na história de que essa munição era para o curso de tiros?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - O senhor não precisa acreditar, bem como nenhum dos presentes aqui precisa acreditar. Como eu mesmo falei, já que, na verdade, não existe leviandade na parte das investigações, então, vamos levar as investigações mais à frente e averiguar todos esses cursos de tiros; não só o do Coronel, mas as pessoas que justamente foram emitidos certificados, os locais que normalmente foram alugados, ou que o coronel fez uso para que desse tiro. Isso é algo que eu peço e que vou deixar bem claro — peço realmente. Se alguns dos presentes...

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Ricardo, só um minutinho, por favor. Por ano, quantas operações mesmo — eu não entendi se foram 8 ou 10 —, quantas entregas o senhor fazia por ano tipo Carrefour? É porque eu não entendi direito na hora em que o senhor....

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não fiz entregas tipo Carrefour. O Coronel Raul normalmente retirava esse material na minha casa.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Não. Eu quero saber quantas porque eu entendi umas 8, 9 por ano ...

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - ... clandestinas, assim.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Não?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não. Eu disse, inclusive, que foi a única entrega no Carrefour e disse claramente que na verdade foram 4.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Quatro.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Eu disse claramente que foram 4 vezes em que trabalhei com o Coronel Raul nesse sentido.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Aqui estão mencionando a Castelo Branco. Houve alguma entrega na Castelo Branco ?



O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Sim. Houve uma entrega numa transportadora.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Numa transportadora.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Devidamente amparada pelas guias de tráfego, inclusive, que aliás, se eu não me engano, estão anexadas.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Mas era para o PCC, como está aqui?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não, era um curso do Coronel Raul, que foi realizado num quartel aqui de Brasília.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Ricardo, só um minuto. O Coronel Raul, você entregava para ele e ele é que fazia a entrega para o PCC? Como é que é o negócio? Só para eu entender.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não existe relação com o PCC. O Coronel Raul esteve aqui em Brasília dando curso recentemente.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Não, sei, sei.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Brasília e Goiás, dentro de quartéis da Polícia Militar.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Não, eu sei. Vamos voltar. Só um minutinho, Ricardo, vamos voltar à Castelo Branco.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Sim.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Quanto foi lá, o que foi entregue lá, por favor?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Foi entregue uma quantidade de munições para um curso realizado...

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Quanto? Quanto?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não tenho a data específica, não tenho, precisaria de checar documentações.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Quantas munições, por favor?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - A quantidade, o Deputado está perguntando.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Cerca de 1.500.



O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Só? Aqui está 7 mil, mais ou menos, em duas entregas.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Eu não me lembro do número, sinceramente.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Não foram duas entregas?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Foi uma entrega de munição e um retorno, inclusive, de estojos vazios.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Ah, então foram duas.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não. Foi uma entrega e um retorno, inclusive, de estojos vazios.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Ah, de estojos vazios.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Estoços vazios que foram exatamente utilizados no curso e posteriormente devolvidos; aliás, em um ou dois cursos que ele deu aqui em Brasília e em Goiás, em quartéis da Polícia Militar. E isso, como eu lhe falei, inclusive, digo a todos aqui, deve ser comprovado. Tem que ser comprovado.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Ricardo, só um minutinho, por favor. Paraguai. Quantas travessias você fez? De acordo com as investigações, tem aqui uma menção. Quantas você fez para buscar carga?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Nenhuma, nunca.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Mas quem ia no seu lugar, quem você...

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não tenho ninguém que faça isso por mim.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Não?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Eu não mexo com esse *métier*, não faço isso.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Ah, não faz.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Bom, senhora Presidenta, quero agradecer.

Ricardo, é o nosso dever trabalhar para o bem do País.



O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Todos nós.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Laura Carneiro) - Bom, como o Deputado Neucimar Fraga não tem perguntas, vou suspender por 3 minutos a reunião, mas vou saber do Presidente Moroni Torgan qual encaminhamento vai ser dado na continuação dos trabalhos.

Portanto, está suspensa a reunião por 3 minutos. (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Não sei, mas ficou muito obscuro aí. Por exemplo, as vezes em que tu destes munição para o Coronel, uma vez tu disseste que foi 600, outra vez foi 3.500, as outras vezes foi quanto?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Trabalhamos juntos, como eu já disse, em 4 cursos — que eu me lembre de cabeça, 4 cursos. Nesses 4 cursos, inclusive, como eu já lhe disse, um deles foi um curso de espingarda calibre 12, onde houve pouca quantidade de alunos e pouca quantidade de tiros. Inclusive num estande que um rapaz da Polícia Federal...

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Isso você já falou, 600 tiros. E o outro?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - E houve mais esses 3. Justamente esse de Brasília, que foi Brasília e Goiás, tanto é que houve um desdobramento do seguinte...

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Quanta munição tu trouxeste?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Ele me pediu 1.500 tiros, inicialmente, para um curso em Goiás, que seria dado dentro da Academia de Polícia Militar, do Quartel da Polícia Militar, inclusive. O contato, novamente, era um sargento da Polícia Militar, cujo nome também não me recordo — devo ter alguma anotação. Foi entregue esse material dentro da transportadora, com guias de tráfego que o próprio Coronel me emitiu do Rio Grande do Sul.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Então, nas outras duas vezes foi com guia de tráfego.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Foi com guia de tráfego.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Esse dos 600 tiros não foi com guia?



O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não, porque inclusive essa munição estava dentro da... Eu mesmo estava transportando e a minha própria guia de tráfego da arma possibilita...

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Então tu tinhás guia de tráfego só desse que veio para Goiás?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não. Eu não estou falando que o outro não tinha. O que acontece é diferente pelo seguinte: como atirador, qualquer atirador tem direito, da arma que esteja registrada, a conseguir uma guia de tráfego que lhe habilita transportar até 300 munições carregadas ou recarregadas, 300 munições prontas para uso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Mas não eram 600?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Por arma. Isso é importante.

A SRA. A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Ah, por arma.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Por arma. De novo, aqueles absurdos da lei. De repente, você pode, como atirador, transportar até 12 armas, simultaneamente, e 300 munições carregadas para cada uma delas, então, levando...

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Três mil e seiscentos tiros.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Três mil e seiscentos tiros, inclusive de fuzis, etc.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Quem te deu essas cápsulas, sempre?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - A munição de cartucho calibre 12 é descartável. A gente pega inclusive isso dentro do clube de tiros. Porque não existe controle nenhum, porque é um cartucho de plástico. Como eu tenho duas espingardas calibre 12, eu levei as duas, baseado nas minhas guias de tráfego, na ocasião, para dar o curso — eu fui aluno e fui instrutor.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Eu perguntei onde tu consegues o cartucho.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Como eu falei, o cartucho calibre 12 é descartado porque não existe controle, não é uma coisa de uso



proibido, é um cartucho de plástico. Então, você junta do chão até, para poder recarregar, o cartucho de calibre 12.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Ah, tu ajuntas do chão?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Ele é considerado lixo. Você pode juntar, inclusive, cada vez que for ao clube de tiro.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Sabe por que, Ricardo? Deixe-me falar tranquilo contigo. Eu quero acreditar em ti. As denúncias contra ti são graves. As denúncias contra ti são de que tu recebes munição, cápsulas desviadas ou de fora do País. E essa munição é, depois, usada pelo crime organizado, e não pelo clube de tiro ou pelo atirador. Por isso é importante a gente saber esses detalhes. Por isso eu fiquei abismado pelo fato de tu não quereres saber o detalhe de quem era o Roberto ou coisa parecida. Assim parece enrolação tua. Parece que tu criaste um Roberto e esse Roberto não vai ser encontrado nunca na vida. Porque, na verdade, foi por outros meios que isso chegou às tuas mãos. Eu estou sendo muito franco, muito sincero contigo.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Concordo.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Estou fazendo uma análise bem técnica de tudo o que a gente falou aqui.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Concordo.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Por exemplo, o rapaz da loja, como era o nome dele?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - O balconista?

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - É.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Toninho. Antônio Maia.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Quantas vezes tu ias à loja dele?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Quase todo dia, quase diariamente. Como falei, a loja em que ele trabalha faz parte do circuito que eu freqüento.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - E tu compravas o quê, lá: pólvora ou coisa assim?



O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Pólvora em baixa quantidade, inclusive. Alguma coisa de pólvora, alguma coisa de espoleta, para recarga de cartucho — também é vendida abertamente. Basicamente, na loja dele só. Comprar, realmente, eu só comprava isso.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - E tu passavas lá todo dia por que, Ricardo?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Porque está exatamente ao lado da loja com que eu vinha trabalhando. Era por ali que eu estacionava o carro. Temos contatos, como eu comecei a falar, inicialmente... Como a loja com que eu vinha trabalhando era basicamente de atacado, eu trabalhava muito com o diretor, com o dono da loja, por assim dizer — tratava com o dono diretamente. Eu entabulava todos os materiais de varejo da nossa loja para o dono da loja dele...

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - O dono da loja do Toninho ficava na loja, cuidava da loja?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Sim, bastante.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Ele cuida da loja?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Ele cuida da loja. Ele cuida da loja.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - O Toninho é o quê? É gerente? É balconista?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não, ele é só um balconista.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Ele é um balconista?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - É um balconista. O dono da loja, na verdade, tem pelo menos 4 lojas ali naquela região.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Ah, o dono tem 4 lojas?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Como são bastante próximas uma da outra, o pai e o filho tomam conta, se revezando, entrando e saindo, entrando e saindo, entrando e saindo, várias vezes ao dia, de todas as lojas. Inclusive uma fica ao lado da outra.



O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - E o dono da loja nunca viu esse movimento de arma ilegal lá?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não sei, desconheço.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Inclusive, o Toninho disse que deixou debaixo do balcão 2 armas...

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - As lojas são bastante grandes e existe um movimento muito grande, um entra-e-sai de transeuntes, de curiosos, de clientes.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - ... ilegais.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Deputado Moroni Torgan, V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Eu queria entender: você disse que estava tentando abrir uma loja...

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Uma loja, um estande de tiro.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Um estande de tiro, um clube e tudo. Mas enquanto isso não acontecia, você tinha que viver e ter uma atividade.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Perfeitamente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Você forneceu essas 4 vezes para esse...

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Coronel Raul.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Coronel. Quanto você recebia e a quem mais você forneceu e quantas vezes?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Basicamente só para os cursos do Coronel Raul. E, outra coisa, isso não era uma relação de compra e venda, isso não caracterizou, em momento algum, relação de compra e venda, pelo seguinte: como já falei, eu vinha tentando abrir o clube de tiro e eu fazia uma parceria com o Coronel. Se quiser, inclusive, comprovar isso, tenho aqui, junto desses próprios certificados, alguns certificados de cursos que eu participei com ele.



Então, como normalmente ele ou os pretendentes do curso me mandavam o material, praticamente em todas as vezes, fora as do cartucho de calibre 12, que eu mesmo tinha, normalmente eu entrava só com a parte de mão-de-obra. Eu fornecia a mão-de-obra, trabalhava como instrutor no curso e fazia o curso gratuitamente. Então, a mão-de-obra, por exemplo, de se recarregar, para que vocês tenham uma idéia, para que a senhora tenha uma idéia, 3.500 tiros, por exemplo, é uma mão-de-obra de um dia e meio. É bastante interessante para mim...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Mas então você fazia a recarga,...

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - ... dava aula e não cobrava nada?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Recebia o curso, fazia o curso...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Quanto você recebia pelo curso? Vamos lá.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não, eu não recebia pelo curso, ao contrário. Eu tinha o direito, inclusive, de firmar a minha posição como instrutor, principalmente é muito importante, na verdade, estando como instrutor dentro de uma empresa forte, de uma empresa já reconhecida no mercado. Então, isso me coloca numa posição bastante privilegiada, quer dizer, já começando por cima, é como você começar a trabalhar direto numa empresa grande.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Não, espera aí, só um minutinho. Você está querendo me convencer ou nos convencer de que você estava fazendo um investimento para o futuro, que você fazia tudo isso, tinha o trabalho, dava o curso, ia se expor lá no Carrefour, andava com a munição, criava as formas, cobrava as notas de transporte...

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não, eu não cobrava.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Só um minutinho. Não é cobrava dinheiro, não, cobrava no sentido de reclamar para existir.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Sim.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Calma, só um minutinho, deixa eu terminar. Não me interrompa mais, por favor.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Desculpe.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Você dava o curso, recarregava a munição, ia para o Carrefour ou para onde tivesse que te mandar para entregar o cartucho, estava absolutamente exposto, se preocupava em pôr duas espingardas para poder carregar aquela munição, porque estava autorizada pela lei. Enfim, tinha todas as preocupações, e você estava fazendo isso como investimento da sua imagem para o futuro, não recebeu um tostão por isso. É isso o que você quis dizer?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Recebi, sim, em troca da participação do certificado dos próprios cursos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Sim, mas eu quero saber quanto.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não, não é valor, é uma barganha, na verdade, como estou falando. Eu vou lá, trabalho, participo...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Você está tentando me convencer que você fez isso tudo e não ganhou um tostão. É isso?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não, um curso desse, por exemplo, custa hoje no mínimo 400, 600 reais. Então, eu me propunha, na verdade, a fazer o serviço... É um serviço braçal, como já falei, para recarregar 3.500 munições em menos de um dia e meio.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Sim, mas quanto é que a gente recebe por um serviço braçal, meu Deus? Qualquer trabalhador recebe pelo serviço braçal.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Eu fiz uma barganha pelas vagas nos cursos. Estou falando a verdade.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Para você poder fazer os cursos?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Sim, para poder participar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - E você vive de quê?



O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Da venda das armas e munições que faço nas lojas como autônomo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Da venda das armas e munições que você faz nas lojas como autônomo?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Perfeitamente, como falei inclusive desde o início, na loja Vant Hoff que venho trabalhando.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Então você vende armas como autônomo?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Vendo armas legalizadas para empresas de segurança; não só armas, mas material em geral, trabalho hoje com...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Você é representante das empresas de armas?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Exato, para a empresa Vant Hoff. Que eu falei aqui, desde o início, inclusive, praticamente vizinha da empresa do...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Só queria entender qual é a sua vantagem em fazer isso. Eu não consigo entender, talvez porque eu não entenda bem de arma, mas não consigo entender que vantagem tem isso.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Explico de maneira bem simples. Estou em processo de formação de um clube, que felizmente ainda está lá...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Não, esse processo de formação já tem uns 3 anos e não...

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não, não tem 3 anos, não. O contrato inclusive está aqui. Ele tem menos de 1 ano, e inclusive, na verdade, e inclusive...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Em 3 não, 2, porque você falou em 2003.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não, esse daí foi um curso dado no clube de um rapaz da Polícia Federal, em Santo André, que foi o curso do Coronel até de espingarda calibre 12, e não foram 3, foram menos de 2



anos, foi um curso dado no estande de um agente da Polícia Federal, em Santo André, há cerca de 2 anos. O meu estande está em fase de montagem há menos de 1 ano. O contrato está aqui, cópia reconhecida em cartório e tudo, e está em obra justamente porque eu infelizmente não tenho condições de investir maciçamente para terminar. Na verdade, invisto, sim, na imagem porque um clube vive à base de sócios atiradores. Se eu não tiver pelo menos 300, 400, 500 sócios atiradores pagando, não interessa que eles freqüentem, mas pagando as mensalidades, indo até lá justamente em busca de conhecimento, em busca de treinamento, de tudo isso, não vou ter como me sustentar. Justamente esse é o grande ideal.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Veja se estou entendendo. O investimento seria: na medida em que você recarrega, vai, dá aula, é instrutor, esses alunos seriam futuros associados do clube?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Associados do clube.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, você vai querer me convencer de que o pessoal da Polícia Civil e Militar do Estado de São Paulo, que mal tem o que comer, porque ganha mal, se associa com 400 reais por mês para um clube de tiro, se ele pode fazer isso lá no estande dele?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Eu não disse em momento algum 400 reais. É um absurdo isso.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sei lá, por 5 reais, vamos lá, vamos supor que fosse 5 reais, se associa...?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Se associa.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Se associa se e pode fazer isso lá na Polícia, lá no estande?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não, não pode. Esse é o grande problema, não pode.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não pode?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não pode, não pode, não pode, eu provo por A mais B.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Ricardo, tenho uma curiosidade: tu ganhas a vida de quê?



O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Acabei de falar, na verdade, como representante de armas...

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - É que eu estava fora, ali.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Como representante de armas e munições. Eu só trabalho com isso, vendendo legalmente para a loja Vant Hoff e, inclusive, para algumas outras lojas de São Paulo, também de maneira autônoma, mas principalmente, hoje, no atacado.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Tu tens nota disso? Como é que é isso?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Tenho, tenho notas, tenho prestação, inclusive...

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Tu vendes assim... Qual é o teu faturamento mensal?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - No atacado, hoje, na faixa salarial na ordem de 3 e meio a 4 mil reais por mês. É o que ganho comissionado, hoje, vendendo para as lojas. Para que o senhor tenha uma idéia e se esta Comissão quiser atestar — novamente não estou pedindo que ninguém acredite em mim...

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Não, eu vou...deixa, Ricardo.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Só encerrar, por favor.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Esta Comissão tem a mania de não acreditar em ninguém mesmo.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - É isto que estou pedindo.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Esta Comissão vai investigar, sim.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Façam averiguação com a Guarda Municipal de Macaé e a Prefeitura de Macaé, com a qual eu estava entabulando uma venda grande, inclusive, exatamente quando fui preso, de um processo que já se arrastava há meses de venda para aquela que seria a primeira AGCM armada do Rio de Janeiro.



O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Está bom, Ricardo. Eu só quero dizer o seguinte, Sr. Presidente: vou pedir à assessoria da Comissão, depois, que anote que eu quero quebrar o sigilo bancário, fiscal e telefônico de todos que foram ouvidos aqui — com exceção do delegado, é lógico —, mas também daqueles donos das lojas citadas aqui hoje, principalmente e especialmente a loja do Toninho. Quero quebrar o sigilo e, depois de quebrar o sigilo, vou chamar esses donos das lojas para virem depor aqui.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Excelência, por favor, eu faço questão, eu insisto novamente, e como venho falando: da mesma forma como o senhor tem a intenção, e acho acertadamente, de pedir a quebra de sigilo bancário e telefônico, por favor, em nome, agora, da minha dignidade, da minha honra, daquilo que estou declarando aqui, que seja feita assim a investigação em cima do que estou pedindo. Ou seja, comprove que a empresa do Coronel Raul realmente deu esses cursos dentro de quartéis da Polícia Militar há poucos meses. Eu realmente me perdi um pouco porque estou ...

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Não, isso nós já temos a assessoria da Polícia Federal aqui que vai fazer essa comprovação.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Então, por favor, para que justamente eu não seja obrigado a ouvir coisa dessa natureza, que essa munição que eu fiz foi em função de mascarar um curso para...

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Não, a denúncia que tem não é o teu negócio com o Coronel, que não sei como é que é. E acho estranho um coronel que conhece tudo de legislação andar com munição assim.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Mas foi feita essa denúncia aqui claramente.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Olha, vou ser sincero: tudo aqui ficou estranho hoje; ficou estranho, por exemplo, um curso que vocês não sabem quem é que estava inscrito, vocês não têm a lista de inscrição, não têm coisa nenhuma.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Eu não controlo, é o Coronel quem controla.



O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Ficou estranho o fato de que o Roberto é um nome aleatório e vocês não sabem onde é que encontram. A denúncia que tem contra você é gravíssima, porque seria...

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Isso eu concordo também.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Tu estarias recebendo, inclusive, de um Francisco, que traria a munição de fora e tu farias a recarga dessa munição e depois entregarias, venderias a munição lá nessas casas em que o Toninho trabalha, venderias a munição por baixo do pano lá na casa do Toninho para quem quisesse.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Desconheço completamente.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Só que o Toninho distribuía para o pessoal vinculado ao PCC, como também o Vitor distribui armamento e munição para o pessoal vinculado ao PCC, como o Mauro também está acusado da mesma coisa. Então, o ruim disso é que essas irregularidades de vocês botam nas mãos dos bandidos, no seu caso principalmente, bota a munição que vai matar pessoas. Tu fizeste...

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Bandido não usa munição recarregada...

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Não tem nem perigo de não usar, eles usam a munição que tiver na hora de vender ali...

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Bandido não usa munição recarregada. Basta olhar as apreensões de munição feitas nas mãos de qualquer bandido, em geral, por aí. Não se trata de munição recarregada, principalmente aquilo que, em geral, é de grosso calibre e tudo. Bandido não usa munição recarregada. Aliás, infelizmente, agora que eu estou preso e convivendo com eles lá dentro, eu vejo o preconceito que eles têm. Eu vejo o preconceito que eles têm cada vez que você fala. Porque, infelizmente, hoje, eu sou obrigado a conviver nesse ambiente e conhecer todo esse tipo de gente e, naturalmente, essas coisas, lá dentro, correm de maneira muito fácil, saber o que a gente faz, etc. Eles



viram para mim e falam: "Mas munição recarregada não presta, munição recarregada não presta, ninguém usa, ninguém usa porque isso não presta."

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Exceto no curso de tiro que eles fazem.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - No curso de tiro que nós fazemos, que policiais civis e militares fazem.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Porque bandido também faz curso de tiro. E, no curso de tiro, eles não gastam munição boa, eles gastam munição recarregada. E sabe por que eu sei disso? Porque eu sou delegado federal de profissão, já preendi um bocado desses caras.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Mas bandido em curso de tiro, Excelência?

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - É. Bandido tem curso de tiro também.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Bandido em curso de tiro?

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Tem curso de tiro, tem curso de guerrilha, de guerrilha urbana...

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não, de guerrilha já é um outro tipo de bandidagem, então, vamos considerar...

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Tem curso de tudo quanto é tipo. Agora, eu gostei que tu afirmaste com convicção: bandido não usa munição recarregada.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Sim, porque eu estou lá convivendo com eles. Eu, infelizmente, estou lá há 2 meses, na verdade, convivendo com eles.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Então está bom. Ricardo, o que eu posso dizer é o seguinte: olha, ficaram dúvidas do teu depoimento, e essas dúvidas só vão ser sanadas com a investigação. Eu até torço para que tu sejas, realmente, um instrutor, um recarregador que, na verdade, quer fazer as coisas certas. Mas acontece que a coisa com que tu mexes é uma coisa muito perigosa, não é para cursinho de tiro, é para tirar a vida de pessoas se ela for desviada para outro setor.



Então eu queria dizer que é uma coisa muito difícil porque se, realmente, tu és o que recarrega a munição ou inclusive intermedia a munição — porque pode ter recarregada e pode ter da outra, porque tu tens que conseguir a cápsula de algum lugar —, se tu és o que recarrega... Quantas cápsulas tu compras da CBC por mês?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Faz bastante tempo que eu não compro. Eu tenho um acervo pequeno de cápsulas hoje que eu uso, justamente nos cursos que eu mesmo dou, não mais do que 1.000, 1.500 cápsulas. Isso aí é produto que a gente junta durante anos...

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Tu dizes que, em um dia e meio, tu recarrega 3.500.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Sim.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Em um dia e meio.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Sim.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - E isso quer dizer o quê? Que, em um dia tu recarregas 2.500 mais ou menos, de 2.000 a 2.500...

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Duas mil, em média. Tenho condições de. Eu não recarrego todo dia, não faço isso todo dia.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Quer dizer: se tivesses condições, tu vejas quanta munição ficaria aí à mercê de quem quer que seja, compreendeste?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Excelência, isso é uma especulação, acredito eu, até....

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Agora, eu vou tirar...

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - ... de qualquer forma, maldosa.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Não, não é maldosa, é uma especulação que tem que ser investigada.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Isso, qualquer atirador (*ininteligível*) de recargas similares.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Eu vou tirar essas dúvidas, e eu vou dizer como: no teu sigilo telefônico, eu vou ver com quem tu falaste;...

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Fique à vontade.



O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - ... no teu sigilo bancário, eu vou ver o que ganhaste;...

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Hum, hum...

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - ... no teu sigilo fiscal, eu vou ver se realmente tu declaraste tudo aquilo que era para declarares ou não. E aí eu vou tirar essas dúvidas nesse setor. Demais, eu posso dizer até, pelo menos, tu vieste aqui e tentaste falar e tudo o mais, e alguns pontos importantes tu omites. E essa é a preocupação que me deixou.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Novamente insistiria com V.Exa.: quais os pontos, quais os pontos importantes que eu omito? Eu acho que eu não omiti nada em meus depoimentos.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - O Roberto, por exemplo.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Eu falo de Roberto assim como no curso de Goiás e de Brasília. Eu tenho, inclusive, eu acho que o *fax* ainda, deve ter sido anexado até aos processos, uma capa de entrega, em que foi mandado para a transportadora, o Coronel Raul menciona para mim: Mande aos cuidados do Sargento Fulano. Só, e um telefone de contato. Só.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Presidente, só para tirar uma dúvida: Ricardo, você afirmou que cada atirador tem permissão para transportar até 300 cápsulas por arma.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Trezentas munições carregadas por arma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Munições, por arma. E que ele tem autorização para transportar até 12 armas.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então cada um poderia transportar 3.600 munições. Isso é por viagem, por mês ou a qualquer momento...?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Por viagem e a qualquer momento. O que acontece...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Se você fizer 30 viagens por mês, você pode transportar nas 30 viagens 3.600?



O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Sim, sim. Isso é verdade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quer dizer, uma pessoa que tem uma autorização de atirador pode transportar, se transportar todos os dias do mês, 100 mil munições por mês que, se for surpreendido por alguma operação militar, ele estará acobertado pela legislação.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Isso é tudo uma forma hipotética, na verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Hipotética, mas pode ser real.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Hipotética, pelo seguinte: a guia de tráfego garante o direito do atirador em que sentido? Você, normalmente, como atirador, vai para uma determinada prova de campeonato, você vai disputar, normalmente, 4, 5, 6 categorias. Então o que acontece? Você leva meia dúzia de armas. Então essas guias de tráfego são preparadas justamente para que você possa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas qual é a garantia que nós temos, por exemplo, de que o atirador realmente gastou ou consumiu toda aquela munição lá no tiro?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - A mesma garantia que, na verdade, nós temos de que todos os políticos eleitos por nós ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não tem nada a ver, não estou perguntando ...

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Tem tudo a ver.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não, senhor, não, senhor. Toda legislação, todo segmento tem regra.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O comerciante tem uma legislação que diz: olha, você saiu com 100 peças de roupa aqui, você vai ter que chegar no Município tal, vai ter que entregar as 100 peças de roupa, e ter a nota fiscal de compra e de entrada.



Quero saber o seguinte: qual a garantia que nós temos de que as 3.600 munições que você levou para um curso de tiro você gastou? É emitido um recibo, existe um controle pelo clube de tiro que ateste que você gastou 3.600 munições? Você pode levar 3.600, gastar 600 e vender 3 mil. E voltar e carregar mais 3.600, vender 3 mil e gastar 600.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Mas isso é um círculo vicioso que, justamente, como estou falando, já existe um instrumento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu estou lhe perguntando o seguinte: você tem autorização, então você conhece a legislação do assunto. Eu não conheço. Eu estou lhe perguntando o seguinte: qual a garantia que nós temos, o que pode nos garantir que as 3.600 munições que você tinha autorização para transportar, para dar um curso, foram gastas no curso? Existe algum controle?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não existe garantia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então não existe controle.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não existe, não existe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Se você gastar uma e afirmar que gastou 3.600, você pode voltar para casa sem nenhuma. É isso que eu quero saber.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Nos cursos, não. Nos cursos existe controle, sim. É lógico que existe. Existe justamente a sua ficha de participantes, a ficha dos alunos, que você controla e que, normalmente, para qualquer empresa séria, de atividade séria, se pede não só a ficha de inscrição, como até atestado de antecedentes, a carteira funcional da pessoa que normalmente vai fazer esse curso. Então, tudo isso é controlado, tudo isso é controlado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu quero saber o seguinte: você levou 3.600 munições para um determinado evento, correto? Você tem a possibilidade de levar 3.600 munições.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - É emitido, no final, do evento...



O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Um certificado de conclusão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - ... um recibo dizendo: das 3.600 munições que o Ricardo trouxe, ele realmente entrou aqui no evento, no estabelecimento, com essas 3.600. Você pode ter saído de casa com as 3.600 e chegado lá com 600, mas não houve controle para saber com quantas você entrou, você gastar as 600 e ficar por isso aí mesmo. É isso que estou perguntando, justamente isso: se, ao chegar ao evento ou a um curso de que está participando, se existe o controle: o aluno tal, com autorização X, chegou aqui com as 3.600 munições, foi feita a conferência e, realmente, ele chegou com as 3.600, gastou 3.600 aqui ou gastou 3 mil e sobraram 600.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Isso não fica na mão dos alunos, isso não fica na mão dos alunos, de maneira...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Com o dono do clube de tiro, por exemplo.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Com o dono do clube de tiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Existe esse controle?

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Não, não existe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, Presidente, essa é a pergunta que eu estou fazendo. E eu acredito que nós tenhamos que fazer uma avaliação dessa legislação porque, se ele tem autorização para transportar 3.600 munições para um determinado evento e se não existe nenhum controle por parte do clube, ele pode desviar 3.500 no caminho, chegar lá e entrar, depois dar 100 tiros e falar que gastou 3.600. E continuar operando dessa forma durante o mês todo.

E chama-nos a atenção: esta Comissão já teve oportunidade de ouvir vários depoimentos de pessoas que foram apreendidas com armas e munição, e 80% delas falam que têm autorização para colecionar arma, participar de curso de tiro, que as munições que elas estava usando foram utilizadas no curso de tiro. E já ouvimos até pessoas que vendem munição aqui para colegas no clube de tiro. Então, eu acredito que seria uma oportunidade para nós, da Comissão, fazermos uma avaliação da legislação que rege esse tipo de atividade para que possamos



exercer um controle. Porque não é possível que uma pessoa tenha autorização para carregar 3.600 munições, e isso lhe dá o direito de transportar, no meio dessas munições — quem sabe? — até munição que não estava nem prevista naquele evento, mas ele estava acobertado praticamente por uma autorização. E ninguém garante que essas 3.600 munições que saíram do local de origem chegaram ao local de destino, porque não existe controle nenhum. Então, isso facilita, realmente, o comércio irregular de munição no Brasil.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - V.Exa. dá uma sugestão muito boa. E eu até coloco a assessoria legislativa da Comissão à sua disposição para que, de imediato, faça um projeto nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO CASTILHO DE MORAES HERRERA - Excelência, novamente eu gostaria de insistir que, se existe um controle a ser feito, eu acho que é muito melhor que ele seja feito em cima daquilo que realmente é feito à revelia, de maneira proibida, de maneira ilícita, do que daqueles que, justamente, estão tentando, como eu, inclusive, mostrar-se, legalizar-se, colocar-se à prova. Então é como eu falava: uma máquina de recarga é um instrumento básico de ser feito, de ser elaborado. O material, no câmbio negro, aposto que se vai conseguir com grande facilidade também. Então, na verdade, qualquer pessoa que queira fazer isso ou fazer disso uma forma de vida irregular etc, não só com 3.600, mas com 5 mil, com 10 mil, com, sabe Deus quantas munições, ele vai conseguir fazer da mesma forma, ele não precisa desse amparo legal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O que nós estamos querendo dizer, Ricardo, é o seguinte: as brechas na legislação são utilizadas por toda categoria e todo segmento que queira delas se aproveitar para tirar algum tipo de proveito. Os advogados tiram proveito das brechas, os delegados, os comerciantes, os tributaristas, os juízes, os políticos, os médicos, os dentistas, qualquer segmento profissional aproveita-se das brechas deixadas pela legislação.

Então estamos percebendo que existe uma brecha na legislação que está regendo essa atividade no Brasil que permite — não estou dizendo que tenha sido feita por você, estou dizendo que permite — que as pessoas que queiram usar



essas brechas com maldade para fazer comércio irregular de munição tenham essa liberdade.

Estamos inclusive agora solicitando à consultoria legislativa desta Comissão que faça um estudo e elabore uma legislação para que nós possamos coibir, proibir e tampar o buraco dessas brechas, para que não tenhamos a facilidade permitida pela lei, e pessoas que queiram usar de má-fé possam se beneficiar das brechas.

Quero, assim, encerrar a minha participação.

Não havendo mais nada a ser tratado, declaro encerrada esta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, convocando esta Comissão para, dia 24 de novembro, às 10h, uma audiência pública com a presença dos Srs. Jair de Oliveira, envolvido na Operação Serra-Luz, e Marcelo Fetter, também, que foi denunciado pela operação Serra-Luz no Estado do Rio Grande do Sul, além de outros a serem convocados.

Queremos agradecer a todos a presença, à participação da Polícia Federal, que tem participado e colaborado com os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Está encerrada a reunião.